

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA**



**A COLONIZAÇÃO AÇORIANA NO LITORAL
CATARINENSE NOS LIVROS DIDÁTICOS
PRODUZIDOS ENTRE 1989-2018**

FÁBIO WILL

FLORIANÓPOLIS, 2020

FÁBIO WILL

**A COLONIZAÇÃO AÇORIANA NO LITORAL CATARINENSE NOS
LIVROS DIDÁTICOS PRODUZIDOS ENTRE 1989-2018**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Ensino de História.
Orientadora: Profa. Dra. Luciana Rossato.

Florianópolis, SC - 2020

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Will, Fabio

A COLONIZAÇÃO AÇORIANA NO LITORAL CATARINENSE NOS LIVROS
DIDÁTICOS PRODUZIDOS ENTRE 1989-2018 / Fabio Will. -- 2020.

141 p.

Orientadora: Luciana Rossato Dissertação (mestrado) -- Universidade do
Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa
de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Florianópolis, 2020.

1. Livros Didáticos. 2. Açorianos. 3. Ensino de História. I. Rossato, Luciana.
II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. III.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

FÁBIO WILL

A COLONIZAÇÃO AÇORIANA NO LITORAL CATARINENSE NOS LIVROS DIDÁTICOS PRODUZIDOS ENTRE 1989-2018

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Estado de Santa Catarina.

Banca Julgadora

Orientador: _____

Doutora Luciana Rossato
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Adriana Angelita da Conceição
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Núcia Alexandra Silva de Oliveira
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 13 de agosto de 2020.

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família, presente em todos os momentos de minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Dona Lena, inicialmente, por ter me dado todas as oportunidades de chegar até aqui. A ela, devo todo meu esforço, pois sempre esteve ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis, exercitando sempre a empatia.

Ao meu pai, Seu Pedro, por todos seus conselhos e experiências de vida. Ao meu padrasto, como um segundo pai, Carlos, por tudo o que vivenciou comigo e pela sua disponibilidade e companheirismo.

Aos meus amigos, por todos os momentos de cumplicidade, companheirismo e honestidade, aconselhando-me e escutando minhas angústias e ansiedades.

Agradeço a uma pessoa muito especial, minha madrinha (*in memoriam*) Carmen Moellmann Santaella, que contribuiu com as bases de minha educação e escolarização, incentivando-me infatigavelmente para seguir em frente em minha caminhada acadêmica.

Ao meu 1º orientador, Professor Luiz Felipe Falcão (*in memoriam*), que teve uma importantíssima contribuição na concretização deste estudo. Um exemplo de paciência e tranquilidade, em meio as negativas decorrentes desta pesquisa. Em mesma intensidade, agradeço a Professora Luciana Rossato, por aceitar o convite para me orientar, com o trabalho em andamento e com o prazo reduzido.

Agradeço a FAPESC pelo financiamento dado ao Grupo de Pesquisa Ensino de História, memória e culturas da UDESC através de seus editais de pesquisa.

Por fim, não menos importante, agradeço as equipes dos Colégios Interativo, Forquilhão e Cecília Rosa Lopes, de São José, SC, e a Secretaria Municipal de Educação de São José, por facilitar o acesso aos livros didáticos pesquisados.

EPÍGRAFE

“Vou fugir desta metrópole à libertação
E seguir algum caminho que me leve ao sul
E nas manhãs do sul do mundo
Pelos campos estradas e rios
Semear meu canto em campos de cereais

Pode ser um sonho louco mas eu vou achar
Em algum lugar desta federação
Alguma substância estranha, que substitua a dor no coração
E mate essa vontade de voltar... de voltar...”

(Expresso Rural – Nas manhãs do Sul do mundo)

RESUMO

WILL, Fabio. **A Colonização açoriana no litoral catarinense nos livros didáticos produzidos entre 1989-2018**. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

Esta pesquisa tem como principal objetivo problematizar como os livros didáticos produzidos entre 1989 a 2018 abordaram a colonização açoriana no litoral catarinense ocorrida nos anos de 1748 a 1756. Para isso foram analisados onze livros didáticos e paradidáticos acerca da temática. Como produto da dissertação, desenvolveu-se um website que se encontra no seguinte endereço: <https://sites.google.com/view/osacorianosnaescola/p%C3%A1gina-inicial> e tem como objetivo de possibilitar a reflexão tanto em educandos quanto em educadores acerca da temática através das atividades propostas. Para a reflexão sobre açorianidade, foram utilizados os autores como Maria Bernadete de Ramos Flores, Walter Piazza e Oswaldo Cabral. Essa dissertação foi organizada em 3 capítulos. No primeiro capítulo, discuto sobre a construção de um discurso voltado ao açoriano na historiografia catarinense. No capítulo 2, analiso as representações sobre os açorianos nos livros didáticos não orientados pelo PNLD. No capítulo 3, busco refletir sobre as representações sobre os açorianos nos livros didáticos orientados pelo PNLD.

Palavras-chave: Livros didáticos; Açorianos; Ensino de História.

ABSTRACT

WILL, Fabio. **A Colonização açoriana no litoral catarinense nos livros didáticos produzidos entre 1989-2018**. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

This research aims as its main goal to discuss and question how the didactic books produced between 1989 and 2018 used to approach the Azorean colonization in Santa Catarina Coast which occurred in the years from 1748 to 1756. As methodology and analysis of sources, it was used eleven didactic and paradidactic books. The product of the dissertation is a website, that can be found in <https://sites.google.com/view/osacorianosnaescola/p%C3%A1gina-inicial>, which has been developed to promote activities aimed at teaching History, with a focus on Azorean colonization in Santa Catarina, with the purpose of enabling reflective thinking by both students and educators on the subject. To think about Azorean, I used authors such as Maria Bernadete de Ramos Flores, Walter Piazza and Oswaldo Cabral. This Dissertation was organized in three chapters. In the first chapter, I discuss about the construction of the Azoreans in the historiography of Santa Catarina. In chapter two, I analyze the representation about the Azoreans in didactic books not oriented by PNLD. In chapter 3, I argue about the representations in didactic books guided by the PNLD.

Keywords: Didactic books; Azorean; Historical teaching.

LISTA DE ABREVIATÖES

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PLIEF - Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

ProfHistória - Mestrado Profissional em Ensino de História

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A rota dos transportes partindo do arquipélago dos Açores e Madeira.....	59
Figura 2 - Mapa das vilas fundadas a partir da ocupação dos povos vindos do Arquipélago dos Açores e Madeira.....	60
Figura 3 - Sessão turismo - Renda de Bilro - herança do imigrante açoriano.....	64
Figura 4 - Lista de Exercícios.....	66
Figura 5 - Capa do livro Palhoça: Natureza, História e Cultura.....	69
Figura 6 - Sumário do Livro Palhoça: Natureza, História e Cultura.....	74
Figura 7 - Sumário do livro São José 256 anos - Em busca das raízes.....	74
Figura 8 - Imagem da página 54, referente ao Povoamento açoriano disposto no Livro Didático.....	79
Figura 9 - Rendeiras fazendo renda de bilro, Lagoa da Conceição. Florianópolis – SC.....	80
Figura 10 - Festa do Divino Espírito Santo, Ribeirão da Ilha, Florianópolis – SC.....	81
Figura 11 - Capela em estilo açoriano erguida em 1814 pelo trabalho escravo.....	84
Figura 12 - Pescadores vinculados aos descendentes de açorianos.....	90
Figura 13 - Rendeira tecendo no Bilro.....	91
Figura 14 - Farra do boi, um elemento cultural de matriz açoriana.....	92
Figura 15 - Casa dos Açores, museu localizado no município de Biguaçu.....	97
Figura 16- Rua dos Ilhéus, localizada no centro de Florianópolis.....	97
Figura 17 - Engenho de Farinha.....	98
Figura 18 - Pintura sobre o Ribeirão da Ilha.....	98
Figura 19 - Arrastão de Tainha.....	98
Figura 20 - O pescador.....	98
Figura 21 - O caminho dos Açores a Santa Catarina.....	105
Figura 22 - Vista do Museu Etnográfico Casa dos Açores em Biguaçu - Foto de 2005.....	106

Figura 23 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha construção açoriana em Florianópolis foto de 2007.....	107
Figura 24 - Tradições culturais dos imigrantes em Santa Catarina - Cap. 10.....	107
Figura 25 - Festa do Divino.....	108
Figura 26 - Brincadeira do Boi de Mamão.....	109
Figura 27 - Rendeira na Lagoa da Conceição, trabalhando com Bilro.....	112
Figura 28 - Planta da Ilha de Santa Catarina e Povoado de Nossa Senhora do Desterro, em 1754.....	115
Figura 29 - Azulejos em Santo Antônio de Lisboa, relatando sobre a chegada de açorianos na localidade.....	117
Figura 30 - Monumento em Homenagem aos Açorianos.....	118
Figura 31 - Mulheres na produção artesanal de Farinha de Mandioca.....	119
Figura 32 - Ensopado de Berbigão.....	121
Figura 33 - Imagem do pão por Deus.....	122
Figura 34 - Tradição da confecção de renda.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A relação entre os autores e seus livros didáticos.....	42
Tabela 2: Os livros didáticos e os açorianos.....	44

Sumário

1	INTRODUÇÃO	14
2	A REPRESENTAÇÃO DE UM DISCURSO AÇORIANO NA HISTORIOGRAFIA CATARINENSE	29
2.1	A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE AÇORIANA NOS LIVROS DIDÁTICOS	29
2.2	A INFLUÊNCIA DA GERAÇÃO CONGRESSISTA DE 1948 PARA A CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACERCA DA CULTURA AÇORIANA	33
2.3	OS LIVROS DIDÁTICOS UTILIZADOS: UMA CONSTRUÇÃO EDUCACIONAL	37
2.4	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) E SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL REGIONAL	45
3	AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS AÇORIANOS NOS LIVROS DIDÁTICOS NÃO ORIENTADOS PELO PNLD	50
3.1	SANTA CATARINA: HISTÓRIA DA GENTE	55
3.2	SANTA E BELA CATARINA.....	64
3.3	PALHOÇA: NATUREZA, HISTÓRIA E CULTURA.....	69
3.4	SANTA CATARINA: INTERAGINDO COM A HISTÓRIA – EDIÇÕES DE 2005 E 2008.....	77
3.5	HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA.....	84
4	AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS AÇORIANOS NOS LIVROS DIDÁTICOS ORIENTADOS PELO PNLD	86
4.1	SANTA CATARINA: MEU ESTADO.....	87
4.2	SANTA CATARINA DE TODAS AS GENTES: HISTÓRIA E CULTURA .	94
4.3	ESTUDANDO A HISTÓRIA DE SANTA CATARINA.....	104
4.4	ESTUDANDO A GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA	110
4.5	ESTADO DE SANTA CATATINA: TEMPO, ESPAÇO E CULTURA	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
6	REFERÊNCIAS	130

1 INTRODUÇÃO

No decorrer de meus estudos no Mestrado Profissional em Ensino de História da UDESC, o ProfHistória, foram discutidas as vivências e experiências, sensações e reflexões que traçam a trajetória de cada acadêmico. Para isto, aliam-se inúmeras leituras que constituem parte da própria prática profissional, de modo a contribuir com a delimitação de um *modus operandi* acerca do objeto a ser trabalhado.

Pensando nisto, minha trajetória acadêmica coincide com o próprio objetivo deste programa de mestrado, ao propor uma problematização da práxis educacional, isto é, analisar a relação entre docentes e discentes, no cotidiano da própria comunidade escolar a qual estou inserido. Acredito ainda que, os conhecimentos pedagógicos adquiridos durante este período contribuíram para que eu me alertasse, em propor uma temática educacional voltada as minhas vivências escolares, em uma perspectiva lúdica.

Sou professor de História desde 2011, quando iniciei minha trajetória enquanto educador. Minhas primeiras aulas, como a de alguns professores, suponho, foram carregadas de incertezas e de pensamentos efusivos acerca da prática educacional, porém, sempre buscando uma perspectiva que aliasse os conteúdos compreendidos na academia, com os que os educandos traziam de seus cotidianos. E é neste ponto que o interesse pela temática deste estudo nasceu. Os educandos, quando indagados acerca das culturas que existem no Estado de Santa Catarina, podem reproduzir o que é veiculado pela imprensa, o que contribui para elencar atividades como a Farra do Boi, renda de bilro ou ainda a prática da pesca como tradicionais.

A decisão de trabalhar com esta temática no mestrado tem relação com minha pesquisa desde a graduação acerca da relação entre Educação e História, em uma perspectiva da construção de identidades nos espaços escolares. A partir daí, surgiram inúmeros questionamentos, tais como sobre o que é ser manezinho. Então, a discussão fundamental para esta pesquisa é sobre como os livros

didáticos, disponibilizados a partir da década de 1980, nas escolas de Palhoça, Florianópolis e São José, constroem o açoriano, bem como sua relação com o manezinho da ilha. Ser manezinho se relaciona, de fato, com o ser açoriano? Face a isto, cabe explicar meu posicionamento: considero o açoriano como aquele que provém do arquipélago dos Açores sendo este português pertencente ao Império Português. E o português enquanto aquele que é nascido em Portugal continental, bem como em Portugal insular. O açoriano é, sobretudo, português. Estes dois sujeitos se relacionam e apresentam hábitos semelhantes. Dicotomizá-los, como diversas pesquisas trouxeram até então, em uma perspectiva de emancipação cultural ou supervalorização de uma construção identitária é cair na armadilha do saudosismo.

Em termos práticos, seria considerar que o gaúcho é diferenciado do brasileiro, e não como a cultura gaúcha enquanto parte integrante do conjunto de culturas que compõem as diversas culturas brasileiras. Aliás, dentro do Estado do Rio Grande do Sul, não somente a cultura gaúcha é existente. E porque apenas o gauchismo é considerado como uma cultura representante do Rio Grande do Sul?

Tal como em nosso país, o contexto cultural lusitano é formado por inúmeras culturas que o caracteriza. Em Florianópolis, durante as décadas de 1930 e 1940, culminando com o 1º Congresso de História de Santa Catarina de 1948, tentou-se desvencilhar e emancipar o antigo colono advindo dos Açores, enquanto aquele que, vencendo as intempéries da natureza, as suas fraquezas e as constantes ameaças culturais, fez-se égide de uma cultura una catarinense.

O termo manezinho traz, sobretudo, um viés saudosista e uno, como aquele proposto pela geração de 1948. E isto se reflete nos bancos escolares. Não raro, os conteúdos de história local, os quais trabalharei nesta dissertação a partir da análise dos livros didáticos, trazem a figura do açoriano em consonância com os manezinhos, frutos da década de 1980. Porém, parece-me oportuno que, em resposta a chegada de novos moradores a Florianópolis, seja reforçado o panorama cultural que antes não se observava na sociedade. Se arquitetura, renda de bilro, pirão d'água, pesca e a própria farra do boi foram eternizados enquanto práticas

dos primeiros colonos vindos dos Açores, o que se pretende com esta proposta? Como os livros didáticos influenciam na constituição cultural do florianopolitano?

Outro objetivo foi refletir acerca das identidades da população que estão presentes nesta localidade e se estas produções culturais chegam as escolas, e como chegam aos educandos. Compreende-se aqui enquanto população, o conjunto de pessoas que habitam uma localidade, identificada por construções culturais que se complementam. Concomitantemente, a formação em História contribuiu para que se fossem analisados como os sujeitos são e foram construídos até chegarem ao ponto o qual se encontram atualmente.

Assim, muitas dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, programa este iniciado em 2014, já abordavam sobre a História local, porém, até este momento, encontrei poucos materiais que relacionavam uma pesquisa sobre os açorianos e os livros didáticos. É nesta relação ponto que considero a importância deste trabalho.

Inicialmente tive o interesse em pesquisar como o descendente de açoriano, até então não analisado largamente pela historiografia tradicional até o século XIX, torna-se objeto de estudo a partir de meados do século XX, e reforçado a partir do 1º Congresso de História de Santa Catarina, em 1948. A partir da década de 1980, mais distante das disputas ideológicas entre os açorianistas e germanistas, a região da grande Florianópolis é observada como um destino onde o bem estar e a prosperidade econômica ocorrem de maneira mais natural. Este crescimento pode ser identificado a partir do crescimento da especulação imobiliária, turística e comercial na região. Com a realização de concursos públicos nas recém instaladas Eletrobrás, UFSC e UDESC a partir dos anos de 1970, ocorre um movimento migratório para a Ilha de Santa Catarina, para gozar de uma vida mais amena.

Este movimento, observado pela historiografia da época, contribui para a criação de um novo personagem: o manezinho da ilha. A figura deste como um sujeito bucólico de uma Florianópolis que atravessava uma mudança econômica e cultural, a partir da chegada, sobretudo de gaúchos, paulistas e cariocas, representava, sobretudo, uma tentativa dos açorianistas das gerações passadas, em manter o discurso de que a cultura açoriana estava acabando, apostando em

uma espécie de dialética do esquecimento. Neste ínterim, o manezinho não era mais apenas o descendente do açoriano, mas sim, aquele que tinha seus laços culturais com Florianópolis há algumas gerações, inclusive os afrodescendentes e germânicos que, outrora, rivalizavam com esta etnia.

A partir da década de 1980, pode-se constatar que a historiografia de cunho local, detalhando cidades e bairros, ganha importância face a uma historiografia tradicional, uma vez que a produção historiográfica vai tomando novos formatos e caminhos com advindos através da problematização da História das diversas etnias indígenas, africanas e afrodescendentes no Brasil.

Concomitantemente a discussão em torno do termo, serão trabalhadas também as construções de identidade do açoriano, problematizando os livros didáticos, produzidos para as escolas da grande Florianópolis, e questionando a necessidade da inserção da história local para a compreensão da sociedade em suas particularidades. Neste momento, utilizarei algumas obras literárias, prévias ao 1º Congresso de História Catarinense de 1948 e a proposta historiográfica da década de 1980, responsáveis por tentar edificar um conceito de cultura catarinense. Neste tocante, reitero que, a retórica da destruição é responsável por criar um ambiente de mistificação da própria cultura açoriana, como se esta estivesse em um pedestal e imune as transformações temporais. A cultura é algo vivo, inerente aos humanos e por eles transformada.

Deste modo, compreendo que há uma vinculação entre a matriz epistemológica do Positivismo¹ com a corrente historiográfica tradicional, de modo a compreender uma análise sequencial de fatos, através da delimitação cronológica. Quando se recorre a este tipo de análise, o historiador se detém na ênfase dos grandes feitos, nomes ilustres ou ainda uma história imposta a partir dos acontecimentos ou eventos de uma determinada época.

As principais sínteses da história estadual seguem esta orientação básica, dividindo a história catarinense em três períodos: Colônia (até 1822), Império (1822 a 1889) e República (1889 em diante), de acordo com a periodização política nacional. Além da grande ênfase aos fatos políticos e

¹ O Positivismo é uma corrente Filosófica de origem no século XIX, idealizada por Auguste Comte e John Stuart Mill, que pautava a análise da sociedade em modelos científicos. Com base nestes modelos, os cientistas sociais poderiam comprovar em qual nível de desenvolvimento uma determinada sociedade se encontrava.

militares, estas obras apresentam grande preocupação com nomes ilustres, políticos, empresários, religiosos, com biografias e cronologias referentes a estes personagens. (WOLF, 2009, p. 55)

Os livros didáticos, ao abordarem tanto açorianos quanto alemães e italianos, tratam de uma construção identitária catarinense linear, problematizando o papel do imigrante, seja este da aurora da colonização, tido como o português, insensato e destemido, ou o do imigrante trabalhador do século XIX, alemão ou italiano. Nenhum dos extremos pode se considerar como verídico, uma vez que os açorianos não foram destemidos, tampouco legaram a alcunha de relaxados ou preguiçosos.

O deslocamento da formulação identitária que caminha do açorianismo para o catarinensismo acontece num momento de globalização acelerada, que, segundo Stuart Hall, estreita ainda mais os laços entre nações e coloca em evidencia o caráter híbrido da cultura nacional ou regional e também em meio a uma nova conjuntura internacional, onde os imigrantes estrangeiros deixam de significar uma ameaça (como foi, por exemplo, durante a campanha de nacionalização no Estado Novo – 1937- 1945). (SAYÃO, 2004, p. 28)

Ademais, este açoriano, fruto de inúmeras pesquisas, é traduzido nos dias atuais como a marca do Florianopolitano, ou ainda este pode ser tratado como o descendente de português que residia na ilha, sujeito simples e alheio às práticas culturais urbanas em nosso país? Em meados dos anos de 1980 e 1990, o açoriano era tratado com desdém por grande parte dos membros de outras culturas no Estado de Santa Catarina, visto como o “sujeito à toa”, ou aquele que não representava o espírito de luta e garra do povo catarinense. Porém, a que régua era submetido este florianopolitano? A construção identitária do povo alemão do Vale do Itajaí. Deste modo, o que busco retratar é que, embora a História seja analisada através das fontes, invariavelmente, obedecerá a mecanismos de promoção da realidade percebida, sendo que apenas se constitui como uma parte integrante do processo de se construir a História. Cabe lembrar neste momento que a História é constituída por inúmeras partes, não havendo uma História generalizante e completa sobre um determinado contexto.

O açoriano, segundo Leal (2007), foi considerado aquele que, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, buscava novas terras para se estabelecer. A imigração dos casais, na região sul-brasileira foi preponderante, em relação ao

restante de nosso país. Para reforçar essa importância, em meados do século XVIII, chegam a Nossa Senhora do Desterro cerca de 6000 pessoas, contrastando com a população, composta sobretudo por indígenas, afrodescendentes e vicentinos. Como Ferreira afirma

Vivemos tempos de valorização das ditas culturas locais, um verdadeiro movimento de afirmação da diversidade cultural. É importante, no entanto, tomar cuidado para que este movimento não se torne novas formas de fechamento étnico; afinal de contas, etnicidade é um termo que opera sob rasura. Todos nós nos localizamos em vocabulários culturais, todos nos originamos e falamos a partir de algum lugar, todos carregamos traços de uma etnia, só pensamos dentro de uma tradição. (FERREIRA, 2006, p. 52)

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo a problematização da construção identitária do açoriano em Santa Catarina nos livros didáticos. Para este trabalho se efetivar, no entanto, tomarei como início a pesquisa em alguns lugares definidos: Arquivo Público de Santa Catarina, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e o Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas – IDCH/UDESC. Nestes espaços estão arquivados e/ou foram responsáveis pela recolha de grande parte das produções didático-pedagógicas de autores catarinenses, como Walter Fernando Piazza, Oswaldo Cabral, Nereu do Vale Pereira e dos Irmãos Boiteux. De Oswaldo Cabral analisou-se o escrito “A vitória da Colonização açoriana”, que considero fundamental para a construção da própria identidade açoriana em Florianópolis. Os pressupostos teóricos utilizados serão abordados no viés da História Cultural, tendo como foco a produção do sujeito açoriano enquanto fruto de uma demanda específica das décadas de 1940 a 1980.

Já as pesquisas sobre os livros didáticos se estabeleceram através de contato inicial com as secretarias de escolas públicas da grande Florianópolis, localizadas em Palhoça, São José e Florianópolis. Os livros utilizados serão, em sua maioria, os disponibilizados para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, por abordarem a temática em estudo. Esses foram, em sua maioria, elaborados e editados fora do Estado de Santa Catarina, contando com três editoras de Curitiba, três editoras de São Paulo e uma editora de Brasília. Apenas um dos livros pesquisados, elaborado por Walter Piazza e Laura Hübener, teve sua edição em

Florianópolis, datada do ano de 1989. Analisou-se também, livros paradidáticos, que abordam a história local dos municípios de Palhoça e São José, disponibilizados para as escolas e de autoria de Walter Piazza.

Esta investigação será feita a partir do cruzamento das discussões e informações disponíveis nos livros didáticos e o que a historiografia catarinense produziu até o momento. Serão analisados conceitos como história tradicional, legado, cultura açoriana e o ensino de História local. Assim, a metodologia de análise dos dados obtidos será comparativa, uma vez que no espaço temporal considerado, compreendido entre os anos de 1989 a 2018, houve um aumento na produção dos livros didáticos do ensino fundamental I, voltados para a temática local. Da mesma maneira, a condução da análise será orientada de maneira não cronológica, estabelecida a partir da compreensão do objetivo dos autores em demonstrar ou reforçar algumas características dos açorianos e florianopolitanos, tais como as atividades culturais, gastronômicas e religiosas.

O foco inicial de minha problemática é a análise de como o açoriano e seus descendentes na Capitania de Santa Catarina, evidenciado a partir da geração de historiadores do 1º Congresso de História de Santa Catarina, ocorrido em 1948, e reforçado na década de 1980, passou a ser representado também nos livros didáticos. A partir do final da década de 1980 a produção historiográfica de cunho local ganha maior destaque, problematizando o cotidiano das cidades face a uma historiografia tradicional, e acaba por representar os açorianos como fator de promoção cultural da grande Florianópolis. Esta valorização não surge a esmo e acaba direcionando os traços culturais dos açorianos de maneira positiva, para compor um enfrentamento simbólico cultural que se estabelecia a partir da chegada de pessoas de outros Estados, em uma oposição entre os “nativos” e os “outros”.

Para isto, recorro a discussão de Norbert Elias na obra “Os estabelecidos e *Outsiders*” (2000), a fim de ressaltar que a predileção pela cultura açoriana, como fator de promoção de uma identidade catarinense, foi criada a partir da necessidade de espelhar uma cultura nacional, a qual, ainda nos anos de 1930 e 1940, considerava que havia sido formada a partir da influência portuguesa, ao invés da cultura do estrangeiro, composta, sobretudo, a partir dos elementos ítalo-

germânicos. A escolha pela valorização cultural do descendente português deveria fazer frente a uma suposta dominação historiográfica que valorizava os imigrantes do século XIX na província de Santa Catarina, sendo compostos em sua maioria, por alemães e italianos. Nesta obra, o autor refere-se aos estabelecidos como aqueles que já ostentavam as características culturais de uma localidade, firmada temporalmente, enquanto os “outsiders”, formavam-se como aqueles que, contrapondo a cultura local, são considerados como “os de fora”. São sujeitos sem classe definida, heterogêneos e, portanto, aqueles a quem a cultura local poderia ameaçar. Do contrário, os estabelecidos, eram sujeitos que eram considerados enquanto detentores de uma cultura padrão, homogênea, profícua e moralmente distinta.

Dentro do panorama escolar, os livros didáticos podem auxiliar o educador em seu espaço de trabalho e, além disto, busca orientar os educandos com conceitos e métodos específicos do ofício historiográfico. Atualmente, são vinculados ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o qual direciona as políticas públicas as escolas públicas de nosso país. Assim, além problematizarem a Diversidade étnica e Cultural, Meio Ambiente, Mundo do trabalho, Sexualidade, implícita aos Parâmetros Curriculares Nacionais, os livros estão sujeitos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a própria análise do Ministério da Educação. O que hoje é conhecido como Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foi uma proposta criada com base no decreto-lei nº 93/1937, com o objetivo de proporcionar aos estudantes da rede pública de ensino uma maior compreensão dos conteúdos abordados em sala. Esta construção decorre da discussão, ainda em 1929, que ocasiona a fundação da Comissão Nacional do Livro, com o objetivo de instituir uma diretriz no panorama educacional de nosso país.

A partir de 1938, com a formação da Comissão Nacional do Livro Didático, com o decreto-lei nº 1.006, de 30/12/1938, que impunha a composição de sete membros, designados pelo chefe do executivo de nosso país, com notável desempenho acadêmico e moral. Esta composição, de fato, denotava a intenção do governo brasileiro em guiar os rumos da educação nacional. Conforme BECHLER (2018), após a criação da Comissão Nacional do Livro Didático, em 1938, apenas

em 1966 o Ministério da Educação apresenta outra proposta educacional, com a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático, transcorrendo para o desenvolvimento do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIEF), em 1971 e em 1985, a criação do Programa Nacional do Livro Didático, através do decreto nº 91.542/85. Deste modo, Luca (2009) afirma que

Após a experiência de 1938, a intervenção mais direta do Estado na questão do livro didático deu-se em 1966, durante a ditadura militar, quando foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático, cuja função era coordenar a produção, edição e distribuição de obras do gênero. Seguiram-se vários outros órgãos, como o Instituto Nacional do Livro Didático (1971), que administrava e gerenciava os recursos financeiros destinados à política educacional e desenvolveu o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental; a Fundação nacional do Material Escolar (1976), incumbida de executar os programas voltados para o livro didático e sucedida pela Fundação de Assistência ao Estudante (1983), que assumiu as responsabilidades para com o livro didático. (LUCA, 2009, p. 171)

Assim, a preocupação em controlar a vida educacional do país não é exclusividade varguista. De 1938 até 1985, inúmeros governos utilizaram-se da premissa das reformas educacionais, para estabelecer leis de controle na educação, como forma de orientar as novas gerações para o que se pretendia enquanto futuro da nação. Conforme Cassiano (2007), entre os anos supracitados, vários governos, utilizaram-se de manuais, como forma de conduta dos alunos, como se estes tivessem que compreender, inclusive, a maneira a qual deveriam se comportar ante os símbolos da nação: Hino, Bandeira e Governo, sendo estes, exaustivamente, dispostos nos livros didáticos.

A partir de meados da década de 1980, um novo mercado abre-se a produção dos livros didáticos, uma vez que os autores, de maneira geral, modificam a abordagem dos antigos manuais, para uma composição de elementos regionais e históricos de onde são veiculados. Este aspecto surge com a intenção e subtrair o autoritarismo e ufanismos prementes, em um viés democratizante, como se pretendia com a própria sociedade a partir da gestão do então ministro da Educação Marco Maciel, em 1985.

Nas escolas catarinenses, e em especial as da grande Florianópolis, pouco se questiona sobre a imigração açoriana na Capitania de Santa Catarina, salvo

quando algum professor aborda a temática com base em suas pesquisas ou para criar uma atividade para celebrar alguma data específica. Uma breve análise curricular mostra isto. Nas escolas desta região, ao serem abordados os açorianos, ainda se recorre à memória, ressaltando aspectos folclóricos, festejos e o jeito de ser de uma suposta natividade do florianopolitano como um ideal a ser preservado.

Em contrapartida, em especial nas Universidades, UFSC e UDESC, por exemplo, pode-se afirmar que há muitas produções sobre os açorianos em Santa Catarina. Desde o início de meu mestrado, deparei-me com inúmeras pesquisas nacionais e de escritores portugueses escrevendo sobre a colonização açórico-madeirense no Brasil Colonial. A partir da década de 1940, os açorianos são observados como um povo a ser explorado em suas origens, a partir da ocupação da costa litorânea catarinense. O que antes não constava nem em livros didáticos, ganha forma a partir do 1º Congresso. Conforme Nazareno José de Campos aborda, estes

Movimentos, muitas vezes, restritos a um determinado espaço geográfico ou contexto sociocultural se farão sentir na história da região litorânea de Santa Catarina. Tencionam pôr em evidência a cultura de base açoriana dando-lhe assim maior visibilidade. Isso é visto em meados do século XX, período em que é enfatizada a noção de brasilidade, que se contrapõe à noção de germanicidade, bastante presente nos discursos que punham em evidência populações imigrantes de origem europeia (alemães, sobretudo) vistas como empreendedoras e desenvolvidas. A problemática da Segunda Grande Guerra ajudou, por sua vez, no contexto geral de “retomada” da questão da açorianidade e, neste sentido, teve grande importância o 1º Congresso de História Catarinense, ocorrido em Florianópolis em 1948, que tenta enfatizar a cultura açoriana em sua plenitude. (CAMPOS, 2009, p. 179)

Márcia Fantin (2000) analisa que, ocorreu uma adequação do discurso sobre o descendente do açoriano a partir da década de 1980, de modo a adequá-lo a uma propaganda turística, que objetivava fazer de Santa Catarina, um destino para os brasileiros. Deste modo, embora com certa fama de expansivos, acolhedores e cordiais, os ilhéus catarinenses recebem os visitantes e turistas com receio, desconfiança e, são por vezes hostis, quando afrontados em seus costumes. E esta hostilidade é percebida naqueles que se consideram “nativos” e com nostalgia, observaram o desenvolvimento das cidades da Grande Florianópolis. Segundo Fantin (2000), é comum escutar, entre o círculo de conversas na praça XV de

novembro, praça da região central e cartão postal de Florianópolis, frases como: “No meu tempo, não era assim, a vida era menos corrida”, ou ainda “esse pessoal de fora vem para a Ilha e acham que a cidade é deles, que fazem o que bem entendem”. A partir daí, criam-se os pressupostos dos “*nativos*” x “*estrangeiros*”, como expõe Fantin (2000, p. 39), em uma pretensa disputa territorial e intelectual. E esta disputa também se observa presente nos livros didáticos.

Deste modo, cabe ressaltar que todos os livros didáticos em nosso país são veiculados segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEn 9.394/96), de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e das Diretrizes Curriculares Nacionais. Porém, percebe-se que, atualmente, por mais que haja a lei que garanta os direitos de diversas etnias terem seu espaço acadêmico e culturas respeitadas em sala de aula, na prática, não é isto que acontece. Os Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal para orientar a educação. Criadas ao final de 1997, para ser aplicada no início de 1998, são separados por disciplinas e disponibilizadas para todo o Ensino Básico, não possuindo um caráter obrigatório. O documento, que se subdivide em 4 partes (Educação Infantil, Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental, Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental e Ensino Médio), há a preocupação em inserir o educando em sociedade (característica da educação infantil), contribuir para a construção da cidadania no educando (característica do Ensino Fundamental) e inserção do educando no Mercado de trabalho (característica do Ensino Médio). Os Parâmetros Curriculares Nacionais sofrem uma mudança a partir do início de 2006, com a regulamentação da lei nº 11.274, que instituiu o ensino fundamental de 9 anos. Com esta proposta, o objetivo é proporcionar aos educandos um maior tempo de convívio escolar, oportunizando troca de experiências, saberes e conhecimentos, a serem adquiridos em sociedade.

Nos PCNs os conteúdos de História estão dispostos em dois ciclos: o primeiro ciclo correspondente à História Local e do Cotidiano e o segundo ciclo tratando acerca da História das organizações populacionais. Nestes conteúdos, há a sugestão de atividades voltadas a compreensão entre as semelhanças e diferenças relativas à organização social, cultural, política e econômica da

localidade, no que tange o presente e o passado, problematizando-se as diferentes obras humanas. (BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais, p. 49)

Em Santa Catarina, no ano de 1991, ocorreu a criação de um novo documento legal para a formulação curricular das escolas e de uma unificação de ensino: a Proposta Curricular de Santa Catarina. Discutida a partir de 1988, a Proposta Curricular de Santa Catarina, previa para o ensino de História a problematização da concepção tradicional de uma História dos Eventos, para que ocorresse a mudança para “uma história na qual assume papel de destaque o homem comum, o trabalhador anônimo, as estruturas econômicas e sociais, a vida cotidiana” (SANTA CATARINA, 1991, p. 24).

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), inicialmente a ser implantada em 2020 nas escolas, por ainda estar em discussão, não será problematizada neste estudo, uma vez que seria necessário maior tempo de pesquisa e investigação teórica em relação aos saberes históricos contemplados no ambiente e currículos escolares. Porém, a BNCC é um instrumento criado através da LDB 9.394/96 com o intuito de unificar e padronizar o ensino de todas as disciplinas escolares em nosso país, denotando um padrão a ser seguido em todo o Brasil.

De acordo com Circe Bittencourt

A construção de uma base nacional comum curricular (BNCC), prevista pela LDB de 1996, em processo de finalização, tem se realizado de forma inédita com prioridade a interlocutores internacionais e, internamente, com uma exclusão quase que total das universidades, delegou sua elaboração a gestores empresariais cujos princípios se fundamentam nas premissas do Banco Mundial. Sob essa política, os currículos brasileiros ficam submetidos a uma avaliação externa, que passa a determinar conteúdos e métodos sob modelo internacional. Uma primeira consequência desse modelo imposto externamente reside na perda do poder dos professores na organização das suas aulas assim como seu o poder de criação, de adaptações metodológicas e mesmo de opções de materiais didáticos diante de uma realidade educacional caracterizada por uma enorme diferenciação cultural e socioeconômica [...]. (BITTENCOURT, 2008, p. 143)

Assim, o papel da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o de possibilitar nas escolas um espaço de igualdade, onde todos os estudantes tenham acesso ao que se é produzido pela academia, de modo a conceber que todos são

iguais e que devem ser avaliados por suas produções. Porém, como alerta Bittencourt (2018), a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apontando para uma espécie de Modernização dos conteúdos, orientados pelas novas vivências da geração das mídias e novas tecnologias. Estas vivências, segundo a autora, alicerça o sonho dos jovens em se integrar ao sistema capitalista globalizado. Outrossim, a educação deve se submeter a construção de identidades igualitárias no mundo globalizado, de modo a estabelecer formas de controle dos conteúdos, conhecimento e, sobretudo, dos indivíduos, em escala internacional.

Ora, este status, evidenciado pela autora, afirma que a educação necessariamente se baseará a partir de uma aprendizagem eletrônica, de modo a elevar o capital cultural, obedecendo o capital financeiro. E este status de controle do Estado e da Economia, em escala global, é estratégico, de modo a controlar a aprendizagem temporal dos próprios alunos, orientando-se o que devem ou não pensar. A avaliação, de todo modo, é exercida, então, por intermédio de empresas que disponibilizam os materiais didáticos as escolas, o que, segundo Bittencourt (2018), “indica um retorno aos métodos instrucionais catequéticos uma vez que se torna fundamental treinar, sistematicamente, os alunos para que tenham êxito nas respostas aos testes de múltipla escolha”.

Ao se pensar a educação dos educandos de uma maneira qualitativa, como prevê a própria LDB em seu artigo 3º, torna-se um constante dilema, uma vez que nem os próprios educadores saem capacitados dos mais diversos cursos de História espalhados pelo país. A LDB é um instrumento legal que visa organizar a Educação em nosso país. A versão atual, composta em 1996, trata de uma educação de cunho liberal, porém, evidenciando nos educandos, sujeitos que possam contribuir no processo educacional, de modo a serem ressaltados e valorizados o seu histórico de vida e os conhecimentos adquiridos no âmbito social. Assim, na LDB 9.394/96, o artigo 3º, refere o seguinte

- Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extraescolar;
- XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - Consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

Percebe-se que, mesmo nas escolas públicas, além da discussão acerca da eficiência do cumprimento da lei, amplos equívocos são trazidos nos livros didáticos, inclusive anacronismos, como erro de datas, erros de grafia e a própria qualidade gráfica dos materiais destinados aos educandos. O material didático atual destinado as escolas públicas da Grande Florianópolis, longe de ser atrativo, propõe o ensino e a escrita da História, apenas como mera representação de um passado desvinculado de seu leitor.

Desta maneira, este trabalho será disposto em três capítulos, organizados da seguinte maneira: no primeiro capítulo, pretende-se analisar como a figura do açoriano foi sendo vinculada a imagem do florianopolitano nos livros didáticos que são destinados às escolas públicas municipais de Florianópolis, São José e Palhoça, municípios estes pertencentes ao Estado de Santa Catarina.

A análise dos livros didáticos será feita através da análise dos textos e das imagens e a partir de um diálogo entre a historiografia e a legislação referente a produção dos livros didáticos no país. Assim, problematizarei a influência da Geração de 1948 para a constituição de um sujeito retratado como açoriano, bem como a reconstrução deste discurso até chegar nos livros didáticos pós-década de 1980.

No segundo capítulo serão analisados os livros didáticos selecionados para este estudo, bem como seu conteúdo, com o objetivo de formar um banco de dados para a pesquisa de professores. Nesta parte serão analisados os livros produzidos antes do PNLD. Para tanto, observarei seus aspectos materiais e físicos, tais como quantidade de páginas e tamanho, bem como imagens, mapas e atividades, de

modo a problematizar sua incidência em sala de aula junto aos educadores e educandos.

Já no terceiro capítulo, ocorrerá a análise dos livros didáticos produzidos a partir da implementação da avaliação dos livros a serem adquiridos pelo PNLD e serão analisados as principais mudanças e características que estes livros possuem em relação a temática açoriana. Outrossim, também serão analisados os aspectos materiais e físicos dos livros didáticos, quantidade de páginas, imagens e linguagem que estes levam aos educadores e educandos.

Deste modo, penso que a atividade de propor um livro didático requer a atenção, sobretudo, na linguagem a ser abordada. Esta é uma possibilidade de análise, devido a percepção de que alguns dos livros didáticos analisados são direcionados para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, porém, apresentam-se recheados de informações e conjecturas extensas para os estudantes compreenderem e questionarem de maneira qualitativa.

A fim de divulgar os resultados desta pesquisa aos professores e ao público interessado elaborei um *website* com o objetivo de proporcionar uma reflexão acerca da historiografia sobre os açorianos e seus descendentes em Santa Catarina. Parte-se da premissa de que este produto pode proporcionar um maior questionamento e reflexão sobre o açorianismo em meados do século XX e início do século XXI e demonstrar como os açorianos foram problematizados pela Historiografia. A proposta deste site é disponibilizar atividades as quais os educadores possam utilizar em suas aulas, e fazer tanto educandos quanto educadores refletirem sobre como os historiadores abordam os açorianos que chegam no século XVIII em Santa Catarina. As atividades estão compostas em Jogo da Memória, Análise de Mapas, Palavras Cruzadas, Caça-Palavras, Interpretação de fontes, Gamificação no site Kahoot e um slide interativo por meio de contação de histórias.

2 A REPRESENTAÇÃO DE UM DISCURSO AÇORIANO NA HISTORIOGRAFIA CATARINENSE

2.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE AÇORIANA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Um aspecto da produção historiográfica sobre os açorianos é a utilização do termo migração dentro do contexto colonizatório. Juntamente com a utilização deste termo, surgem, nos próprios livros didáticos, comparações entre as produções culturais dos povos envolvidos, evidenciados a partir da alimentação, vestimentas, religião e leis, por exemplo. Entre os pesquisadores estão Walter Piazza (1992) e Oswaldo Cabral (1970), que demonstram que as pesquisas historiográficas se utilizam destes povos como exemplo de povos migrantes.

Este termo, migração, merece destaque especial em toda a análise historiográfica, uma vez que os açorianos faziam parte do próprio império lusitano. Portanto, o termo específico utilizado por estes autores, e que reverbera ao longo da produção historiográfica acerca dos açorianos, leva os leitores, sobretudo os estudantes, a perceberem estes açorianos como separada dentro do próprio império português, pouco compartilhando de uma cultura lusitana, servindo como apenas aqueles que habitaram a região, compartilhando a religião e as leis como uma tradição cultural comum. E, de fato, não é isto que acontece.

Para tentar compreender os traços culturais dos açorianos do século XVIII, recorreremos ao conceito de cultura de Clifford Geertz (1989, p. 15) que a define como uma construção onde “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assume a cultura como sendo essas teias [...]”. Sendo assim, é possível pensar que muitos elementos culturais trazidos pelos açorianos, quando chegaram, foram reinventados para ressignificar o cotidiano a que foram submetidos os primeiros habitantes em Nossa Senhora do Desterro.

Embora o Brasil tenha sido colonizado pelos portugueses, diversos povos e etnias chegam em nosso país e influenciaram culturalmente a população. O historiador Sérgio Luiz Ferreira (2006) analisa que a preocupação em ‘resgatar’ uma

cultura que está em vias de extinção ou até extinta faz parte da atuação dos folcloristas. Ao se tratar de uma análise acerca dos povos que aqui se fixaram, deve-se deixar de lado o saudosismo em relação ao povo e cultura estudados.

Como afirma o historiador Luiz Felipe Falcão (2004), no Brasil ainda há o persistente vício de afirmar que caso houvéssemos tido outro tipo de colonização, no caso a inglesa, francesa ou holandesa, nosso país seria muito melhor do que é atualmente. Para que se possa melhor compreender a História do Brasil é necessário olhar e analisar com seriedade os povos que fizeram parte deste processo e como estes povos, em seu espaço e tempo peculiares, compreenderam as interações sociais, políticas, econômicas e culturais.

A ideia de tradição cultural açoriana por si só é um equívoco transformado a partir da década de 1940, quando da ocasião da geração congressista. Mesmo as fontes estando “semi-irgens”, termo cunhado por Oswaldo Cabral neste congresso de 1948, elas tiveram influências de outros grupos étnicos para se constituírem. Um destes exemplos sobre os açorianos é a própria alimentação a base de farinha de mandioca, tida como elementar para sua cultura, porém, que tem origem indígena.

A autonomia historiográfica atribuída ao açoriano, por parte da geração de 1948, sobretudo, alavancou a reelaboração cultural sobre o passado deste grupo étnico, mas não proporcionou o seu conhecimento. Deste modo, ao se reelaborar a figura do açoriano, se valorizou mais sua cultura do que os próprios agentes que aqui chegaram em meados de 1748 e como estes se estabeleceram nos anos posteriores.

Esta fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agente sociais que os geram, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais sua repetição que sua transformação. Que imagem se fazia deste fracassado de duzentos anos? Que conhecimento passa a ser produzido sobre esta gente e sua cultura? Homi K. Bhabha, em *O Local da Cultura*, cita Franz Fanon para dizer que não há um princípio constante da cultura nacional onde se pode buscar um passado nacional verdadeiro e que se possa representar de forma estereotipada. O presente da história desse povo destrói esta ideia, posto que essa substância está constantemente se renovando, é uma estrutura de repetição que não é visível na translucidez dos costumes do povo ou nas objetividades óbvias que parecem caracterizar o povo. Acima de tudo, a cultura detesta simplificação, não há estereótipos, modelos originais a serem desenterrados. (FERREIRA, 2006, p. 49-50)

E é neste ponto, a meu ver, que se torna enfadonha a descrição deste povo. O caráter repetitivo na argumentação por parte da Geração de 1948, porém, sem uma descrição exata de como ou quando os açorianos se apropriaram das técnicas de pesca, alimentação com base na farinha de mandioca e peixe, condiz apenas com uma possibilidade de compreensão de outras culturas já existentes no Brasil colonial, não como uma fixação e consolidação da própria cultura açoriana, como bem dizem Cabral (1941) e Piazza (1992).

Ademais, o simbolismo evidenciado na constatação do ideal açoriano construído a partir da geração de 1948, constituiu no que considero como parte integrante de uma “dialética da destruição”, uma vez que os agentes açorianos supostamente faziam parte de uma cultura a qual estava sendo extinta. Este populismo disfarçado de uma abordagem historiográfica observada na geração de 1948 constrói a mítica do açoriano em busca de uma afirmação frente ao saudosismo germânico que se construíra nos anos anteriores. Outrossim, o trabalho dos historiadores da geração de 1948 em analisar, junto ao povo, os elementos açorianos, fez parte do esforço de evidenciar uma vitória da própria colonização açoriana frente as demais que aqui estiveram, porém, ao passo de que eram confrontadas nelas mesmas, estavam em constante descompasso, uma vez que continuam assoladas pelo fantasma da extinção.

No âmbito escolar, pode-se identificar inúmeras características acerca do termo colonizado, porém, poucas sobre o termo colonização. Isso ocorre, pois, a colonização se dá, sobretudo, pelas ideias imputadas no âmbito civil e político. E estas ideias, são, sobretudo, elitistas. Quando se analisam os colonizados, outrossim, estes são analisados pela postura e pensamento dos colonizadores.

Aliás, como os historiadores catarinenses envolvem-se com esta temática? O termo colonização, a que se refere Walter Piazza (1994) contrasta com a intenção de povoar. Ora, sabe-se que em nosso país, em especial no território catarinense, houveram tipos distintos de colonização. É neste momento que o educador deve demonstrar capacidade de dialogar com os educandos e questioná-los a fim de extinguir equívocos que a própria semântica traduz. Os termos colonizar e povoar traduzem muito mais do que uma ocupação do território. Implica uma imposição de

costumes e culturas que servem como sustentáculo de uma ordem política e social dominante.

A emigração açoriana setecentista foi decisivamente marcada pelo movimento registado em meados do século, direccionado para o Brasil meridional – para Santa Catarina e para o Rio Grande de São Pedro. Com objectivos bem delineados pela coroa, mas, simultaneamente, respondendo às solicitações das gentes das ilhas, que passavam por dificuldades várias, assistiu-se a uma actividade inédita no fluxo emigratório açoriano para aquelas regiões. Em 1747 encontravam-se inscritos cerca de 8.000 indivíduos, entre casados e solteiros, que correspondiam a 5,25% da população açórica de então. A partir de 1747 estavam, pois, criadas as condições para a saída de inúmeros casais açorianos. **Não há unanimidade entre os diversos autores que se têm dedicado ao estudo da temática sobre o número concreto de açorianos que terão transitado para o Brasil. Desconhece-se a existência de listas de passageiros, o que seria essencial para uma abordagem mais segura ao problema.** (CORDEIRO E MADEIRA, 2003, p. 108)

Partindo para o processo de viagem dos lusitanos, muitos destes eram recrutados nas estações navais portuguesas, com o objetivo de povoar o sul do Brasil e colonizá-lo, garantindo assim a posse desta parte da colônia.

Os que chegaram nesta porção de terra, segundo a historiografia tradicional, recorrentemente traz a imagem de que o açoriano era afeito a vida marinha, seja esta a pesca ou a subsistência perto do mar. Considera-se tal fato como um constructo da geração congressista de 1948, uma vez que os próprios açorianos, anteriormente à viagem ao Brasil Meridional, eram pouco afeitos a vida ao mar, sendo de fato, agricultores.

No âmbito espaço escolar, o educador pode confrontar estas fontes, de modo a possibilitar aos educandos, o exercício de reflexão entre as fontes. A tarefa do historiador, neste meio, intera-se em possibilitar que o exercício historiográfico é não se adequar em achismos e, tampouco, assegurar a alcunha da veracidade sem a comprovação, eliminando as mistificações recorrentes no âmbito escolar. Além deste confronto das fontes, é interessante o educador demonstrar a trajetória destes imigrantes, saindo de Portugal para o Brasil.

O que vale ressaltar neste momento, é o papel da historiografia catarinense em meados do século XX quando, ao analisar o migrante, fá-lo de maneira a inquirir seus valores e métodos, desprezando a característica cultural.

2.2 A INFLUÊNCIA DA GERAÇÃO CONGRESSISTA DE 1948 PARA A CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACERCA DA CULTURA AÇORIANA

Em 1940, dois anos após o primeiro congresso Açoriano, realizado em Lisboa, Victorino Nemésio publica um texto intitulado “**O Mito do Monsieur Queimado**”, narrando a trajetória dos açorianos até que se constituíssem enquanto povo fossem considerados culturalmente no cenário nacional. Tal premissa levantada por meio deste mito, fez com que a geração de pesquisadores de Nemésio pudesse construir, paulatinamente, uma imagem acerca dos açorianos enquanto membros legítimos do estado português, e não como povos colonizados pelos lusitanos.

O Brasil pode então ser pensado enquanto uma união de culturas regionais diversificadas. Porém, Santa Catarina, reconhecidamente diversa em termos culturais, carecia de um elemento que pudesse caracterizar sua região, como foi a figura do gaúcho para o Rio Grande do Sul. Nestes termos, não houve um regionalismo catarinense. Contudo, se a identidade local não pode ser representada através de uma única matriz cultural, a mestiçagem aparecia como uma solução que viabilizava Santa Catarina enquanto parte do Brasil. (SAYÃO, 2004, p. 30)

Ao contrário do Estado mais ao Sul do Brasil, que buscava consolidar sua tradição cultural em vias de pertencer ao projeto de um Brasil mais nacional, alheio às investidas liberais e estrangeiras, em grande parte advindas dos Estados Unidos, no pós-1945, o Estado de Santa Catarina apresentava um mosaico cultural diverso, sem uma representação altiva, ou que apresentasse um projeto consolidado de uma cultura regional. Como Sayão (2004) aborda, no Estado de Santa Catarina havia a distinção de inúmeras peculiaridades culturais, caracterizadas no litoral com os açorianos, negros e indígenas, no vale do Itajaí com os descendentes de Alemães, o planalto gaúcho e a região sul do Estado com os italianos.

Não obstante, dez anos após o 1º Congresso açoriano, ocorre o 1º Congresso de História de Santa Catarina, em 1948. Este congresso pode ser considerado como marco inicial na discussão em larga escala acerca dos açorianos em cenário estadual. Divergindo de Nemésio, que intitula os açorianos como membros legítimos do Estado português, Piazza (1992) analisa este povo enquanto

“naturalmente frouxos”, e que foram incorporados culturalmente pelo Estado lusitano.

João Leal (1997), por sua vez, compartilha com a visão de Piazza (1992), quando afirma

Le Mythe de Monsieur Queimado pode ser encarado como a expressão, no quadro de um registro literário dotado de alguma especificidade, de uma constante não apenas da produção de Nemésio, mas de um conjunto significativo de outros intelectuais açorianos do período que medeia entre 1880 e 1940: o estabelecimento dos factos e argumentos susceptíveis de fundar nos Açores como um espaço marcado pela peculiaridade e pela diferença. Nesse sentido, uma parte significativa da história intelectual dos Açores pode ser vista como uma sucessão de vários mitos de Monsieur Queimado que gradualmente vão inventando ou imaginando a identidade dos Açores. (LEAL, 2007, p.192)

A importância de analisar estes discursos está em perceber a convergência de tentar explicar este açoriano do século XVIII a partir de interesses políticos do próprio século XX, e não enquanto habitantes do império lusitano daquele século. Tanto na linguagem de Nemésio, quanto na da geração Congressista de 1948, se percebe a necessidade de criar um açoriano enquanto membro de uma instituição consolidada, o império português, que detinha, sobretudo, na religiosidade e na cultura, aspectos fundamentais que os assemelhava aos outros habitantes portugueses.

A partir disto, abandonando a linguagem lírica de Nemésio, pode-se notar algumas características na forma de ocupação portuguesa na colônia brasileira. A primeira destas é a intenção de manter uma unidade cultural portuguesa, porém, sem a intenção de impor um padrão aos outros povos da colônia. Dentro deste contexto, analisando o processo de formação da sociedade brasileira, Gilberto Freyre escreveu em “Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira” (1980) que, o imperialismo inglês procurou impor a sua condição de sociedade aos seus colonos, nas esferas política, religiosas e sobretudo econômica, fazendo-o a partir de um imperialismo de caráter etnocêntrico. Já o imperialismo português apresenta-se de uma maneira diferente, uma vez que, com a maior aproximação com os povos da colônia, Portugal propôs um outro tipo de imperialismo, o antropocêntrico. É a partir deste ponto que a geração congressista de 1948 se pauta ao analisar como o açoriano é introduzido na sociedade brasileira e, sobretudo, catarinense. Mesmo

com alguns costumes incorporados, Piazza (1992) relembra que, embora o papel dos açorianos fosse o de “preencher o vazio demográfico do sul do Brasil”, “evitar a ocupação espanhola”, “resolver à Coroa o problema da fome e da superpopulação nas ilhas açorianas”, a vinda destes súditos da Coroa, significava, sobretudo, um recomeço.

Deste modo, a cultura açoriana, quando exposta nos livros didáticos apresentam um tipo discurso convergente com a valorização cultural açoriana, enquanto distante da lusitana. Assim, este tipo de livro representa, geralmente, uma vontade ideológica do governo e de grupos políticos em promover sua política social para as crianças e jovens de uma determinada localidade e temporalidade. Elencar traços característicos açorianos como a farra do boi, boi de mamão, pirão com peixe e a própria pescaria é um equívoco, uma vez que todas estas representações não foram criadas pelos açorianos, mas sim ressignificadas a partir de outras culturas já presentes no território colonial

Assim, para compreender este contexto e adaptar a linguagem aos estudantes menores, o educador deve sempre pensar que qualquer ressignificação deve ser oriunda da pesquisa de fontes bibliográficas. A supremacia colonial lusitana no Brasil pode ser pensada, através da problematização das fontes e não a partir de uma naturalização recorrente aos discursos presentes nos livros didáticos. Conforme o historiador Luiz Felipe Falcão (2004) alerta, como um Estado nacional pequeno, como o caso de Portugal, por tanto tempo, conseguiu estabelecer colônias nos lugares mais ermos do mundo? Aliás, como que o Estado lusitano conseguiu, em meio a disputas ideológicas e territoriais com holandeses, ingleses, espanhóis e italianos e, em meio a disputas internas, o êxito para lançar-se para o além-mar em uma época onde a tecnologia para este tipo de travessia ainda era escassa?

A pesquisa de Piazza (1992), no entanto, parece demonstrar um mote para esta possibilidade de problematização quando aborda que haveria a possibilidade de pessoas estrangeiras chegarem ao Brasil juntamente com a leva de açorianos. Piazza (1992), levanta a tese de que um certo frei, de nome Agostinho da Trindade, da ordem dos Carmelitas, analisou o Brasil Meridional nas prévias da chegada dos

açorianos, sendo este responsável por acolher as demandas e analisar as necessidades dos açorianos que aqui se estabeleceram e levar à corte de Lisboa. Para tanto, é interessante notar que a presença da Igreja no território brasileiro, não obra do acaso, é marcada a partir da interligação europeia entre a Coroa portuguesa e a Igreja Católica. Conforme cita Piazza (1992), haveria a possibilidade de pessoas estrangeiras a Portugal conseguirem emigrar ao Brasil com a permissão da Coroa. Assim, deixa explicado Piazza (1992) pelas considerações do Procurador da Fazenda Real em conversa com o rei português Dom João V,

Ainda que nas Ilhas haverá todos os *cazaes* que se querem mandar para a América, tenho por conveniente que para exercitar a natural frouidão dos *Ilheos*, se procure também alguns desta Cidade e como senão ainda mais propor arrecadar para os ditos fins alguns estrangeiros me parece se pode permitir a faculdade de passarem nesta *occazião* Italianos casados que *quizerem hir*, por ser a única nação católica romana que se pode mandar sem receio; mas sempre devem pedir licença no Conselho, para este lhe passar provisão com o exame de que se necessita para se evitarem os enganões que pode haver nesta matéria. (PIAZZA, 1992, p.66)

Embora a tese de Piazza, neste ínterim, seja favorável a ideia de possibilitar a vinda do açoriano pelo Estado Português, considero importante notar que a permissão que o rei português concede aos casais italianos de confissão católica um desvio daquilo que se pretendia no início. Ou seja, o *Uti Possidetis* português estendeu-se às ditas *nações amigas* de Portugal, ou seja, aos reinos católicos que não estão em conflito com os lusitanos e que, por ventura, pretendessem fazer parte do contingente colonizatório.

Outro ponto importante nesta tese de Piazza (1992) era a pobreza a qual os açorianos se encontravam no arquipélago. Esta situação, combinada com a esperança de enriquecer na colônia brasileira, teria possibilitado a vinda dos imigrantes para o Brasil Meridional. Esta troca de “gentilezas” entre a coroa portuguesa e a população dos Açores não foi mera coincidência. Os açorianos, neste momento, constituíam-se como um exército de povoamento para as possessões portuguesas e, segundo Piazza (1992), um certo “esquecimento salutar” nos Arquipélagos dos Açores e Madeira, de modo a deixar sua população paupérrima e desamparada, como forma de induzi-los a migrar para outro território.

Assim, em meio a este discurso, é importante também o educador perceber a necessidade de explicar os termos *Uti Possidetis, Esquecimento Salutar* e ressaltar a importância do catolicismo ao reino português na ocasião. Além de não apenas reproduzir o discurso já consolidado nos livros didáticos, torna-se importante questionar as próprias palavras que chegam aos bancos escolares, de modo a possibilitar aos estudantes a não repetição de conceitos que advêm do senso comum.

2.3 OS LIVROS DIDÁTICOS UTILIZADOS: UMA CONSTRUÇÃO EDUCACIONAL

Em uma sociedade cada vez mais interconectada, os jovens que chegam as salas de aula detêm acesso a uma imensa quantidade de informações. Não obstante, questionam frequentemente acerca da veracidade do que se dialoga nas aulas, se pautando em pesquisas prévias na internet ou ainda, em livros didáticos que possam apresentar anacronismos historiográficos. Não muito raro nós, professores de História, escutamos frases do tipo: “Mas eu vi na internet que ...”; “Olha aqui professor(a), esta é a verdadeira história do(a)...”. Isto acontece pois os educadores deixaram de ser a única fonte de conhecimento na sociedade da informação que vivemos.

A tarefa do educador em História, neste íterim, além de requerer muita leitura e estabelecimento de um diálogo com e entre os vestígios do passado, necessita de um enfrentamento simbólico para lidar com as ideias prévias dos estudantes, bem como elaborar um trabalho de reflexão sobre os conhecimentos historiográficos de modo a problematizar essas ideias prévias. Não à toa, em inúmeros momentos, nos deparamos com educandos e seus familiares ser referindo a uma memória da História como se fosse uma verdade indubitável e absoluta, ao invés de problematizar a própria História.

O livro didático possui um papel importante na cultura escolar brasileira e auxilia na condução da temática da aula pelo educador, em uma perspectiva problematizadora do ensino de História. Acerca do livro didático, Tânia Regina de Lucca (2009) afirma que

O livro que por suas características é chamado de didático particulariza-se de múltiplas formas – conteúdo, linguagem, natureza da edição e do editor, autoria, características físicas, público a que se destina, espaço de circulação, enfim, tudo o que se quiser derivar dessa condição. Contudo, isso não se altera a sua condição de livro e, enquanto tal, pressupõe algum tipo de autoria, existência física e leitores. (LUCCA, 2009, p. 151-152)

Conforme Zarbato (2009), o livro didático no Brasil tem origem no início do século XIX, para atender as necessidades de um sistema educacional que estava em organização. Recorria-se as traduções e importações, para que após isto, ser inserido como parte de políticas educacionais mais efetivas, com a produção de autores nacionais, fato este que, segundo a autora, ocorrera ao final do século XIX e início do século XX. Vale ressaltar ainda que, o livro era destinado prioritariamente ao professor, devendo este assegurar o domínio básico do conteúdo a ser transmitido.

Em Santa Catarina, a chegada dos primeiros livros didáticos ocorre a partir da criação da lei nº 35, de 14 de maio de 1836, apresentando assim, duas funções primordiais: a de orientação do trabalho pedagógico, atendendo as demandas do império e da administração pública escolar, e a segunda, na formação dos docentes. De acordo com Luciano (2007, p. 5) os livros tinham a função de imprimir nos alunos os princípios da civilização e do progresso, em voga nos países europeus, e que deveriam chegar a todas as províncias do império brasileiro. Seguindo esta construção,

para a disciplina de História, se destinavam a análise dos vultos históricos, seus feitos e datas comemorativas, incluindo as práticas cívicas (hasteamento e arreamento da bandeira ao som do Hino Nacional, o da Bandeira e o da independência, desfiles alusivos ao dia 07 de setembro, entre outras datas). (LUCIANO, 2007, p. 17)

Como se observa, a divulgação dos livros didáticos, inicialmente, constituiu-se por meio de manuais, onde os professores deveriam estar atentos as demandas educacionais dos governos e implantá-las em sala, de maneira a projetar uma conduta as quais os estudantes deveriam seguir.

Para fins de análise, elaborei duas tabelas para auxiliar na compreensão dos livros didáticos analisados nesta pesquisa. Na primeira tabela, constam os dados

relativos ao nome do livro didático, ano de publicação / edição analisada, Editora, Autores e Formação. Já na tabela 2, constam os dados sobre a adequação ao PNLD, adequação a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, ano de vigência da LDB em relação a publicação do Livro Didático, número de páginas dedicadas aos açorianos, número de páginas dedicadas aos outros povos e, por fim, um comparativo percentual do número de páginas relacionadas aos açorianos e o número de páginas total do livro didático.

Como os dados obtidos foram diversos, estes serão relacionadas através do número enquanto elemento comum as duas tabelas. Por exemplo, o primeiro livro didático analisado será o de Walter Piazza e Laura Hübener, *Santa Catarina História da Gente*, publicado em 1989, e contará com o número 1. O segundo livro, seguido a análise, será o livro *Santa e bela Catarina*, publicado em 1991, elaborado por Nilsa Teresinha de Melo, e contará com o número 2, e assim sucessivamente. Estas duas tabelas servem para as reflexões que desenvolverei nos próximos capítulos.

Tabela 1 - A relação entre os autores e seus livros didáticos

Número do Livro Didático	Nome do livro didático	Ano de publicação / Edição	Editadora	Autores	Formação
1	Santa Catarina: História da Gente	1989 / 3ª Ed.	Lunardelli	Walter Fernando Piazza e Laura Machado Hübener	Walter Piazza foi um doutor em Ciências Humanas e livre docente em História, sendo professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Laura Hübener Machado, conforme consta na orelha do livro, é mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.
2	Santa e bela Catarina	1991/ 1ª Ed.	FTD	Nilsa Teresinha de Melo	-----
3	Palhoça: Natureza, História e Cultura	2004 / 1ª Edição	Editadora do Autor	Vilson Francisco de Farias	Vilson Francisco de Farias possui mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1976)
4	Santa Catarina: Interagindo com a História	2005 / 1ª Edição	Editadora do Brasil	Lilian Sourient Roseni Rudek Rosiane de Camargo	Lilian Sourient é licenciada em Ciências Sociais Roseni Rudek é licenciada em Geografia Rosiane de Camargo é Licenciada em História
5	Santa Catarina: Interagindo com a História	2008 / 2ª Edição	Editadora do Brasil	Lilian Sourient Roseni Rudek Rosiane de Camargo	Lilian Sourient é licenciada em Ciências Sociais Roseni Rudek é licenciada em Geografia Rosiane de Camargo é Licenciada em História

6	História e Geografia de Santa Catarina	2013 / 1ª Edição	SEFE	-----	-----
7	Meu Estado: Santa Catarina	1997/ 2ª Ed.	Scipione	Julio Quevedo Marlene Ordoñez Geraldo Sales	Júlio Quevedo é Doutor em História Social pela USP; Marlene Ordoñez é Bacharel Licenciada em Ciências Educacionais pela PUC/SP; Geraldo Sales é bacharel e licenciado em Geografia, pela PUC/SP
	Santa Catarina de todas as gentes: História e Cultura	2009 / 3ª Edição	Base Editorial	Neide Almeida Fiori Ivone Regina Lunardon	Neide Almeida Fiori é doutora em Ciências Humanas pela UFSC Ivone Regina Lunardon é graduada em história pela UFPR
9	Santa Catarina de todas as gentes: História e Cultura	2011 / 4ª Edição	Base Editorial	Neide Almeida Fiori Ivone Regina Lunardon	Neide Almeida Fiori é doutora em Ciências Humanas pela UFSC Ivone Regina Lunardon é graduada em história pela UFPR
10	Estudando a História de Santa Catarina	2011 / 1ª Edição	Moderna	Cynthia Simioni França	Cynthia Simioni França é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
11	Geografia de Santa Catarina	2011 / 1ª Edição	Scipione	Isa de Oliveira Rocha	Isa de Oliveira Rocha é mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo.

12	Estado de Santa Catarina: Tempo, Espaço e Cultura	2014/ 1ª Edição	Scipione	Gislaine Azevedo Reinaldo Seriacopi	Gislaine Azevedo é mestre em História Social pela PUC/SP Reinaldo Seriacopi é bacharel em Língua Portuguesa pela USP e em Comunicação Social pelo IMS/SP
----	--	-----------------	----------	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Tabela 2 - Os Livros Didáticos e os açorianos

Número do Livro Didático	Adequa-se ao PNLD	Adequa-se a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina?	Adequa-se aos PCNs?	Ano de vigência da LDB?	Nº de Páginas dedicadas aos Açorianos?	Nº de páginas dedicadas aos outros povos?	Comparativo de páginas dedicadas aos açorianos em relação ao total de páginas?
1	Não	Não	Não	1971	5 páginas	26 páginas	5 de 167 p. O que equivale a um total de 2,99% do total de páginas
2	Não	Não	Não	1971	1 página	9 páginas	1 de 111 páginas O que equivale a um total de 0,9% do total de páginas
3	Não	Não	Não	1996	10 páginas	-----	10 de 291 páginas O que equivale a 3,43% do total de páginas

4	Não	Não	Não	1996	7 páginas	31 páginas	7 de 128 páginas O que equivale a 5,46% do total de páginas
5	Não	Não	Não	1996	7 páginas	31 páginas	7 de 136 páginas O que equivale a 5,14% do total de páginas
6	Não	Não	Não	1996	1 página	23 páginas	1 de 144 páginas O que equivale a 0,69%
7	Sim	Sim	Sim	1996	4 páginas	10 páginas	4 de 72 páginas O que equivale a um total de 5,55% do total de páginas
8	Sim	Sim	Sim	1996	7 páginas	100 páginas	7 de 280 páginas O que equivale um total de 2,5%
9	Sim	Sim	Sim	1996	7 páginas	100 páginas	7 de 336 páginas O que equivale um total de 2,08%
10	Sim	Sim	Sim	1996	5 páginas	59 páginas	5 de 176 páginas O que equivale a um total de 2,84%

11	Sim	Sim	Sim	1996	1 página	5 páginas	5 de 136 páginas O que equivale a um total de 3,67%
12	Sim	Sim	Sim	1996	14 páginas	37 páginas	14 de 168 páginas O que equivale a 8,33%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao analisarmos estas tabelas, pode-se perceber que a chegada dos açorianos em Santa Catarina é pouco abordada nos livros didáticos, com uma média de 3% das páginas totais dos livros analisados. Outro ponto importante é o fato de sete dos doze livros analisados, encontrados nas escolas não foram escolhidos pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), criado em 1997. Destes sete livros, cinco são posteriores a própria promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e do próprio PNLD.

Neste íterim, cabe ressaltar que, no livro *Santa e Bela Catarina*, não foi encontrado a titulação de Nilsa Teresinha de Melo, editado em 1991, tampouco nas pesquisas subjacentes, feitas através da internet. O livro didático *História e Geografia*, da Editora SEFE, editado em 2013, não identifica quem são seus autores ao longo do texto. Contudo, isso não se aplica aos livros didáticos restantes não contemplados pelo PNLD, nem aos que foram selecionados por este programa, que apresentam entre seus organizadores ao menos um Historiador.

2.4 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) E SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL REGIONAL

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado com base no decreto-lei nº 93, de 21/12/1937, e teve o intuito de produzir, selecionar e distribuir nas escolas obras didáticas que auxiliassem no ensino escolar. Em 1938 foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático, por ordem do decreto-lei nº 1.006, de 30/12/1938. O caráter de imposição do programa se observa a partir do Artigo 9º, quando em seu primeiro parágrafo, afirma que a “Comissão nacional do Livro Didático será composta de sete membros, designados pelo presidente da República, tendo notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral”. A partir desta classificação moralizante do ensino se percebe que a intenção do governo era estabelecer diretrizes para o ensino do país enaltecendo valores considerados importantes para a sociedade e pelo próprio governante. Ademais, no parágrafo subsequente, é vetada a ligação comercial de algum membro com qualquer editora nacional ou estrangeira.

Conforme Miranda e Lucca (2004), esta perspectiva, disfarçada de uma visão eurocêntrica da História e do próprio tempo, se liga a um programa de valorização de uma única identidade nacional, introduzindo os conteúdos de História do Brasil desde os anos iniciais da escolarização. E é neste ponto, a partir da Reforma Capanema, que ocorre a separação entre História Geral e História do Brasil, de fato. Assim, percebe-se que, inicialmente, o estudante terá contato e compreenderá a História do Brasil, para que, após isto, passe a estudar a História Geral.

Isto posto, não é de se estranhar o controle do governo Vargas sobre os livros didáticos e sobre os sujeitos envolvidos na sua produção, circulação e uso. Conforme Cassiano (2007, p. 19), entre os anos de 1938 a 1985, o Estado brasileiro utilizou-se de inúmeras formas de controle e intervenção estatal para nortear a circulação e disponibilização dos livros didáticos nas escolas brasileiras, em especial, no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Quando do processo de redemocratização, por meio do Ministro da Educação Marco Maciel, em 1985, uma nova política do livro didático é criada para tentar subtrair o autoritarismo e o ufanismo no meio escolar.

Nosso objeto de análise se encontra no período de 1985 até meados de 2007, no país já redemocratizado, em que é instituído, oficialmente, por meio do Decreto 91.542, de 19/08/1985, o Programa Nacional do Livro Didático / Ensino Fundamental (PLIDEF). O PNLD trazia princípios, até então inéditos, de aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública do então 1º grau (1ª a 8ª série, para alunos de 7 a 14 anos). Podemos dizer que, mais do que prescrições, seus direcionamentos continham determinada visão do educando da escola pública e, especialmente, implicavam um projeto de nação a ser empreendido na redemocratização do país, visto que políticas educacionais sempre se circunscrevem em contextos de políticas mais gerais. (CASSIANO, 2007, p. 19)

Choppin (2004) lembra que o livro didático exerce quatro funções básicas, que pode variar de acordo com o “ambiente sociocultural, com a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”. Para ele, o livro didático apresenta quatro grandes funções, sendo estas: “Função referencial; Função Instrumental; Função Ideológica e cultural; Função Documental”. Percebe-se, de acordo com esta leitura, de que entre as quatro funções apontadas por Choppin em seu estudo, a função ideológica está em grande parte influenciada a partir de uma estruturação de poder, advinda do século XIX, bem como da

instituição de determinados valores das classes dirigentes sobre as demais, tais como a bandeira, a língua, a moeda e o próprio hino nacional.

Choppin (2004) afirma ainda que, embora seja de grande importância na educação dos alunos, o Livro Didático não é o único instrumento disponível para este fim. A própria escola e as relações dialéticas e dialógicas presentes no universo escolar podem ser consideradas, também, como um utensílio de análise para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem. Para Zarbonato (2011, p. 20-21),

pode-se dizer, então, que a utilização de material didático pelos/as professores/as pode favorecer as discussões e reflexões sobre as transformações no cenário social e cultural, já que, a partir da década de 1980, emergem com ênfase os discursos voltados à valorização da contribuição das diferentes culturas, da História Local e Regional. Com isso, surgem coleções de livros didáticos voltadas para a publicização de elementos regionais, locais, pontuando as diferentes contribuições culturais e relacionando com as exigências dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

De acordo com Circe Bittencourt, em nosso país, a partir da criação dos cursos de História nos centros universitários, nos anos de 1950, intensificou-se a preocupação com a formação de professores de modo a proporcionar maior conhecimento com as pesquisas desenvolvidas pelas faculdades de Filosofia e Ciências Humanas. Já para os professores de História das Universidades, seria destinada a função de problematizar as novas pesquisas que abordassem, sobretudo, o ensino de História do Brasil. Estas pesquisas deveriam apontar a novas metodologias de ensino para serem aplicados nas escolas de ensino de 1º e 2º graus, as quais atendiam cada vez mais pessoas.

Para o ensino de História significava deixar de lado os questionários e as dissertações que repetiam, de forma mais fiel possível, os textos dos livros didáticos, e estimular os alunos com narrativas sob o pressuposto de centros de interesse. Nas escolas secundárias, no entanto, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, havia o problema de redefinir os objetivos da disciplina. A História mantinha-se como um ensino propedêutico com conteúdos selecionados para atender os exames vestibulares e que limitavam mudanças de conteúdos e métodos. Os objetivos centrais da História elaborados pelas políticas públicas do período da democratização populista deveriam limitar-se à disseminação do ideário da democracia racial brasileira: a forma pacífica da abolição dos escravos, a importância dos jesuítas na pacificação dos indígenas na fase da colonização, as contribuições dos africanos e dos índios na cultura brasileira... A proposta

para o ensino de História era, então, a de contribuir para resolver a equação Estado-povo-nação sob uma história que deveria manter os pressupostos da civilização europeia e esse projeto servia como confronto às várias experiências de renovação das escolas experimentais. (BITTENCOURT, 2018, p.140-141)

A partir da década de 1980, com a redemocratização, foram propostos novos currículos para a disciplina de História. Neste momento, devido a expansão do acesso a escolarização no país se observa uma precarização do ambiente escolar, com escolas sem manutenção, alunos desmotivados e professores em luta por melhores condições de trabalho e aumento de salários e, inclusive, livros didáticos circulando nas escolas, sem a chancela do próprio PNLD.

A partir da década de 1980, na conjuntura da reconstrução democrática, algumas tímidas ações no âmbito da Fundação de Assistência ao Estudante tangenciaram a discussão acerca dos problemas presentes nos livros didáticos distribuídos no território nacional. Esse movimento coincidiu com importantes debates a respeito dos programas oficiais de História, levados a efeito, sobretudo - mas não exclusivamente - nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Marco na política em relação aos materiais didáticos foi a criação, em 1985, do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A partir desse momento, progressivamente foram sendo incluídas no programa as distintas disciplinas componentes do currículo escolar e o programa foi se delineando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha. Cabe destacar, contudo, em relação a esse aspecto, a existência de pontos de estrangulamento derivados, sobretudo, da segmentação formal entre o MEC, instância de planejamento e normatização do programa, e o FNDE, braço administrativo e executor das ações que envolvem o processo de escolha, compra e distribuição das obras. Tais problemas, que remontam à origem do programa em sua versão atual, ainda hoje carecem de equacionamento sistemático e se apresentam como um desafio a ser enfrentado pelos gestores das políticas públicas. Pesquisas realizadas em território nacional e patrocinadas pelo próprio MEC indicaram, em momentos distintos, que há problemas incontestáveis envolvendo atrasos sistemáticos na edição e distribuição do guia para as escolas, incongruências de toda ordem no tocante à escolha feita pelos professores e envio das obras pelo FNDE, atrasos na recepção dos livros por parte das escolas, bem como fragilidades envolvendo o processo de utilização das obras enviadas, que chegam até mesmo a ser desprezadas e desconsideradas pelos professores. Todos esses problemas, no entanto, derivam do processo de operacionalização administrativa do programa e, portanto, escapam por completo à competência da comissão avaliadora, que não tem nenhuma possibilidade de ingerência nessas questões. Vale destacar que todos os relatórios técnicos apresentados ao MEC insistiram, de forma sistemática e incisiva, na urgência de medidas que solucionem os problemas apontados. (MIRANDA E LUCA, 2004, p. 126)

Segundo Bittencourt (2018), já na década de 1990, observando-se um certo fracasso, ante as demandas educacionais brasileiras, havia urgência, quando da

promoção de um novo currículo de História, de propostas para uma nova análise da história sociocultural de modo a contemplar também o mundo do trabalho. Esta referência reside no fato de que, na última década do milênio, um dos objetivos da escolarização era o aprendizado e a formação cidadã entre os estudantes brasileiros, o que denota um estímulo dos governos em propor uma consolidação dos ideais democráticos para todos os níveis de ensino e sistemas escolares, com a inclusão das chamadas minorias.

Assim, pode-se afirmar que, a partir dos anos de 1990, o Ministério da Educação, por meio do Governo Federal, passa a avaliar os livros didáticos. Deste modo, até o governo de Jair Bolsonaro, os professores universitários, em conjunto com os docentes da educação básica, participavam da análise dos livros didáticos para que estes recebam a chancela do PNLD. Isso representou um certo avanço na política de promoção da escolaridade, uma vez que, ao apostar em uma qualificação na análise destes próprios livros didáticos, passam a se evidenciar novas abordagens de conteúdos, tais como proporcionar mais fontes de reflexão ao leitor, imagens e fotografias, bem como as referências das pesquisas dos autores.

Em relação aos livros de História destinados ao segmento de 5ª a 8ª séries, foram realizados três processos consecutivos de avaliação vinculados, respectivamente, aos programas de 1999, 2002 e 2005. Cumpre destacar que houve variações de forma e substância em cada programa. Se, em 1999, cada volume era avaliado de modo unitário e independente frente à coleção, o que gerava circunstâncias conflitivas com relação à variabilidade no processo de escolha e uso das obras, tal situação foi alterada a partir do PNLD 2002, quando a unidade básica de avaliação e escolha passou a ser a coleção didática. Além disso, caminhou-se de um procedimento classificatório e distintivo, baseado em estrelas e menções discriminatórias, para um quadro meramente indicativo das obras aprovadas, o que modificou a própria organização do guia do Livro Didático que, na versão de 2005, apresenta-se ao professor como um catálogo organizado em ordem alfabética. Os critérios de avaliação, por sua vez, também foram sendo aprimorados, bem como as bases de cálculo utilizadas para a ponderação e tratamento estatístico das coleções avaliadas. (MIRANDA E LUCCA, 2004, p. 127)

Constata-se, assim, conforme Bittencourt (2018), que houve mudanças significativas pela introdução de novos conteúdos históricos com base em seu compromisso com a formação de uma cidadania democrática. Porém, infelizmente, a realidade da escolha dos livros didáticos não é exatamente esta. Em inúmeras

escolas, os livros didáticos já iniciam o ano letivo sem terem passado pelo crivo de seus educadores, devido a intensa rotatividade do quadro docente. A escolha dos livros didáticos fica a cargo dos educadores dos anos anteriores, o que não necessariamente condiz com o posicionamento acadêmico do professor vigente.

Neste íterim, Miranda e Lucca (2004) ressaltam que dentro do contexto editorial, a relação entre orientação metodológica e capacidade de vendagem/aceitação do mercado é amplamente desigual. Para as autoras, o livro didático assume, então, uma característica de mercadoria, uma vez que está sujeita as alterações impostas pelo público alvo e pela comunidade a qual estará exposto. Entretanto, como se trata de uma mercadoria, a propaganda e a agressividade a qual as editoras passam a tomar para que seus produtos sejam escolhidos, o que, claramente denota uma vantagem das grandes editoras sobre as demais.

3 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS AÇORIANOS NOS LIVROS DIDÁTICOS NÃO ORIENTADOS PELO PNLD

A partir do 1º Congresso de História de Santa Catarina, ocorrido em 1948, os açorianos passam a ser objeto de estudo e de uma tentativa de recriação de um passado vitorioso, de modo a solidificar uma tradição cultural no qual alguns elementos são sacralizados e tradicionalizados e algumas práticas são descartáveis.

A este respeito torna-se extremamente elucidativo um confronto – mesmo que breve – entre o 1º Congresso de História Catarinense de 1948 e o 1º Encontro Sul-Brasileiro de Comunidades Luso-Açorianas. O Congresso de 1948 era um Congresso de ambições fundamentalmente científicas. O seu programa científico era claramente o principal motivo de atração: compreendia, como vimos, dez comissões temáticas especializadas, às quais foram apresentadas um total de oitenta e cinco comunicações, que deveriam ter sido editadas por intermédio de um conjunto de volumes de atas. A edição destes volumes – a concretizar-se – teria sido o principal produto do Congresso. Para além do programa científico, o Congresso compreendeu também outras atividades, como exposições, exhibições de grupos de danças folclóricas, etc. Mas essas atividades eram claramente extra-programas de um Congresso que se configurava sobretudo como

uma reunião de eruditos e intelectuais empenhados na discussão científica da temática açorianista. (LEAL, 2007, p. 226)

Uma das obras que influenciaram o movimento foi o livro *A vitória da Colonização Açoriana* de Oswaldo Cabral (1941) que afirmou que se negara, até a década de 1940, todo o passado lusitano no Brasil. Cabral, ao defender a tese da vitória da colonização açoriana, apontava para o caráter de brasilidade pertencente a população do litoral, uma vez que estes eram descendentes de portugueses, não os imigrantes, como eram chamados os italianos e alemães. Conforme Ferreira (2006), a tese que Cabral levantara, garantia apenas aos descendentes de açorianos que se urbanizaram, o cunho do termo vitorioso. Seguindo este raciocínio, o açoriano vinculado ao meio rural, coube a alcunha de indolente, preguiçoso, amarelo e derrotado.

Segundo Flores (2000), pode-se perceber neste momento, a intenção de Cabral em vincular a ideia de sucesso a uma perspectiva elitista e desenvolvimentista, constituindo como parte de uma propaganda pró-urbanização almejado pelo próprio governo brasileiro. Assim, contrariando o que Cabral (1941) escrevera, Ferreira (2006) sustenta que, ao final do século XIX e início do século XX, alguns festejos realizados pelos descendentes de açorianos já estavam proibidos nas áreas urbanas, tais como boi na vara, boi de mamão a Folia do Divino e o Terno de reis, porém, com a fiscalização mais amena nas áreas rurais. E é neste fato que possibilita a compreensão do anacronismo historiográfico em Cabral, uma vez que o descendente de açoriano, ao sair do meio rural e ter logrado sucesso, como o pesquisador afirmara, hibridizou sua cultura em meio as outras já existentes no cenário urbano do litoral catarinense.

Esta análise, elaborada Ferreira (2006) em sua tese de doutorado, auxilia na compreensão da política do Estado brasileiro que, ainda em 1935, estabelece para uma nacionalização cultural, o que acarretou a uma vinculação de um passado brasileiro aos descendentes dos açorianos. Para Flores (2000), houve pouco contato entre os descendentes dos açorianos vindos da Europa, com os novos imigrantes, alemães e italianos, na região litorânea de Santa Catarina, devido ao isolamento que estes atravessavam desde sua chegada.

Conforme Sayão (2006) demonstra, após o centralismo político do Estado Novo, novas possibilidades de se compreender culturalmente o Brasil se apresentam, seja por regiões ou pelos próprios Estados que constituem o país. Em 1948, ao se realizar o 1º Congresso Catarinense de História, buscou-se evidenciar um caráter identitário que compusesse o ideal de brasilidade no estado de Santa Catarina, e este ideal foi o açoriano. Isto se deve ao fato de que o descendente lusitano representava uma parte importante da história brasileira naquele momento, uma vez que legou a religião católica e parte de sua cultura a colônia brasileira, que, em contrapartida, levou a construção de uma ideia de brasilidade.

Pode-se perceber que, mesmo em Estados vizinhos, tanto Santa Catarina quanto Rio Grande do Sul buscaram, na literatura e em aspectos da cultura, parâmetros para alicerçarem um personagem que caracterizaria a sua cultura como individual, porém, sem deixar de fazer parte de uma cultura geral, abasileirada.

Em Santa Catarina, o processo nacionalizador, ou seja, de homogeneização cultural, luso-brasileira, foi bastante intenso. O governo catarinense seguiu a política central criando meios para formar a brasilidade do estado. As populações de origem alemã e italiana sofreram repressão. Escolas, jornais, teatros e clubes foram fechados. Intelectuais e políticos debruçaram-se sobre a busca das raízes históricas que mostrassem para o resto do Brasil que Santa Catarina era um estado brasileiro pela sua origem portuguesa. O povoamento açoriano no século XVIII garantiria este caráter luso-brasileiro. (FLORES, 2000, p.77)

Embora a obra de Cabral seja anterior a de Moysés Vellinho, percebe-se que a premissa resguardada através da construção de um discurso pró-regionalismo se encaixa com a premissa de uma cultura ameaçada. Enquanto o gaúcho, segundo Vellinho (1975), seria aquele que viveria na fronteira do país, resguardando o ideal nacionalista no gauchismo, mas em contato frequente com o meio hispânico, o açoriano, segundo Cabral (1941) estava em contato com o *colono alienígena*. Porém, ao contrário do sujeito vindo dos Açores, os colonos ítalo-germânicos, os quais Cabral engloba enquanto *alienígenas*, são aqueles que não extraem seu sustento apenas da terra, mas, sobretudo, criam indústrias manufatureiras e de exploração da madeira, ampliando o comércio na região e diversificando a economia destas localidades.

Voltando ao cenário catarinense, entre os anos de 1948 a 1980, a produção acadêmico-literária sobre o açoriano foi cedendo espaço aos estudos sobre hábitos e costumes dos povos de Florianópolis. Segundo Sayão (2004), ao final da 2ª Guerra Mundial, houve uma crescente demanda, na América Latina, para a abertura à cultura de massas, vinda a partir dos Estados Unidos, que buscava novos mercados para expandir seus interesses culturais e econômicos. Por causa disto, de modo a resistir a uma suposta invasão cultural estado-unidense, buscou-se refletir acerca do lugar da cultura catarinense no cenário nacional. Para Sayão (2004) a criação de uma Comissão de Folclore foi responsável por criar a identidade de um sujeito, outrora caracterizado por Cabral (1941) como aquele que sucumbiu por não largar a terra, mas que no final do século XX passa a ser visto como uma figura positiva.

Embora esta construção de um discurso pró-açoriano não tenha obtido o êxito esperado pela geração dos congressistas observa-se que, a partir da década de 1980, com o aumento da indústria turística e da especulação imobiliária na grande Florianópolis, surge um novo discurso adaptado a este açoriano: o *manezinho da ilha*. Cabe ressaltar que se pretendia fazer com que a cultura característica de Florianópolis, anteriormente alienada a um discurso pró-açoriano, sobrevivesse em meio a “invasão da ilha” de Florianópolis, sobretudo, durante as décadas de 1980 a 2000. Desde modo, o discurso sobre este grupo passou a englobar as inúmeras culturas presentes na Ilha de Florianópolis, sendo desenhado enquanto um sujeito bem-humorado, humilde e acolhedor, para representar um atrativo aos que chegavam, motivados por uma imagem de vida confortável e garantida devido aos inúmeros concursos públicos que abriam vagas na região.

Especialmente a partir dos anos 60, com a fundação da Celesc e Telesc, cresce e prolifera uma rede de novos moradores. Esse fluxo migratório e a condição de capital turística contribuiu para o adensamento e o surgimento de novas demandas públicas urbanas. Ou seja, não eram forasteiros quaisquer, a configurar um grupo amorfo, como foi o caso de muitas cidades. [...]

[...]

A cidade atraiu funcionários públicos, profissionais liberais, arquitetos, engenheiros, médicos, aposentados, artistas, professores, estudantes vindos do interior do Estado e de outros Estados do país. Atraiu pequenos empresários, que vieram montar seu negócio, em especial aqueles ligados

ao setor do turismo. Atraiu, também, migrantes pobres que ocuparam morros e áreas periféricas da cidade. (FANTIN, 2000, p. 36)

Não obstante, nos dias atuais, por exemplo, quando se abordam nas escolas e até nas comunidades da grande Florianópolis sobre os traços característicos da cultura relativa a esta região, projeta-se uma percepção de que o pirão d'água, a pesca da tainha, o linguajar característico e até os folguedos populares sempre estiveram no cotidiano dos primeiros habitantes açorianos na Capitania de Santa Catarina. Contudo, ao celebrar este passado construído recentemente, descartam a ideia de que o açoriano, por ventura, fosse um sujeito indolente, preguiçoso e malandro, ou como as próprias algas, como designara Gama D'Eça, em *Homens e Algas* (1992). Inclusive, este suposto passado, atualmente observado nestas características positivas, são motivo de orgulho e de destacamento social por parte dos próprios habitantes da grande Florianópolis e é reforçada por uma supervalorização historiográfica que, por outro lado, contribui para o silenciamento de outras etnias e culturas no próprio espaço catarinense.

No final do século XIX e início do século XX, os novos estados, com suas fronteiras delimitadas, sobretudo pelas disputas das oligarquias locais, buscaram pela Geografia e História legitimar sua condição independente, construindo tradições comuns para os paulistas, os gaúchos, os mineiros, destacando suas especificidades e suas contribuições para a grandeza da nação. (BITTENCOURT, 1993, p. 221-222)

No caso dos açorianos, nos livros didáticos de História, são em grande parte abordados apenas no século XVIII, quando da ocupação da região supracitada ou ainda quando alguns livros trazem sua figura vinculada a do manezinho, ao final dos anos de 1980, como uma figura símbolo da região. Porém, e neste meio tempo, esta suposta cultura açoriana desapareceu? Ou ainda, porque ela desapareceu e reapareceu cerca de 200 anos mais tarde, valorizada na grande Florianópolis?

Em relação aos livros didáticos explorados neste capítulo, cabe ressaltar que estes não estão presentes no guia publicado pelo MEC, uma vez que estes foram produzidos antes da instituição das avaliações dos livros didáticos, tampouco atendem as especificidades que o próprio PNLD pretendia. Deste modo

O fato de uma obra não estar presente no Guia publicado pelo MEC traz efeitos financeiros indesejáveis que, em alguns casos, culminaram no desaparecimento de editoras e/ou em fusões de grupos editoriais. A

instituição de uma cultura avaliativa, num contexto político democrático, acabou por desencadear poderosos mecanismos de reajustamento e adaptação no mercado editorial. (MIRANDA; LUCCA, 2004, p. 128)

Porém, cabe ressaltar que, embora os livros didáticos não sejam escolhidos a partir do PNLD, estes continuam circulando nas escolas, como complementos dos próprios livros didáticos escolhidos pelo PNLD e, também, como diretrizes de pesquisa para os educandos e educadores que acessem os locais os quais estes livros se encontram, sejam bibliotecas ou salas de leitura.

3.1 SANTA CATARINA: HISTÓRIA DA GENTE

No ano de 1989, os historiadores Walter F. Piazza e Laura M. Hübener publicam a 3ª edição² do livro *Santa Catarina: História da Gente*, destinado ao 2º Grau (atual Ensino Médio) e pré-vestibular. Esta edição é a 3ª, e sua publicação ocorreu no ano de 1989.

Walter Fernando Piazza nasceu em Nova Trento, em 1925. Historiador de formação, foi doutor em Ciências Humanas e Livre Docente em História, e sua obra se debruçou sobre a História de Santa Catarina. Foi professor na Universidade Federal de Santa Catarina de 1957 a 1982. Laura Machado Hübener é bacharel e licenciada em História, tendo grau de Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professora na UFSC e membro da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Segundo Bechler (2018) as orelhas do livro trazem uma síntese da obra bem como de sua relevância, uma vez que propõe aos educadores a concretização da posse da própria história de Santa Catarina, de modo a disponibilizar aos seus alunos, de maneira didático-metodológica. Isto, reforçado pela valorização da sociedade, economia, cultura e política deste estado. Na outra parte, os autores são retratados em suas qualificações e respectivas funções, de modo a elucidar ao leitor

² A primeira edição é do ano de 1983.

quais as intenções e formações dos escritores e pesquisadores, ambientando-os a linguagem trabalhada e aos focos de seus estudos.

Ao analisarmos o sumário, o livro já dá uma indicação do que se propõe, ou seja, analisar a História, ensinada no Ensino Médio, como uma ciência de viés positivista, pautada por uma cronologia com seu início, meio e fim consolidados. A aposta dos autores para a explicação da temática açoriana, é sobretudo, elaborada a partir dos mapas de viagens, localização territorial e dos povoados fundados a partir do estabelecimento dos lusitanos que chegaram na Capitania de Santa Catarina. Porém, tais mapas não possuem créditos ou notas de referência.

Nesta análise, cabe ressaltar que a utilização de tal temática é utilizada apenas para representar o período correspondente entre 1748 a 1756. Deste modo, percebe-se que o ideal republicano está presente no discurso dos autores quando abordam os açorianos, pois estes se utilizam de algumas palavras, tais como soberania (que aparece uma vez), desejo (dos açorianos e madeirenses de virem para o Brasil – aparecendo duas vezes), migração (que aparece uma vez), pobreza (que aparece duas vezes), superpopulação (duas vezes), produtos tradicionais (uma vez), tradição pesqueira (duas vezes). Estes termos aparecem ao longo de 4 páginas.

Quantitativamente pode-se perceber que não aparecem relacionadas a outros povos, porém, nas análises sobre os açorianos, estes termos, minuciosamente colocados ao longo do texto, convergem para a tentativa de influência no ideal pretendido a partir da década de 1980, o de reforçar uma suposta tradição cultural de base histórica, de modo a propor um enfrentamento ante as demais culturas que chegavam na capital de Santa Catarina, devido a abertura de concursos públicos na região e uma suposta qualidade de vida que a ilha traria para seus habitantes.

Mas uma identidade catarinense era algo difícil de ser desenhada. O estado comportava uma multiplicidade de culturas étnicas. Apesar do esforço para amalgamar a diversidade cultural numa única – luso-brasileira -, os outros povos, bem ou mal, não abandonaram completamente suas tradições. (FLORES, 2000, p. 77)

Embora a noção de *soberania* já fosse utilizada no império português, a ideia é reforçada também nos períodos posteriores, sobretudo na República brasileira. Este ideal, ligado a construção dos limites do território nacional, a construção da Soberania se dá através da propaganda de símbolos pátrios, tais como o hino, a bandeira e brasão de armas, bem como os heróis nacionais. Estes símbolos, reforçados nos livros didáticos, traduzem a necessidade dos governos brasileiros em manter uma unidade nacional e reforçar o ideal de ser e sentir-se enquanto brasileiro.

Entrementes, ao que parece, houve mais um esforço econômico e propagandista da própria coroa portuguesa em povoar a região sul do Brasil, do que o contrário. Haja vista que, tendo como base os números trazidos pelo próprio historiador Walter Piazza, havia cerca de 150 mil pessoas nas nove ilhas do arquipélago, deslocando-se apenas cerca de 6 mil pessoas.

Quanto ao termo *pobreza*, segundo Cabral (1941, p. 16), o deslocamento dos casais “resultará às ditas Ilhas grande alívio em não vir padecer os seus moradores, reduzidos os males que traz consigo a indigência em que vivem...”. Outrossim, coube a Cabral (1941) explicar que “não era outro o desejo dos açoritais *sinão* o de fugir à miséria das suas ilhas superlotadas – e por isso atendeu-os El Rei, mandando que se transportassem para o Brasil quantos o desejassem, afixando-se nas ilhas editais para inscrição dos que pretendessem emigrar”. (CABRAL, 1941, p. 16).

Um segundo ponto abordado pelo autor é o excesso populacional que provocava a escassez de alimentos. Por volta de meados do século XVIII, o Arquipélago dos Açores apresentava cerca de 155 mil pessoas. Porém, mesmo apostando em cálculos recentes, como aponta Luciano Costa Gomes (2017), um pouco mais de 7 mil indivíduos desembarcaram na ilha de Santa Catarina. Este montante representa cerca de 5% da população que teria vindo da parte insular lusitana, o que certamente não teria influenciado decisivamente no controle deste excesso populacional. O discurso de superpopulação, neste caso é projetado como um dos fatores da pobreza que afetava a população da ilha. Percebe-se que estes

conceitos se confundem, uma vez que são analisados a partir de uma ótica desenvolvimentista, que observa o trabalho na zona urbana das cidades como fruto de aprimoramento de uma dada sociedade. Uma suposta superpopulação criada, para garantir que os espanhóis não reivindicassem o sul do Brasil, e o Império Português não perdesse a possibilidade de acesso ao Rio da Prata, conhecido como importante entreposto comercial da região.

Piazza e Hübener (1989) defendem que uma das razões do fracasso dos povoamentos açorianos na Capitania de Santa Catarina é a sua superpovoação. Esta retórica, a mesma utilizada pela geração de 1948 para a partida da população insular portuguesa parece demonstrar uma ineficácia do governo junto a seus conterrâneos, uma vez que, quando de sua chegada na costa litorânea catarinense, muitos açorianos não recebem o que lhes fora prometido quando de seu embarque, como gêneros alimentícios, terra e animais de tração. O interessante é analisar que Piazza (1992), ainda que influenciado pela pesquisa nas correspondências reais de João V, do Conselho Ultramarino e do Brigadeiro José da Silva Paes, observa apenas um viés economicista da própria história, evidenciado nas lamentações do rei frente a um povo que, supostamente, não produzia nada segundo sua vontade.

É fato que, paulatinamente, estes primeiros açorianos tiveram que se adaptar a novos costumes na Capitania de Santa Catarina. Um outro ponto que cabe destacar é, conforme Marques da Silva (2015), a tese de que o povo português é um povo pescador por excelência e que aparece na obra referenciada de Piazza e Hübener (1989). Segundo Marques da Silva (2015), esta imagem do português como tendo uma vocação marítima é uma elaboração da propaganda da ditadura salazarista, que tentou afirmar a pesca, sobretudo a do bacalhau, como um símbolo nacional português, e o pescador, por conseguinte, como aquele que possibilitou esta tradição. Este fato é evidenciado a partir da criação do que se denomina de a “tradição do Bacalhau”, durante a ditadura salazarista e que, tampouco, tenha alguma ligação com uma tradição pesqueira açoriana, ainda mais em terras catarinenses.

Outro fato relacionado a pesca e aos açorianos, já na Ilha de Santa Catarina, é a pesca da baleia. Como Piazza e Hübener (1989) afirmam,

Por outro lado, o açoriano mantém a continuidade da tradição pesqueira. Sua chegada coincide com a implantação e desenvolvimento das armações de baleia. Assim, passam a desempenhar aquela atividade em alto-mar. Em decorrência disto, começa a aparecer a construção naval. (PIAZZA E HÜBENER, 1989, p. 39)

Um aspecto do qual os pesquisadores não se questionaram quando de sua análise historiográfica foi acerca do custo para se pescar uma baleia e o que se necessitaria para efetivar a referida pesca. Deste modo, ao se preparar a pesca de uma baleia, geralmente deveria ser construído uma armação, com casas, capela, armazéns, fornalhas, tanques, caldeiras, além de ter uma embarcação larga o suficiente para conseguir puxar a baleia após o seu abate. Isto, contudo, se a coroa real portuguesa autorizasse a pesca por meio dos denominados contratos da baleia. Aliado a isto, a atividade deveria ser composta de gente suficiente para a pesca, o que provavelmente geraria maiores custos. Deste modo, outro ponto que desmistifica a pesca da baleia a partir dos açorianos desde sua chegada na Capitania de Santa Catarina, foi o fato de que este povo apenas ao final do século XVIII, inicia, no arquipélago dos Açores, a pesca deste mamífero.

Neste contexto, Piazza e Hübener (1989) afirmam que

Grande foi o elenco de manifestações da cultura popular transplantada dos Açores para o litoral catarinense. Alinham-se as técnicas de pesca, o folguedo do boi na vara, o carro de bois, a olaria utilitária e decorativa, a renda de bilro, os pão por Deus – como manifestação de literatura popular, as danças (geralmente denominadas fandangos), as festividades do ciclo do Divino Espírito Santo, além evidentemente do grande substrato linguístico, no qual se apoiaram e se aculturaram os demais grupos que se instalaram, principalmente no litoral catarinense. (PIAZZA E HÜBENER, 1989, p. 39)

A análise dos autores direciona, assim, a um silenciamento das culturas no Estado de Santa Catarina, orientando os estudantes nos livros didáticos. Ainda que não se negue a importância cultural dos povos de origem portuguesa neste Estado, inúmeros estudos comprovam que os açorianos que aqui estiveram, mantiveram contato com indígenas e afrodescendentes, compreendendo e utilizando seus conhecimentos para sobreviverem na costa litorânea catarinense.

Outrossim, nas escolas e nos próprios livros didáticos, os colonos são organizados segundo uma ordem prévia existente, seguindo uma cronologia de ocupação. Não à toa, que nesta obra, Piazza e Hübener (1989) demonstram por meio de imagens, onde supostamente, os colonos ficaram distribuídos, refutando quaisquer possibilidades de encontros e trocas culturais, em uma perspectiva fatalista da própria História, no qual negros, indígenas e europeus não decidiriam suas ações e ficariam isolados em suas comunidades.

Isto reforça um discurso que corrobora o isolamento cultural das diversas etnias catarinenses, no qual cada cultura desenvolveu-se sem o contato com as demais. Para tanto, segundo esta perspectiva proposta por Piazza e Hübener (1989), os portugueses açorianos seriam alocados, ainda no Brasil Colonial, na parte da costa litorânea da Capitania de Santa Catarina, de Itajaí aos Campos de Santa Marta (região próxima a Laguna), bem como os alemães na parte nordeste, os italianos na parte Sul e Sudeste e, no século XX, os descendentes de gaúchos fechariam o ciclo de povoação do Estado de Santa Catarina, ocupando a parte do Meio-Oeste e Oeste catarinense.

Este tipo de pensamento parece desconhecer que os negros e os indígenas são parte integrante da sociedade ou, na melhor das hipóteses, os limita a reproduzir um padrão cultural específico dos descendentes de europeus, não problematizando uma miscigenação cultural proveniente do dia a dia, do que acontece na própria sociedade. Em especial, no caso açoriano, tudo se passa como se não tivessem ocorrido diversos compartilhamentos e trocas culturais em quesitos como alimentação, festejos e religiosidade. Mesmo em se considerando as denominadas fontes “semi-íngens”, termo cunhado por Oswaldo Cabral, todas elas tiveram influências de outros povos da colônia, como é o caso da alimentação a base de farinha de mandioca. Tida como elementar à cultura açoriana, ela diz respeito a uma raiz nativa da América que não foi adaptada aos cultivos europeus, sendo que os indígenas já a misturavam, ralada, com água para a formação de uma papa grossa.

A partir disto, os autores apostam na ótica da análise comparativa entre o País e o Estado de Santa Catarina. A cada passo dado, os autores refletem sobre a temporalidade nesta região. Deste modo, percebe-se que os autores utilizaram dois mapas, para mostrar a rota destes até chegarem ao sul da colônia brasileira. Não poupam esforços em demonstrar que houve um consenso na partida dos açorianos e no próprio recrutamento destes para ocuparem o litoral da Capitania de Santa Catarina. Como Piazza e Hübener (1989, p. 35) afirmam,

O desejo dos açorianos, como também dos madeirenses, de se transferirem para o Brasil coincide com os interesses da Coroa portuguesa. É a atividade povoadora dando cobertura aos objetivos políticos, ou seja, a ocupação dos territórios fronteiros despovoados a fim de evitar qualquer reclamação futura, por parte da Espanha.



Figura 1 - A rota dos transportes partindo do arquipélago dos Açores e Madeira, p. 36

Deste modo, notadamente, o mapa faz menção de uma possível rota dos viajantes até chegar na Capitania de Santa Catarina. Porém, os autores acabaram não explorando a representação cartográfica em si, atentando-se em abordar as tratativas políticas, tais como a Carta Régia de 1746 e a expedição do Regimento que “regulamentava as condições de transporte e estabelecimento dos ilhéus em uma nova terra”, de 1747.

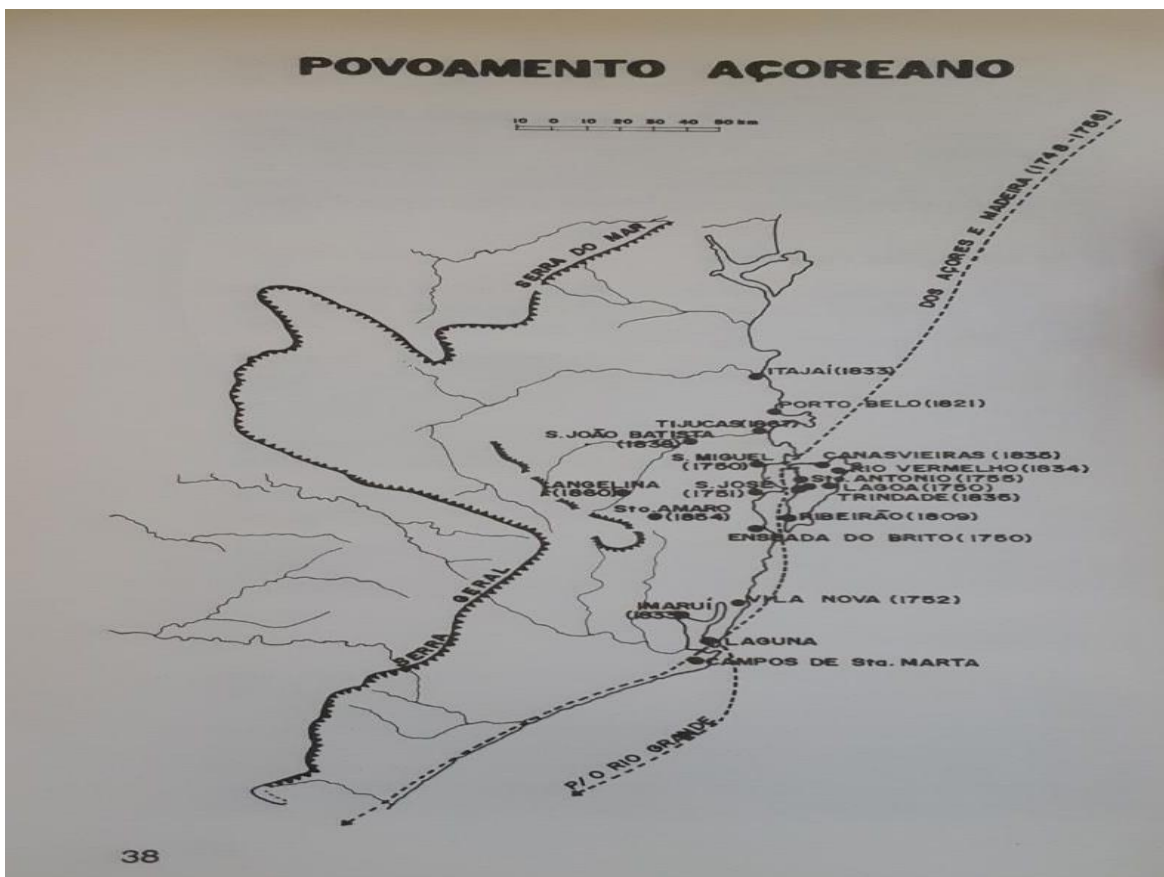


Figura 2 - Mapa das vilas fundadas a partir da ocupação dos povos vindos do Arquipélago dos Açores e Madeira, p. 38

Trabalhar com mapas em sala de aula, a partir dos livros didáticos é um recurso didático importante, uma vez que pode situar os educandos dentro de um espaço geográfico, buscando-se explicar um espaço temporal específico. Assim, conforme Zarbato (2009) afirma que a importância do uso das imagens é um fator que merece destaque no processo de aprendizagem, uma vez que

Com base na reflexão de que os livros didáticos têm sua importância no cenário educacional e que, principalmente os livros que abordam a História de Santa Catarina permitem a fundamentação de construção de discursos, imagens e interpretações sobre os diferentes modos de viver no estado, centramos a análise sobre estes como documentos. Além de dotar de inteligibilidade a trajetória do ensino de história de Santa Catarina, evidenciando, em sua historicidade, as formas de apropriação e construção do conhecimento histórico escolar em suas permanências e descontinuidades e, também, quais os pertencimentos, as identidades, as memórias foram e são construídas nesse processo. (ZARBATTO, 2009, p. 21-22)

Neste caso, denota-se uma tentativa dos autores em evidenciar o caráter açoriano como promotor de uma cultura regional e, sobretudo, litorânea, deixando assim, ao elemento ítalo-germânico, a ocupação do interior do território catarinense.

Nota-se que nesta parte do livro, como recurso de afirmação acerca do povoamento europeu sobre a colônia brasileira, os autores utilizam algumas palavras recheadas de duplos sentidos, tais como descobrimento (que aparece no capítulo I, da segunda parte, por três vezes), reconhecimento (aparece 2 vezes ao longo desta parte), povoadores (contando com três vezes), missão (2 vezes), desenvolvimento (aparece 3 vezes) e migração (aparece uma vez). Embora não pareçam muitos estes usos, estão concentrados em partes importantes da obra, uma vez que, ao problematizar as fontes utilizadas, os autores escolheram empregá-los mediante o contato dos europeus com os outros povos, indígenas e africanos ou afro-brasileiros. Assim, deste modo, pode-se compreender que ainda há a presença de uma visão eurocêntrica na escrita deste livro didático.

A ressignificação das palavras elencadas acima, se dá a partir da percepção de que, implicitamente, os autores quiseram reforçar o caráter de inferioridade que colônia brasileira estava atravessando, frente ao processo de colonização o qual impôs Portugal, durante quase 300 anos, como aborda o próprio livro didático.

Na parte destinada aos açorianos, percebe-se que o livro didático pretende-se como um replicador de uma construção cultural a partir do 1º Congresso de História de Santa Catarina, de 1948.

Grande foi o elenco de manifestações da cultura popular transplantada dos Açores, para o litoral catarinense. Alinham-se as técnicas de pesca, o folguedo do boi-na-vara, o carro-de-bois, a olaria utilitária e decorativa, a renda-de-bilro, os pão-por-Deus – como manifestação de literatura popular, as danças (geralmente denominadas fandangos), as festividades do ciclo do Divino Espírito Santo, além evidentemente, do grande substrato linguístico, no qual se apoiaram e se aculturaram os demais grupos que se instalaram, principalmente no litoral catarinense. (PIAZZA E HÜBENER, 1989, p. 39)

Neste momento, percebe-se a presença tanto de registros temporais, tais como renda de Bilro e Pão por Deus, bem como de registros atemporais, como a pesca, olaria e o carro de boi. Por registros temporais, compreende-se que estes apresentam uma duração confirmada através do tempo e de um espaço específico.

Há, sobretudo a presença de elementos culturais temporais na cultura açoriana como o boi na vara, renda de Bilro e o Pão por Deus. Porém não se pode afirmar se estes são característicos de sua própria produção cultural, sendo melhor considerados enquanto produtos apropriados de outras culturas. No outro lado, os elementos culturais atemporais, encontram-se a pesca, carro de boi, danças em geral e a olaria decorativa e utilitária, uma vez que inúmeros povos da humanidade fizeram e ainda fazem uso de tais práticas.

Percebeu-se que, embora não apareçam em grande quantidade no livro didático, estes elementos reforçam um ideal cultural de preservação frente as outras culturas do Estado. Dos elementos culturais, contou-se nove elementos da cultura atemporal, sendo dois termos correspondente a pesca, um citando o carro de boi, um sobre a dança em geral, um citando a atividade artesanal, um referente a tecelagem manual, dois referentes ao plantio e ao consumo da farinha de mandioca como base da alimentação e um sobre a olaria decorativa e utilitária. Já dos elementos culturais temporais, contabilizou-se 4 elementos, sendo estes: um citando o Pão por Deus, um da renda de bilro, um sobre a Festa do Divino e um sobre o substrato linguístico (linguajar característico)

Nesta parte, notou-se um uso grande das palavras migração, sendo esta vinculada sempre aos imigrantes europeus, em sua maioria alemães e italianos e, colônias, sendo estas definidas a partir da perspectiva de criação de colônias de imigrantes europeus. A estes dois termos, notou-se a inserção de 20 vezes a palavra imigrantes e 25 vezes o uso do termo colônia em um espaço de 54 páginas.

3.2 SANTA E BELA CATARINA

No início da década de 1990, há a distribuição de mais livros didáticos nas escolas, novamente voltados a temática açoriana. Um destes é o livro *Santa e Bela Catarina*, direcionado ao Ensino de 1º grau (atual Ensino Fundamental I), para a disciplina de Estudos Sociais, publicado no ano de 1991, pela editora FTD e de autoria de Nilsa Teresinha de Melo.

O livro apresenta em sua capa elementos referentes ao trabalho nos meios rural e urbano, como indústrias e plantio de uva. Entre estes, apresenta-se a ponte, na parte frontal, que faz remete a união entre a zona urbana e zona rural. Tudo isto aliado ao título Santa e bela Catarina, o que induz ao educando compreender, implicitamente, o ideal do desenvolvimentismo aliado na força do trabalho do imigrante alemão e italiano.

A temática açoriana surge a partir do capítulo 15, denominado “A formação do povo catarinense”. Inicia na página 60 e apresenta conteúdos até a página 67, e na página 68 traz exercícios de reflexão. Porém, quando analisamos o termo *formação*, percebe-se que a autora agrega este conceito ao europeu, seja português, italiano ou alemão. No caso açoriano, há uma descrição pequena acerca das localidades criadas, porém, nada consta a partir dos anos de 1756. Quanto a situação dos povoados na costa litorânea catarinense,

Além de se estabelecer na vila de Nossa Senhora do Desterro, e seus arredores, os açorianos foram os fundadores das freguesias de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito (1750), São Miguel (1750), São José (1751), Vila Nova e Sant’Ana do Imirim (1752), Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, também na Ilha de Santa Catarina (1755). E destas povoações, apesar do crescimento populacional, não se formaram outras comunidades, quer na Ilha de Santa Catarina, quer no seu continente fronteiro. Recebendo doações de terras para o cultivo, os açorianos tentaram plantar o trigo, um dos produtos agrícolas tradicionais dos Açores e da Madeira. Não tiveram sucesso, devido aos ataques da praga conhecida como ferrugem. Dedicaram-se também ao cultivo do linho, do cânhamo e do algodão. Mas a cultura que prevaleceu, aprendida no novo continente, foi a da mandioca, que chegou a ser exportada. De seus costumes originais, os açorianos mantiveram a atividade pesqueira e a tecelagem manual. (MELO, 1991, p. 63)

Ao construir a imagem do açoriano a autora faz menção, na página 58, da fotografia de uma rendeira tecendo a partir do bilro, sua renda. Porém, o que salta aos olhos é a veiculação desta atividade como uma herança do imigrante açoriano, e estar enquadrada na sessão turismo, do próprio livro didático.



Figura 3 - Sessão turismo - Renda de Bilro - herança do imigrante açoriano, p. 58

A autora afirma que

Quando as pessoas viajam com a finalidade de conhecer lugares, fazem turismo e são chamadas de turistas. O turismo é importante porque:

- Aumenta a arrecadação do local;
- Amplia os conhecimentos dos viajantes;
- Estimula o desenvolvimento com a melhoria de estradas, aeroportos, hotéis, restaurantes e comunicações (telefone, retransmissão de rádio e TV);
- Torna o lugar visitado mais conhecido.

O Estado de Santa Catarina possui muitas atrações turísticas. O modo de com algumas casas foram construídas, as festas tradicionais, a música e a cerveja lembram muito a origem europeia dos colonizadores. A sua paisagem natural também é um forte atrativo. (MELO, 1991, p. 57)

Com bases nestes signos implícitos, percebe-se a intenção da autora em vincular a imagem de uma artesã idosa que esta com seu bilro tecendo uma renda com a imagem da açorianidade, em uma tentativa de consolidar a imagem do manezinho da ilha que é uma construção contemporânea a veiculação deste livro didático. Esta construção reforça a intenção de reproduzir um discurso de supremacia regional, de modo a confirmar uma predominância étnica na região litorânea catarinense, tal como fora feito no Vale do Itajaí com os descendentes de germânicos, no sul do Estado com os italianos e no oeste e centro-oeste do Estado de Santa Catarina, com os descendentes de gaúchos.

A partir de 1935, o governo central acirrou uma campanha de nacionalização do Brasil, ou seja, todos, no Brasil, deveriam cultivar as

mesmas tradições, os mesmos ideais, a mesma língua, a mesma história. A História do Brasil deveria ser a história da colonização portuguesa, da implantação das instituições portuguesas, do cultivo da língua portuguesa. (FLORES, 2000, p. 76)

Estes aspectos integram uma certa retórica da destruição, construção atribuída a geração do 1º Congresso de História de Santa Catarina, a qual se afirmava que a cultura açoriana estaria sendo atacada e, sobretudo, necessitaria ser protegida de modo a garantir sua sobrevivência. Assim, o manezinho, produto da especulação cultural do litoral catarinense, sobretudo daquele o qual acredita-se ser descendente do açoriano, teria não apenas sobrevivido ao longo do tempo em sua cultura, mas aprimorando-se a partir de uma miscigenação de costumes.

Na página 63, são encontradas algumas palavras, tais como: fundadores, costumes originais e exportação, que são relativas a uma tentativa de supremacia cultural e étnica projetada a partir de elementos conceitualmente criados para os açorianos.

Conforme Flores (2000), embora a cultura do linho tenha se adaptado melhor ao tipo de solo, os açorianos foram obrigados a plantar o algodão, devido a seu maior preço de venda. Esta tarefa caberia as mulheres e quem não obedecesse às ordens do governador José Melo Manuel, perderia a posse de sua sesmaria.

Melo (1991) complementa que, “de seus costumes originais, os açorianos mantiveram a atividade pesqueira e a tecelagem manual”. Ademais, estes elementos culturais atemporais servem para trazer à tona o caráter tradicional do que se considera açoriano. Porém, como já foi abordado, as atividades de pesca em uma escala maior chegada nos Açores após o deslocamento destes a colônia no Brasil.

Assim, de todo modo, este item, parece-me reproduzir uma espécie de inferiorização étnica, uma vez que, por todo o livro, a autora aborda as culturas e povos europeus de maneira diferenciada e, mesmo quando chegam nas atividades, ainda é reproduzido os mesmos estereótipos de uma centralização cultural. Estes são apresentados da seguinte maneira (MELO, 1991, P. 68):

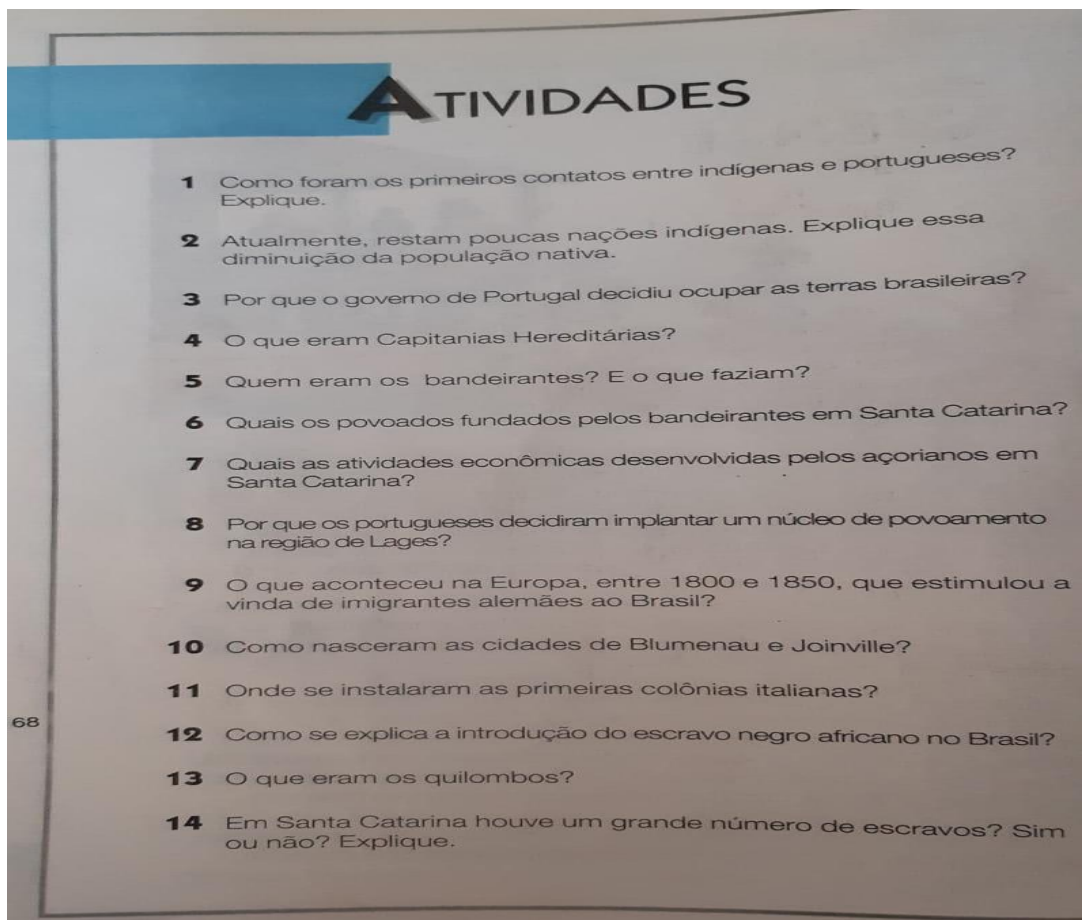


Figura 4 - Lista de Exercícios - p. 68

O que podemos perceber é que os exercícios não são elaborados de maneira a provocar no estudante uma reflexão sobre a temática em si. Estes exercícios, comuns nos livros didáticos da década de 1990, proporcionam ao estudante apenas decorar o número da página onde está o que lhe é perguntado e não refletir sobre aquilo que lhe é perguntado. Quando é abordado em uma questão relacionada aos açorianos, ainda se reflete o modo de pensamento de como estes puderam contribuir para o desenvolvimento econômico no Estado, trazendo implicitamente à retórica de Cabral (1941) ao afirmar que este povo fracassou na tentativa de se desenvolver economicamente na região.

Neste sentido é possível relacionar com a forma como os açorianos são representados nos espaços escolares catarinenses, tratado de maneira homogênea e basicamente a partir do viés cultural. Ensina-se em grande parte através festejos, comidas típicas, construções, linguajar visto como característico, tudo remetendo

aos açorianos recém chegados em Nossa Senhora do Desterro em 1748. Porém, esta é uma armadilha na qual a memória se confunde com a prática historiográfica.

No capítulo 16, denominado “Gente Catarinense”, a autora afirma que “o povo de Santa Catarina é composto de origem bastante variada: imigrantes europeus, indígenas e negros, que, acima de tudo, pensam e agem como ‘barrigas-verdes’.” (MELO, 1991, p. 69) Porém, este estereótipo é reforçado a partir do momento em que a autora traz o termo “tipos”, para designar as culturas e etnias diversas no Estado de Santa Catarina. Em quatro páginas, este termo aparece por quatro vezes. Em relação ao açoriano, a autora reforça que “o pescador: vive no litoral e dedica-se à pesca. É um dos **tipos** humanos mais característicos do estado” (1991, p. 70).

Assim, o que vem a ser o tipo humano? Este posicionamento levantado no excerto em destaque é, sobretudo, utilizado para aproximar o leitor do que se pretende pela autora. Esta lógica induz a crença de que determinados tipos de etnias se situam em lugares específicos, espalhados pelo território catarinense, não estabelecendo trocas culturais. Deste modo, este enfoque traduz, sobretudo, uma valorização cultural a partir da etnia a qual quer se demonstrar, afirmando a retórica do nós x eles.

Por fim, o que impressiona neste livro didático é a ausência de um referencial bibliográfico para a pesquisa. As imagens ao longo do livro, de maneira não frequente, não apresentam créditos ou fontes extraídas. A linguagem utilizada no livro didático, mesmo que este seja ofertado a crianças de 3ª e 4ª séries (4º e 5º anos), ocorre de maneira a simplificar o próprio discurso, trazendo imagens e desenhos com muitas personagens infantis, crianças e, geralmente, envoltas em brincadeiras.

3.3 PALHOÇA: NATUREZA, HISTÓRIA E CULTURA

No ano de 2004, é publicada a obra *Palhoça: Natureza, História e Cultura*, do historiador Wilson Francisco de Farias. O livro tem 25cm de altura por 15 de

largura e 291 páginas, dispostas em 9 capítulos, contando com imagens coloridas, fotografias e mapas. Este livro não possui outras edições. O livro didático foi encomendado pela prefeitura de Palhoça, e isto já se percebe nos agradecimentos, uma vez que o autor cita por inúmeras vezes a Secretaria de Educação, prefeitura e os profissionais que auxiliaram na elaboração do livro em si, entre os quais pesquisadores de História Vilmar Peres e Paulo Valério, a pesquisadora de campo Mary Lúcia de Souza Silveira.

Na capa do livro tem a imagem de três símbolos da cidade, sendo estes o prédio onde funcionou a Prefeitura Municipal de Palhoça (que funcionou entre 1895-2004), a Igreja Matriz de Enseada do Brito, construída em 1750 e a foto de uma lancha baleeira atracada no Balneário Ivone, distrito de Enseada do Brito. Porém, o que chama a atenção na obra deste pesquisador é a elaboração de uma História demográfica, baseada em dados inconclusos e determinando a procedência dos açorianos, que “vinham de sete das nove ilhas do arquipélago”, conforme o que afirma Farias (2004, p. 69). Na contracapa do livro tem o brasão e a bandeira do município, o que demonstra seu apreço pela valorização simbólica regional. Diferentemente das outras obras até então analisadas, neste livro não se observa o componente nacional simbólico, como os hinos, bandeiras e brasões brasileiros.

No livro, Vilson Francisco de Farias, tentou remontar a história de Palhoça, com base em suas características naturais, históricas e culturais. O que chama a atenção na obra deste pesquisador é a elaboração de uma História demográfica, baseada em dados inconclusos e determinando a procedência dos açorianos.

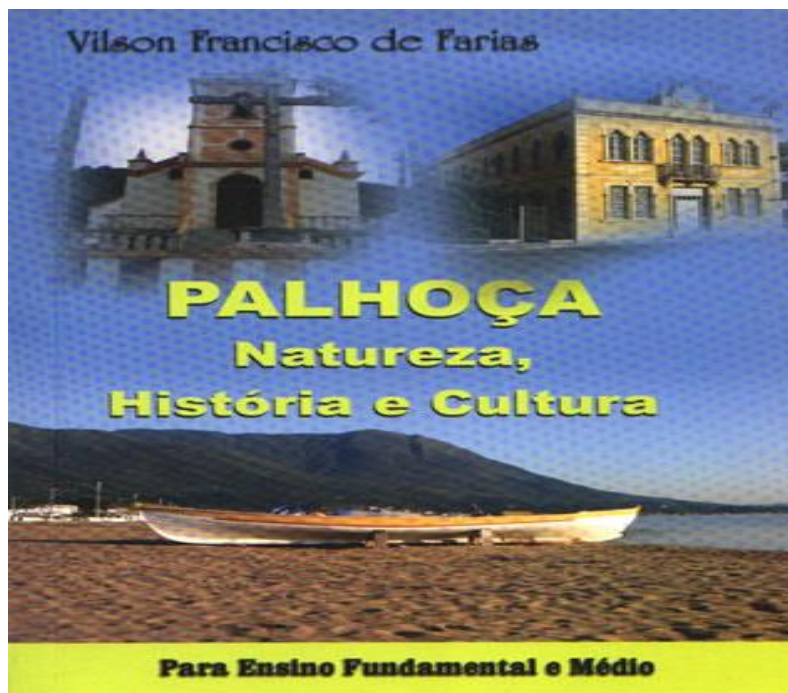


Figura 5 - Capa do livro Palhoça: Natureza, História e Cultura

O livro em si, não foi avaliado PNLD, uma vez que não se constitui enquanto uma ramificação do conhecimento de caráter obrigatório nas escolas da rede pública do Estado de Santa Catarina. Em caráter específico, o livro aborda a história da localidade de Palhoça, de modo que os estudantes desta região possam compreendê-la em conjunto com os outros conhecimentos e conteúdos relativos à área de História. As temáticas estudadas foram: Palhoça: migração, Açorianos: Santa Catarina, Palhoça (SC) – História, cultura e religiosidade e, por fim, Palhoça: evolução político administrativa.

No capítulo 3 intitulado a ocupação humana de Palhoça, o autor trabalha com uma perspectiva advinda da historiografia tradicional, com uma sequência histórica linear, pautada em datas e acontecimentos julgados relevantes. Deste modo, neste capítulo, cabe afirmar que o autor aposta em inúmeras imagens da cidade, com construções, confirmando que a atuação humana foi decisiva no desenvolvimento da cidade e uma “linha do tempo histórico de Palhoça/Santa Catarina/Brasil”, presente na página 49. Além disto, o autor traz inúmeras tabelas, de modo a separar inicialmente a procedência dos lusitanos, advindos do Arquipélago dos Açores, bem

como de quais ilhas e freguesias eles vieram. Porém, em relação aos outros habitantes que chegaram na localidade de Palhoça, o autor não trata os dados da mesma maneira, uma vez que não demonstra, ou de maneira muito vaga, de qual região alemã vieram os alemães, italianos, negros e indígenas, por exemplo. Ainda em relação aos indígenas, o autor apenas se remete que vieram do interior do Estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Paraguai, chegando na região na década de 1960, não possuindo hábitos ligados ao mar, e “foram deslocados para a região por interesses diversos” (FARIAS, 2004, p. 67).

No capítulo 8 que Farias (2004, p. 213), trabalha com as “Manifestações da cultura popular e saber ser tradicional de Palhoça”, pois, preocupa-se em construir os elementos que possibilitariam o município ser considerado enquanto um dos detentores da açorianidade. Deste modo, Farias (2004, p. 213) percebe que, “no município de Palhoça, em suas várias comunidades, registra-se ainda, um padrão cultural de origem açoriana”, com influências diversas, principalmente da cultura negra e alemã. Mas o que vem a ser este padrão cultural de origem açoriana? Este ainda se torna diferente do padrão alemão ou ainda da cultura negra? De qual negro estamos falando? Estas questões suscitam dúvidas que recorrem a uma maneira de traçar a narrativa histórica, em uma perspectiva de construir um discurso assemelhado ao que se pretende pelas autoridades, líderes e governantes, bem como a possibilitar ao povo, compreender uma ramificação da memória que lhe parece enquanto a sua própria História.

Percebe-se que ao longo destes capítulos supracitados, inúmeras vezes palavras como base cultural (que aparece 5 vezes), padrão cultural (aparecendo 7 vezes), identidade açoriana (aparecendo 15 vezes), desenvolvimento regional (5 vezes) e pescador (20 vezes). Fora a questão de reproduzir as falas sobre a importância do açoriano na constituição do manezinho, o autor se utiliza deste pretexto para enaltecer a participação da cidade de Palhoça como local onde estes primeiros açorianos que chegaram na costa litorânea central da Capitania de Santa Catarina, também fixaram suas características culturais. A linguagem utilizada, mesmo o livro didático sendo direcionado ao Ensino Fundamental e Médio,

assemelha-se mais a um livro descritivo, com bases em pesquisas em arquivos públicos municipais e na cúria metropolitana de Florianópolis.

Interessa a este estudo compreender a cultura popular de base açoriana. Conforme vimos, o Arquipélago dos Açores é um emaranhado cultural presente desde sua descoberta, no século XV, uma vez que foi composto por inúmeros povos. Assim, torna-se inviável dizer, com exatidão, ao analisar este livro, qual ou quais culturas acabam sobressaindo-se na formação identitária e étnica deste povo. Formariam a tal cultura popular de base açoriana o que especificamente? Quais os elementos para se constituir uma cultura popular de base? A dança, folclore, linguagem? Ou tudo isso em comunhão?

O que vale lembrar, neste exposto é, mesmo o autor falando da pretensa harmonia que os habitantes de Palhoça viviam, bem como da influência cultural dos outros povos (indígenas, europeus e africanos) sobre a localidade, é escolhida uma linguagem de modo a valorizar apenas o modo de pensar de uma suposta personagem criada para alavancar a economia e o turismo na região: o açoriano. E este açoriano, como se sabe, é uma espécie de estandarte dos hábitos lusitanos. Assim, pouco se percebe dos hábitos religiosos dos alemães, bantos, guaranis e italianos, por exemplo, tampouco das brincadeiras que compunham o cenário cultural destes povos e suas relações com os povos que habitavam e habitam a região.

Deste modo, já no último capítulo, a análise do autor é referida através da “Religiosidade – crenças – lendas e mitos”. Na página 251, afirma que “O imaginário do homem açoriano, de aquém e além mar, era e ainda é, povoado de lendas e mitos, marcados por profundos sentimentos de religiosidade e misticismo”. Para tanto, este capítulo trabalha com a ideia central postada a partir das práticas dogmáticas da religião, como o ciclo do divino Espírito Santo, a coberta d’alma, a semana santa (conhecida como quaresma), bem como os mitos e lendas relativas ao Lobisomem, as Bruxas, Assombrações e almas penadas. O que torna interessante em todo o escrito, é a quantidade de narrativas colhidas com os cidadãos da região, o que contribui para enriquecer seu estudo.

Em relação a obra, tal como afirma em sua capa, o livro é destinado para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. O que consiste é que, em um afã para demonstrar parte da História e Cultura do Município de Palhoça, o autor constituiu sua pesquisa em uma obra informativa de grande extensão e entusiasmo, porém, não se atentou em adequar a linguagem ao público direcionado. A linguagem, sobretudo, poderia ter sido mais clara e direta, sem o uso extensivo de tabelas, de modo a reduzir a quantidade de informações expostas ao longo do livro.

Como afirma Raquel Glezer (2014, p. 11) ser historiador no século XXI não é mais uma tarefa “artesanal, individual e solitária” ou se propor ao portador do conhecimento de um determinado assunto mas “deve levar em consideração tal transformação (da informação e do conhecimento), pois ela integra os desafios profissionais a serem enfrentados no século XXI.”

Percebe-se ainda a pretensa intenção de adaptar as brincadeiras, festas, arquitetura e folclore da região à temática açoriana, sem explorar sua origem ou influências étnicas. Face a construção cultural, o autor não trabalha com Franklin Cascaes, atendo-se apenas a uma proposta advinda da geração do 1º Congresso de História Catarinense, em uma tentativa de reforçar a importância cultural dos açorianos no litoral catarinense. No outro lado, porém, não há a menção de termos como resgate cultural. O que se percebe é a tendência a um discurso de manutenção da cultura já estabelecida pela geração de 1948, e reforçada a partir da década de 1980, a do açoriano.

Uma segunda obra publicada pelo autor tenta remontar uma parte da História do Município de São José, vizinho ao município de Palhoça. Ao analisarmos a obra intitulada *São José: 250 anos – Natureza, História e Cultura*, podemos perceber que o autor segue uma mesma ordem na formulação de suas obras, com perspectivas que se sucedem na análise, buscando objetos semelhantes, tais como a própria Natureza, enquanto caracterização do ambiente a ser estudado, com informações advindas da área da Geografia, o que significa “ser São José”, as relações do Homem com a natureza/sobrenatural, bem como sobre a ocupação humana e as criações culturais estabelecidas na região.

O livro não é contemplado pelo PNLD e foi publicado em 1999, tendo parceria com a Prefeitura Municipal de São José, por ocasião dos 250 anos do Município, na administração de Dário Elias Berger (PSDB). Conta com 312 páginas, com inúmeras imagens, desenhos, tabelas e fotografias, colhidas a partir de sua pesquisa documental. Foi patrocinado por Macedo Koerich, Prefeitura Municipal de São José, Equisul, Univali – São José, AEMFLO através da lei do Mecenato do Ministério da Cultura.

Já a terceira obra, intitulada *São José: 256 anos – Em busca das raízes*, é uma tentativa de retornar o caminho já traçado pelo autor, reforçando a maneira de como os descendentes de açorianos percebem seus antepassados, em busca de suas raízes. Porém, ainda no sumário, é trazida uma composição semelhante da utilizada no livro *Palhoça: Natureza, História e Cultura*.

<i>Sumário</i>	
CAPÍTULO 1	
Palhoça no início do terceiro milênio no planeta terra	
1. A Aldeia Global	13
2. Palhoça e a Aldeia Global Terra	13
Capítulo 2	
Meio ambiente e recursos naturais - paisagísticos	
1. Relevo	19
2. Solo	19
3. Clima	20
4. Vegetação	21
4.1 Descrição no século XVIII	21
4.2 Descrição atual	21
5. Fauna	22
6. Recursos hídricos	24
6.1 Rios	28
6.2 Cachoeiras	32
7. Monumentos naturais paisagísticos	33
7.1 Praias	33
7.2 Reservas ecológicas	40
8. A Degradação do meio ambiente e políticas de recuperação ambientais no município de Palhoça.	44
CAPÍTULO 3	
A ocupação humana de Palhoça	
1. Primeira fase - As populações primitivas	47
1.1 Marcas da presença dos índios na região	48
2. Povoamento pelo homem de origem européia	68
2.1 Os primeiros homens brancos na região, a partir do século XVI	68
2.2 Colonização Açoriana de 1750 - Fundação da freguesia de Enseada de Brito	69
2.3 A ocupação do Distrito Sede / fundação de Palhoça no século XVIII	74
2.4 A ocupação do atual município de Palhoça nos séculos XIX até os anos 70 do século XX	76
2.5 A expansão demográfica de Palhoça a partir dos anos de 1970	86
2.6 A população de Palhoça no início do século XXI	87

Figura 6 - Sumário do Livro Palhoça: Natureza, História e Cultura

ÍNDICE	
DE SÃO JOSÉ AOS AÇORES – 254 ANOS – EM BÚSCA DAS RAÍZES	
CAPÍTULO 1 – SÃO JOSÉ NO INÍCIO DO TERCEIRO MILÊNIO NO PLANETA TERRA	25
1. A Aldeia Global	25
2. São José e a Aldeia Global Terra	26
CAPÍTULO 2 – OS AÇORES NA PASSAGEM DOS 500 ANOS DE POVOAMENTO	31
1. Uma Visão da Mentalidade/Desenvolvimento Regional	31
2. As Nove Pérolas Atlânticas – Arquipélago dos Açores – Belezas e Desafios	32
2.1. Os Açores – uma beleza rara a ser Vista	34
CAPÍTULO 3 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS EM SÃO JOSÉ E NOS AÇORES – INFLUÊNCIAS NAS VIDAS DOS AÇORIANOS E SEUS DESCENDENTES	48
1. Relevo, Clima e Recursos Hídricos em São José e nos Açores	48
1.1. Relevo	48
1.1.1. Em São José	48
1.1.2. Nos Açores	65
1.2. Recursos Hídricos	66
1.2.1. Em São José	66
1.2.2. Nos Açores	68
1.3. Clima	69
1.3.1. Em São José	69
1.3.2. Nos Açores	70
2. A Flora e a Fauna	70
2.1. Flora (Vegetação)	70
2.1.1. Em São José	70
2.1.2. Nos Açores	72
2.2. Fauna	74
2.2.1. Em São José	74
2.2.2. Nos Açores	78
3. Exploração do meio ambiente/recursos naturais	80
3.1. Em São José	81
3.1.1. Educar para preservar	81
3.2. Nos Açores	82
4. As Relações do homem com a natureza/sobrenatural	84
4.1. O Homem e a leitura do meio ambiente	84
4.1.1. Em São José	85
4.1.2. Nos Açores: leitura do tempo pelo povo	87

Figura 7 - Sumário do livro São José 256 anos - Em busca das raízes

O que se percebe é a produção de modo a atender as reivindicações de uma parcela da sociedade, interessada na produção deste material, com fins não necessariamente escolares, como o próprio autor aborda em seu livro *Palhoça: Natureza, História e Cultura*, publicado em 2004. Na introdução, o autor (2004, s/p) afirma que a elaboração do livro foi “bastante difícil sua construção, considerando o reduzido tempo disponível, pouco mais de 10 meses e dispersão das informações, muitas delas, contida tão somente na memória dos mais velhos”. Este livro destina-se, sobretudo, para a Educação básica como um todo, conforme aborda a própria capa do livro.

Nestas três obras, percebe-se a ampla utilização de autores que focam sua análise na perspectiva regional, tais como Walter Piazza e Oswaldo Cabral, bem como outros autores que não pertencem ao meio acadêmico, mas pesquisam sobre a História de determinadas localidades, como o próprio autor em questão, Vilson de Farias.

A obra propõe uma análise historiográfica acerca dos açorianos e constitui-se como um apanhado de informações que se distanciam, sumariamente, de seu público alvo, uma vez que a linguagem é meramente descritiva.

3.4 SANTA CATARINA: INTERAGINDO COM A HISTÓRIA – EDIÇÕES DE 2005 E 2008

No ano de 2005 há a distribuição de um livro didático *Santa Catarina: Interagindo com a História*, que faz parte da coleção Interagindo e é direcionada para os 3º Anos do Ensino Fundamental I, contando com três autoras, Lilian Sourient, Roseni Rudek e Rosiane de Camargo. Este livro didático tem o formato de 28 cm de altura por 20 cm de largura e na capa reproduz as imagens de cinco pessoas, sendo três homens e duas mulheres, cada uma tentando retratar um grupo étnico do Estado de Santa Catarina.

A Editora do Brasil foi fundada em 1943 por Carlos Costa com o intuito de melhorar a qualidade da educação de nosso país. Já na década de 1970, a editora alcançou a liderança no mercado editorial brasileiro, no setor dos livros didáticos, com aproximadamente 1 milhão de livros vendidos por mês.

Embora inicialmente o livro didático leve os educandos quando os açorianos chegaram na região da Grande Florianópolis, acaba por não mencionar o contato que estes primeiros açorianos tiveram com os habitantes da região da Ilha de Santa Catarina. A linguagem do livro didático, bem como sua diagramação, são atrativos para a problematização da História ao trazer figuras e textos, misturando o aspecto lúdico com o texto historiográfico. Em outro exemplo, os autores propõem ao educando responder o seguinte questionamento:

Imagine-se um açoriano atraído pelas vantagens oferecidas nos editais. Escreva um diário, como faz a Aninha, e falando sobre a decisão de vir para cá. Descreva como eram seus dias no navio e como foi a chegada à nova terra. Você pode ilustrar seus relatos. Depois troque seu texto com os dos colegas para que todos tenham a oportunidade de ler o que cada um produziu. (Sourient; Rudek e Camargo, 2005, p. 60)

Como forma de atividade para o 3º Ano, este exercício visa despertar no educando a capacidade de raciocínio abstrato, uma vez que objetiva a criação de

um faz-de-conta, bem como a criação de histórias para ilustrar a história dos açorianos.

Isso significa dizer que, ao se discutir a natureza e as dimensões do saber histórico escolar, é preciso levar em consideração as múltiplas faces desse saber, desde os planos de prescrição até as representações difundidas a seu respeito e os efeitos da consciência histórica dentro e fora da escola, sem desprezar os processos objetivos de apreensão do conhecimento histórico pelos alunos e a construção de conceitos dele derivados. Os livros didáticos de História se apresentam, até pelo seu enorme grau de difusão, potencializado pela distribuição gratuita aos estudantes de escola pública de todo o país, como uma das mais importantes formas de currículo semielaborados, que nasce a partir de distintas visões e recortes acerca da cultura.²⁰ Carregam consigo, portanto, múltiplas possibilidades de organização dessa relação entre o que é, o que pode ser e o que deveria ser aprendido em relação à disciplina (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 134)

Porém, antes de terminar a atividade, o educador deve estar atento as demandas de seus educandos para que os conceitos criados por eles não se tornem anacrônicos. Deve, assim, explicar que os próprios açorianos, por mais que vivessem em um arquipélago não se encontravam isolados culturalmente e compreenderam diversas culturas, tais como a lusitana, francesa, árabe bem como as suas particularidades.

Os açorianos quando chegam na Ilha de Santa Catarina, para sobreviverem, tiveram que se adaptar a uma nova realidade. Por este motivo, não se pode falar de uma cultura genuína açoriana.

Muito se fala, na ilha de Santa Catarina, da existência do chamado espírito ilhéu que resiste às transformações da cidade. O problema é que quando se fala em espírito ilhéu, fica no ar a presença de uma certa essência, que identifica o que o ilhéu é e como ele é. Não há dúvida de que esta discussão pode nos conduzir a labirintos teóricos e a reproduzir uma certa visão essencialista da cultura na medida em que buscamos responder o que o brasileiro é, o que o italiano é, o que o gaúcho é, e, no caso em questão, o que o mané é. Trata-se de, ao perceber o manezinho como um elemento simbólico que pulsa na cidade, buscar deslindar a forma e as nuances da construção desta imagem e os modos de sua operação, a exemplo de outros ícones nacionais, como o malandro e o caipira. (FANTIN, 2000, p. 157)

Deste modo, percebe-se uma contestação do que a própria geração do 1º Congresso de História Catarinense almejava: a criação de um açoriano que representasse os florianopolitanos de então. Porém, ao tentar resgatar a imagem do açoriano e contrastá-la com a do manezinho, figura que se torna uma espécie de símbolo fugaz de uma cultura florianopolitana a partir da década de 1980, repete

os mesmos problemas da geração contestada, colocando a cultura manezinha como uma sucessora dos antigos açorianos.

Este livro didático, ao contrário dos analisados anteriormente, traz uma concepção lúdica, com uma linguagem próxima a dos educandos, de modo a problematizar o açoriano com imagens, poemas e com a narrativa de um diário, intitulado: Diário de Aninha. Por vezes, a linguagem é simplificada e infantilizada, o que denota um empobrecimento da construção historiográfica do próprio objeto de análise. Porém, há de se fazer um apontamento: neste livro didático, a presença do açoriano é demonstrada de maneira isolada e, tampouco, a construção da identidade deste sujeito o traduziu enquanto aquele que compreendeu e assimilou outras culturas. Ao final da atividade de leitura do diário, há a sugestão de dois textos, que buscam ressaltar a necessidade da construção das fortalezas na costa litorânea de Florianópolis e a vinda dos açorianos para a Capitania de Santa Catarina.

Embora traga imagens para explicitar o que os textos se propõem, as legendas não possibilitam ao leitor saber sua origem, devido a falta de referências. Outro tema importante é a utilização de textos explicativos, como por exemplo, um excerto do livro *Povoadores da fronteira*, de autoria de Maria Bernadete de Ramos Flores (2000), exposto nas páginas 57 e 58 deste livro didático, que não necessariamente é citado nas referências bibliográficas ao final do material utilizado.

O interessante é que o livro didático, ao propor um caráter subjetivo acerca da temática, reforça a discussão em torno de como pode ser compreendido este açoriano. A cada texto propõe atividades que orientam os educandos a pensarem além do próprio livro didático. Ademais, em consequência ao texto do “Diário de Aninha”, há o questionamento, elaborado por Sourient; Rudek e Camargo (2005, p. 56): “Você sabe o que é colonizar? Procure o significado dessa palavra no dicionário e escreva-o em seu caderno pensando no contexto da chegada dos açorianos”.

Na segunda unidade, intitulada “Povoar e crescer”, abordam os primeiros povoados de nosso Estado. Como o próprio título da unidade indica, a proposta é

garantir ao estudante a consolidação de um ideal de soberania, demonstrando que, já no Brasil Colonial, a intenção era de garantir que o território fosse de posse lusitana e, posteriormente, brasileira. E, ainda assim, ao passo da transição da Monarquia para a República, o ideal se manteve na trajetória de análise que o livro didático se propõe. Há a presença frequente de palavras como viajantes, colonizadores e exploradores para se referir aos açorianos que chegam à região de Nossa Senhora do Desterro, bem como para se referir a vila em si. Porém, além das palavras em destaque, o que chama a atenção é, também, a percepção equivocada do uso do termo “emigração” (presente na página 57), referindo-se ao deslocamento dos açorianos para a ilha de Santa Catarina. Porém, no momento em que os açorianos se deslocaram para o sul do país, o Brasil era território colonial português, respondendo as leis e regras sociais impostas pelos portugueses. Portanto, abordar, neste momento, o termo emigração, significaria afirmar que, sobretudo, Brasil e Portugal eram países politicamente independentes, o que não acontecia de fato, pois aquele país era colônia lusitana.

Neste capítulo, nota-se a presença de uma imagem que aborda a temática açoriana. A rigor, o livro aposta na ludicidade para propor aos educandos uma reflexão sobre os conteúdos, bem como elenca algumas características específicas do que propõe. No caso dos açorianos, o que fica evidente é a rendeira tecendo uma renda no bilro, com uma poesia que, por fim, liga-se a brincadeira do pau-de-fita.


Capítulo 2

O POVOAMENTO AÇORIANO


O toque das rendeiras

Sinto o toque das rendeiras
Da lagoa da Conceição
Os seus bilros quando tocam
Batem com seu coração.

Parece até brincadeira
De tanto toque que tem
Esse toque das rendeiras
Faz a gente ficar bem.



Mulher rendeira em Ribeirão da Ilha, Florianópolis - SC.



Pau-de-fita, artesanato de Nézia Melo da Silveira.

Um brinquedo de criança
Se transforma numa dança
A dança do pau-de-fita
Num brinquedo que te agita.

Parece até brincadeira
Do lagosta lagüê
Esse toque das rendeiras
Que eu canto pra você.

Francisca Cavalcanti e Adelino dos Santos Neto
Contar cantando. Florianópolis: Cidade Futura, 2001
p. 23. (Coleção Artistas da Palavra).

Professor: o poema deverá ser usado como problematização para o estudo da colonização açoriana em nosso estado. Expõe também as contribuições dos açorianos para a cultura catarinense citadas no texto: a renda de bilro, a dança do pau-de-fita.

51

Figura 8 - Imagem da página 54, referente ao Povoamento açoriano disposto no Livro Didático.

O que se percebe é o uso de uma suposta tradição a partir da exploração de imagens com idosos, em uma tentativa de garantir uma sobrevivência cultural, bem como a consolidação desta frente a sociedade. Já no caso do pau-de-fita, a palavra brincadeira é trazida a cena, de modo a garantir às crianças, o elemento informal para conhecimento da própria “cultura açoriana”, de modo a proporcionar uma reflexão de que este elemento está presente na sociedade, e não encontra-se distante desta, de maneira geral.

Cabe ressaltar ainda que, no capítulo 5, são abordadas a “cultura de um povo”, considerando o povo catarinense como povo uno, porém, com um grande rol de variações culturais. Assim, as autoras trazem em sua abordagem apenas a cultura açoriana como representativa do povo catarinense, trabalhando separadamente as demais produções culturais, europeias, afro-brasileiras, africanas, asiáticas e indígenas em outras partes do livro. Entre os exemplos

culturais trazidos pelo livro, estão presentes: Bumba meu boi e Festa Junina (p. 116), Festa do Divino Espírito Santo (p. 117), Parlenda e Cantigas de roda (p.118), rendeiras fazendo Renda de Bilro e Festa do Divino Espírito Santo (p. 121), Dança de Fitas e Boi de Mamão (p. 122).

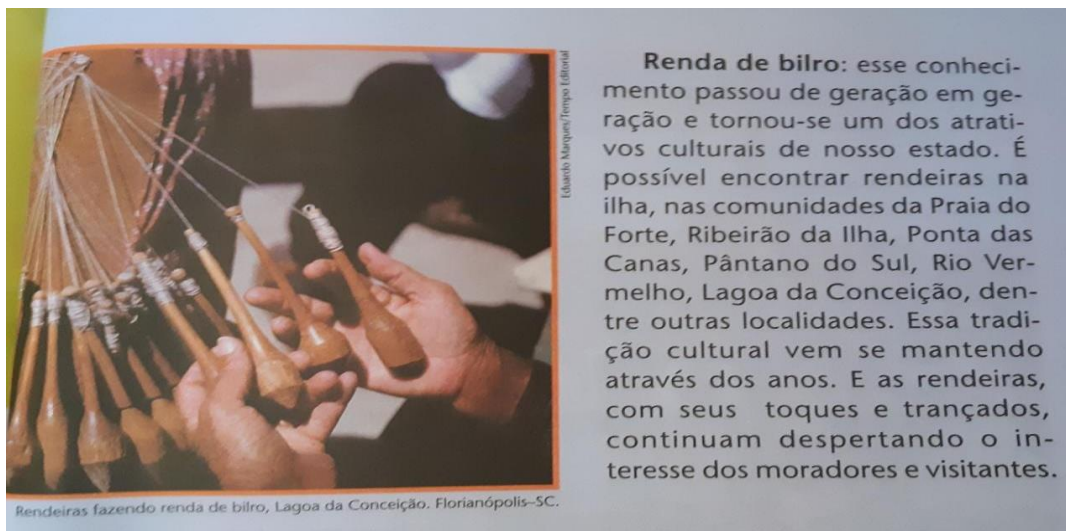


Figura 9- Rendeiras fazendo renda de bilro, Lagoa da Conceição. Florianópolis – SC, p. 121



Figura 10 - Festa do Divino Espírito Santo, Ribeirão da Ilha, Florianópolis – SC, p. 121

Na figura 10, embora não apareça a imagem de uma pessoa, são mostradas as mãos de uma mulher (conforme legenda na imagem) em atividade no bilro. Embora não de maneira explícita, mas a possibilidade de uma resistência cultural encontra-se no texto, evidenciado que “essa tradição cultural vem se mantendo através dos anos”, ou seja, demonstra seu foco de resistência ante uma especulação de ataque cultural dos “estrangeiros”. Este embate, demonstra o

caráter de uma proposta não miscigenatória da própria cultura ilhéu, a qual elenca os descendentes de açorianos como aqueles que produziram uma cultura verdadeiramente florianopolitana. Porém, a ilha é ocupada por povos de inúmeras etnias, sejam estas, de maneira geral, europeias, americanas, africanas e asiáticas.

Nota-se a ausência de elementos que identificam o tempo da festa no texto ao lado da imagem. Um aspecto importante a se ressaltar é, ao passo da denominação dos instrumentos, percebe-se uma mescla cultural entre os elementos europeus, como o violão, e o tambor, de matriz africana. Porém, estes, juntamente com os cânticos religiosos, são submetidos a uma única matriz, a lusitana cristã, como fator promotor da ritualística. Outro aspecto relevante é a presença majoritária de homens durante a procissão, todos em posição de respeito e seriedade, vestindo os trajes característicos da festividade. Esta seriedade, a qual reportam-se os participantes na imagem, pode proporcionar aos estudantes uma reflexão, e até uma reprodução, acerca do respeito para com as concepções religiosas de matriz cristã.

A proposição dos conteúdos deste livro didático ainda condiz com o que se planeja sobre a continuidade do ensino de uma História do ponto de vista eurocêntrico, colocando como fundamento da formação cultural e histórica de nosso país a saída dos europeus de seu continente e um possível erro de trajetória, até que chegassem aqui e nos colonizassem. Deste modo, a partir desta perspectiva linear, o discurso de verificação dos saberes compreendidos pelos educandos, de modo a valorizar a sua própria história, não se percebe neste momento, uma vez que é legado, aos próprios educandos a compreensão da história de outrem, uma vez que estes deverão compreender, a partir do livro didático, a história dos portugueses como fator inicial da construção de sua própria história.

Ademais, o texto aposta em uma linguagem revestida de simbologias que conduzem o educando a um conhecimento fragmentado e alheio as pesquisas acadêmicas mais atuais, uma vez que reforça estereótipos presentes tradicionalmente observado nas produções acadêmicas da metade do século XX. Embora presente nas referências bibliográficas autores como Ana Luiza Martins,

Daniel Munduruku, Norberto Luís Guarinello, Nereide Schilaro Santa Rosa e Renato Mocellin, o livro didático não faz menção aos autores que trabalham com a temática açoriana, de modo não contemplar as discussões acadêmicas voltadas a este campo de estudo. O que se percebeu na análise das pesquisas destes autores utilizados, foram que muitos destes trabalham sobre a perspectiva dos conflitos sociais, apresentando trabalhos relativos ao período republicano em nosso país.

3.5 HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA

O livro didático *História e Geografia de Santa Catarina*, produzido em 2013, tem 144 páginas e foi editado pela SEFE (Sistema Educacional Família e Escola), com sede em Curitiba. Não apresenta um autor específico, porém, foi orientado pela pedagoga Oralda Adur de Souza, e sua coordenação editorial foi feita por Carina Adur de Souza.

A capa do livro didático apresenta o fundo vermelho com as imagens de uma ponte, casa em estilo enxaimel, o mar e o campo, entrelaçados. A estética da capa deste livro didática indica a relação entre a zona urbana e rural. Ainda na apresentação, não se observam quaisquer mecanismos de fomento à produção do material, nem de envolvimento dos poderes públicos e/ou religiosos.

Na apresentação do livro, o termo História e Geografia regional está ligada a busca por reconhecer a “realidade brasileira como diversa e com problemáticas múltiplas” (2013, s/p). Este conceito de reconhecer a história macro, através do cotidiano de uma localidade ou região, é descrita por Raphael Samuel (1989) como um simulacro de um grupo de entusiastas que, com base na predileção de conteúdos e acontecimentos, discorrem sobre os temas que mais lhes agradam. Samuel (1989, p. 220) reforça ainda que, “a História local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado.”

Primeiramente, a chegada dos açorianos na região não foi garantia da segurança e do pertencimento desta ao império lusitano, face isto, a invasão

espanhola em 1777. Outro ponto é que, as cerca de 6 mil pessoas que vieram dos Açores não ocupariam a região da grande Florianópolis em toda a sua extensão. Em um terceiro momento, analisar o curso da chegada dos lusitanos, vindouros dos Açores, e sua crença, nada mais parece do que uma tentativa de impor, culturalmente, que todos estes possuíam, na fé cristã, um sustentáculo de base cultural, que reverbera até os dias atuais. Segundo SEFE (2013), a colonização desta área ocorreu a partir da segunda metade do Século XVIII, com a chegada dos colonos açorianos e da criação da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro.



Figura 11 - Capela em estilo açoriano erguida em 1814 pelo trabalho escravo, p. 71

A partir da imagem escolhidas para ilustrar o livro podemos identificar os valores priorizados pelas autoras. Primeiramente, a necessidade de se fabricar a cidade enquanto um local de crença cristã, sobretudo católica. Depois, a de posicionar o elemento açoriano, enquanto fator promotor de cultura, para consolidar um estilo arquitetônico, destacando-se do estilo colonial português. Por fim, a de mencionar que, embora o território catarinense fosse culturalmente miscigenado, onde houve a inserção do indivíduo açoriano, sua cultura resistiu contra os avanços germânicos, demonstrados a partir do linguajar, crença, alimentação e, sobretudo, arquitetura. É neste espaço, o da igreja, que se concentravam a maior parte dos afazeres dos colonos no Brasil pré-independência. Assim, aliar o florianopolitano a

este passado, introduz este indivíduo a uma tradição cultural, supostamente, consolidada por algumas gerações.

4 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS AÇORIANOS NOS LIVROS DIDÁTICOS ORIENTADOS PELO PNLD

Como observamos nos capítulos anteriores, o Programa Nacional do Livro Didático se organizou de inúmeras formas até ser consolidado em 1985 como uma diretriz nacional que organizava o panorama escolar sob a égide democrática. Porém, apenas em 1997, conforme Bechler (2018), torna-se responsabilidade do FNDE a verificação de todo processo para avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos, com o objetivo de alcançar o território nacional.

Cumprir destacar que para o segmento voltado para as compras do setor público importa menos a orientação metodológica ou a ideologia contida em uma coleção didática e mais a sua capacidade de vendagem e aceitação no mercado. Nesse contexto, o livro didático assume claramente sua dimensão de mercadoria, sujeita a múltiplas interferências em seu processo de produção e vendagem. A esse respeito, há que se reconhecer que os pareceres técnicos de exclusão acabaram desempenhando, por vezes, papel primordial no processo de reformulação de coleções, patente no fato de um dos conjuntos excluídos em determinado PNLD vir a ser recomendado com distinção na edição seguinte do programa, o que indica o quanto o processo de avaliação foi tomado a sério por certos autores e editores. Outro ponto sensível, identificado em todas as pesquisas mais recentes a respeito da escolha de livros didáticos, está no desempenho agressivo das editoras no mercado, que se valem de sofisticados esquemas de distribuição e vendas, a ponto de influir decisivamente nos processos de escolha nas escolas de todo o país. Naturalmente, as empresas mais bem estruturadas desfrutam de larga vantagem frente às editoras menores. (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 128)

Isto significa dizer que, aos poucos, o Programa Nacional do Livro Didático foi sendo estendido a todas as esferas educacionais, desde a educação básica regular até a educação indígena e do campo, dentre outras tantas modalidades ofertadas em nosso país, consolidadas através do decreto 7.084/2010, o qual também instituiu o Programa da Biblioteca Escolar, o PNBE. Deste modo, apenas

no ano de 2010, com o edital do PNLD que se observa a intenção em delimitar uma abordagem regional para os anos iniciais do ensino Fundamental, bem como a proposição da história de cunho regional. Não obstante, essa intenção visa romper com as delimitações político-administrativas, em um esforço de abordar a história dos Estados brasileiros. Cabe ressaltar ainda que, embora a discussão de história regional seja diferente da história de um Estado, a historiografia ainda não transpôs uma discussão diferente, o que acabam confundindo-se em seus conceitos. (Bechler, 2018).

4.1 SANTA CATARINA: MEU ESTADO

O livro *Santa Catarina: Meu estado*, de autoria de Júlio Quevedo, Marlene Ordoñez e Geraldo Sales, foi escrito de acordo com o Programa Nacional do Livro Didático de 2000, mesmo sendo editado em 1997. Este livro, apresenta a capa em fundo verde, com letras em vermelho, azul e branco. Ao centro, apresenta o mapa do Estado de Santa Catarina, com imagens que impõem uma perspectiva de consolidar os estereótipos regionais, tais como um porco na região oeste (indústria alimentícia), um carrinho carregado de carvão na região sul e um surfista em uma onda referente a região de Florianópolis.

O livro tem 72 páginas, sendo composto por inúmeras imagens, mapas e atividades de fixação de conteúdos. Em sua síntese, apresenta ainda o Estado de Santa Catarina como um pedacinho da Europa no Brasil. É comum encontrar neste material um recorte acerca da história do Estado de Santa Catarina, sob a ótica tradicional, baseando-se em causas e consequências para a descrição da própria história, considerando os feitos de personalidades e políticos denominados influentes em um determinado período recortado. Há também uma tentativa de assimilação da História do Estado de Santa Catarina, com ênfase em uma história regional que se relaciona com os eventos nacionais.

Nesta parte, o material traz inúmeros termos de valorização republicana, como “Você já sabe que é brasileiro”, “Você é catarinense”, “Nossa bandeira”,

“Nosso País” e “Nosso Estado”. Estes termos, oriundos de um saudosismo republicano, serve para incutir nos jovens uma mentalidade de unicidade, de modo a valorizar os símbolos nacionais e regionais pensados por outrem, a fim de garantir, cognitivamente, a passividade da população. A todo momento, nesta apresentação, o local, regional e nacional se confundem, de modo a aparecer termos como “Você é” por três vezes, “Você vive” por duas vezes, “orgulho” por uma vez e ainda, um outro excerto chama a atenção: “Mas o Brasil é muito grande, os brasileiros são milhões e você vive numa pequena parte dele, convivendo com um grupo bem menor de pessoas, com histórias e aspectos em partes iguais e em parte diferentes dos de pessoas de outras regiões.”

Estes termos, travestidos de um pretense nacionalismo, ainda reverberam os ideais republicanos, de uma maneira romantizada e naturalizada. Como afirma Raphael Samuel (1989, p. 222)

Por que será, então, que tanta História local, embora escrita como um trabalho de amor, é tão repetitiva e sem vida? Por que, sob o microscópio do historiador, as federações sindicais, os internatos ou os negócios de família se parecem tanto? Porque as próprias localidades, quando reconstituídas ao longo dos anos, parecem tão intercambiáveis? [...] Uma dificuldade está na natureza dos documentos, que variam muito pouco de lugar para lugar e são bastante voltados para o governo local. Uma coleção de relatórios de um oficial da igreja – uma documentação muito comum para o historiador da paróquia do século XVIII e começo do século XIX – é muito parecida com outra e o mesmo pode ser dito sobre os diários escolares: elo menos, desde a vinda das Juntas de educação, nos anos 1870, tanto a forma como o conteúdo das entradas foi rigorosamente padronizado.

É contra esta naturalização e romantização que o autor se refere, e que é justamente posta em análise no excerto da apresentação do livro didático. São utilizados argumentos como “Você já sabe que é brasileiro”, ou “você é catarinense”, vinculadas a palavra orgulho, ocorre para o leitor, uma repetição dos ideais de outrem, não necessariamente traduzindo ao estudante, uma problematização racional de sua própria realidade. Ao passo que se romantiza um discurso, tomando como verdade os aspectos naturais e culturais que se queiram demonstrar, e não analisados em sua totalidade, na pluralidade de discursos, se cometem inúmeros equívocos e anacronismos de ordem historiográfica, tais como o silenciamento étnico-cultural dos povos os quais não são representados.

Este material, direcionado para o Ensino Fundamental I, ainda traz características prévias a lei 5692/91 e a própria LDB 9394/96. Uma destas é a nomenclatura de Estudos Sociais no subtítulo deste Livro Didático. A que se pretende tal denominação, contrária a lei? A presença dos estudos sociais, disciplina fortalecida a partir da LDB 5.692/71, acaba por destituir a metodologia presente na análise historiográfica.

No capítulo “A História de nossa terra”, os autores trabalham com a perspectiva de análise a partir de um suposto descobrimento de nosso país, com a chegada dos portugueses em solo brasileiro. Não à toa, como os autores afirmam por meio de tópicos, presentes nas páginas 18 e 19, foram os portugueses que tomaram “posse do Brasil”, iniciaram a “colonização”, fizeram a “exploração do nosso litoral” e implantaram “As capitanias hereditárias e o Governo Geral”.

O livro valoriza os símbolos nacionais, de modo a contemplar as produções e os feitos dos governantes e, tampouco, trabalha de modo qualitativo as reformas, revoltas e revoluções do Brasil ou do Estado de Santa Catarina. Nas partes destinadas aos imigrantes do século XIX, trabalham ostensivamente a ideia de que foram nos italianos e alemães a força motriz do desenvolvimento nacional, relegando ao papel do negro, o esquecimento compulsório de uma prática já evidenciada a partir da reprodução de estereótipos.

Há, neste livro didático um capítulo intitulado “A cultura catarinense”, que apresenta cinco páginas. O Estado de Santa Catarina possui, entre inúmeras culturas oriundas da Europa ou por ela influenciadas, culturas de outros continentes e sobretudo advindas dos diversos grupos étnicos indígenas deste país. Contudo, em metade de uma página, os autores apresentam a temática, da seguinte maneira:

Sabemos que o nosso povo foi formado por três grupos étnicos – o índio, o branco e o negro -, que contribuíram para a nossa formação cultural. Dos índios, os mais antigos habitantes de nossa terra, herdamos muitas coisas: vocabulário, consumo de alimentos como o milho e a mandioca, hábito de tomar banho diariamente, artesanato de barro (vasos, utensílios domésticos, etc...), madeira e fibras (cestos e redes), uso de objetos para a caça e a pesca, uso de plantas medicinais, lendas e crenças (saci-pererê, mãe d’água, etc.). (QUEVEDO; ORDOÑEZ e SALLES, 1997, p. 23)

Quanto aos açorianos, o livro didático traz uma abordagem tradicional da própria escrita da História, elencando fatos e acontecimentos, de maneira cronológica.

Assim, a partir de 1748, incentivou a vinda de açorianos, que se espalharam ao longo do litoral, fundando vários povoados. Para promover o desenvolvimento da capitania, os governantes seguintes estimularam a agricultura e a construção de estradas. A economia catarinense, durante todo o período colonial, no entanto, foi bastante frágil. Produzia apenas farinha de mandioca, madeira e azeite de baleia. (QUEVEDO; ORDOÑEZ e SALLES, 1997, p. 23)

Um outro ponto que serve de análise é proposto na página 40, onde afirma que o povoamento açoriano ocorrera entre 1748 e 1756, com casais advindos dos Açores, arquipélago pertencente a Portugal. Ao todo, conforme os autores abordam, vieram seis mil açorianos, fixando-se em localidades como Florianópolis, São José, São Miguel, Enseada do Brito, Imbituba, Laguna e Campos de Santa Marta. Os autores (1997, p. 40) afirmam ainda que “devido sua origem insular e sua tradição pesqueira, desenvolveram a pesca e difundiram a indústria artesanal na costa, com destaque para a tecelagem de algodão”. Apresenta ainda, uma diversidade de culturas, separando-as em páginas exclusivas para a abordagem, porém, feitas com uma análise generalizante. Este argumento contrasta com o que Flores (2000) afirma ter sido uma promessa não cumprida do governo português, onde não apenas o dinheiro, mas a falha na distribuição de terras, gados, ferramentas e armas também estavam entre os problemas enfrentados pelos colonos.


Embora bastantes deficitários, os governos que se sucederam na Capitania de Santa Catarina não contribuem com o desenvolvimento dos açorianos, uma vez que os colonos tiveram que, por conta própria, preparar suas ferramentas para o desenvolvimento da agricultura. O que se percebe é a pauperização da própria economia do Estado, uma vez que os produtos tais como farinha de mandioca, madeira, azeite de baleia, não renderam o esperado. Conforme Flores (2000), a escassez de recursos se tornara um problema importante de análise do assentamento dos açorianos, uma vez que as ferramentas agrícolas eram de baixa qualidade e na ausência de armas, estes acendiam fogueiras para afugentar os animais selvagens.

Cabe ressaltar que é apenas relacionado os hábitos e costumes supostamente açorianos, tais como pão-por-deus, renda de bilro, pesca e farra do boi, expostos ao longo de quase três páginas. Pouco menos da metade de uma página relaciona-se com elementos da influência negra, separados em tópicos como linguagem, religião, alimentação e indumentária. Podemos perceber isto em uma das imagens abaixo:

Povoamento açoriano

Entre 1748 e 1756, nosso estado foi colonizado por casais vindos do arquipélago dos Açores, pertencente a Portugal. No total, vieram para a ilha de Santa Catarina seis mil açorianos, que se fixaram nas atuais cidades de Florianópolis, São José, São Miguel, Enseada de Brito, Imbituba, Laguna e Campos de Santa Marta.

Devido à sua origem insular e sua tradição pesqueira, desenvolveram a pesca e difundiram a indústria artesanal na costa, com destaque para a tecelagem de algodão. Na pequena propriedade agrícola açoriana, os colonos também desenvolveram o cultivo de mandioca, feijão, milho, arroz, etc.



Eduardo Marques/Soma

Vindos do além-mar, os açorianos trouxeram o gostinho da aventura e desbravaram a nossa terra. Na foto, pescadores descendentes de açorianos.

Em sua região há imigrantes? De qual nacionalidade?

Faça uma entrevista com um imigrante e procure saber:

- a) Quando chegou ao Brasil?
- b) Qual o seu país de origem?
- c) Por que veio para Santa Catarina?
- d) Qual o ramo de atividade a que se dedica?

Figura 12 - Pescadores vinculados aos descendentes de açorianos, p. 40

Quando os autores abordam a influência açoriana, com o texto ao lado da imagem, o que repercute no processamento da aprendizagem do educando, é que o signo representativo do açoriano é vinculado a pesca e, nada mais justo, o suposto descendente de açoriano, ser vinculado a pesca também.

Outro ponto a se considerar na análise, é a de que os autores vinculam a ideia de uma suposta originalidade dos açorianos frente ao arquipélago com a habilidade pesqueira. Conforme Flores (2000), os colonos eram obrigados a plantar algodão, uma vez que sua venda era esperada pela coroa para atender seu desejo de lucro com esta parte da colônia.

Porém, a ideia de pesca industrial e artesanal se confunde no cenário, de modo a tentar ressaltar a tradição da pesca portuguesa, fruto esta da construção salazarista do Estado Novo lusitano. A proposta de resgate do passado tradicional

português também é fruto de inúmeras pesquisas, porém, no caso brasileiro, pouco ainda se manifesta a influência de outros povos nesta construção de uma suposta tradição, como a dos indígenas guaranis e ítalo-germânicos, por exemplo.

Já nas páginas 47 e 48, há a presença de outros dois símbolos construídos a partir de uma especulação cultural, o da rendeira tecendo no bilro e a farra do boi.



Figura 13 - Rendeira tecendo no Bilro, p. 47

Embora atualmente se tenha conhecimento da elaboração de uma renda de bilro por homens, a imagem vinculada a uma mulher, geralmente idosa (o que, implicitamente, propõe um respeito a uma suposta tradição), reforça a percepção de que o bilro é uma atividade exclusivamente feminina, assim como a lida de assuntos domésticos, o que, de todo modo, contribuiu para uma separação de tarefas, frequentemente associada a um pensamento conservador veiculado em nossa própria sociedade. Segundo Flores (2000), a prática do plantio, colheita, fiação e de tecer os panos era geralmente destinadas as mulheres, enquanto os homens cuidavam da segurança desta parte da colônia.

Outra imagem abordada é a da farra do boi, enquanto um conjunto de práticas que envolvem desde a soltura deste animal até sua morte ou sacrifício. Durante o percurso, os participantes incitam o boi a persegui-los, em uma tentativa de dominá-lo, porém, utilizando-se de objetos perfurantes e/ou cortantes, tais como facas, chicotes, madeiras e até garrafas. Não raro, utiliza-se cordas para tentar amarrar o boi, de maneira a machucá-lo ou deixa-lo atordoado. Considerada como

uma *farra* (ou brincadeira), este festejo acontece até os dias atuais mesmo ocorrendo a proibição desta prática em todo o Brasil, tendo em 1998, através do decreto lei nº 9605/1998.

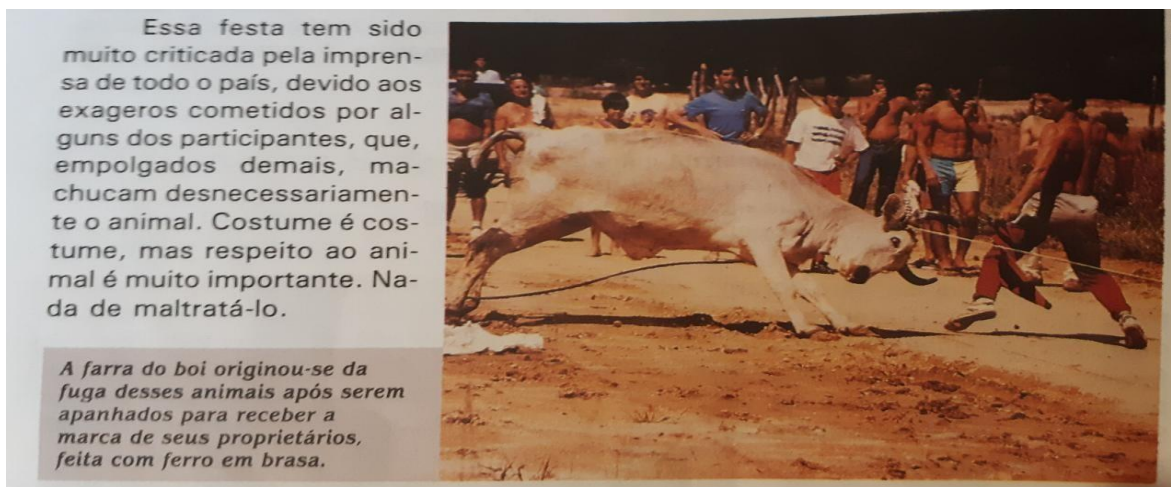


Figura 14 - Farra do boi, um elemento cultural de matriz açoriana. P. 48

A construção da farra do boi, trazida como um elemento da tradição, é analisada no livro. Conforme Quevedo; Ordoñez e Salles

Essa festa tem sido muito criticada pela imprensa de todo o país, devido aos exageros cometidos por alguns dos participantes, que, empolgados demais, machucam desnecessariamente o animal. Costume é costume, mas respeito ao animal é muito importante. Nada de maltratá-lo. (1997, p. 48)

Mesmo introduzindo uma prática nociva ao boi e a própria sociedade, uma vez que podem ocorrer prejuízos materiais e machucados aos cidadãos, além do risco de vida, os autores defendem implicitamente a prática deste “costume”. Como o texto afirma, são apenas alguns participantes que “empolgados” atravessam o limiar do bom senso. Outro ponto a se questionar é a romantização da simbologia e da linguagem do próprio acontecimento, em uma tendência a eliminar as práticas nocivas ao animal, tratando estes casos como desvios da própria razão do evento.

Em comparação as duas imagens, presentes na página 47 e 48 do livro didático analisado, reforça-se o caráter masculino e feminino, em atividades que envolvem zelo e atenção, dentro de uma perspectiva domiciliar, de um lado, e atividades destinadas agilidade, força e brutalidade, por assim dizer, de outro. Há de se notar também, o caráter de jovialidade o qual é submetido a imagem da farra do boi, onde há apenas homens presentes na foto, o que demonstra ser uma

atividade exclusivamente masculina, o que de fato, exclui o caráter comunitário do evento.

Na sessão “Nossa tradições”, presente nas páginas 47 e 48, reforça os termos *nossa cultura popular*, vistas como rica e variada. Além disto, a projeção de uma unidade e de uma soberania estadual e nacional é observada, pois aparece o referido termo oito vezes, em um espaço de uma página. E destas oito vezes, a primeira aparece no título e quatro aparecem já no primeiro parágrafo da página 47.

Ao final do livro, encontram-se as referências bibliográficas, que traz, entre outros autores, os historiadores Walter Piazza, Klaus Richter, Maria Bernadete Ramos Flores, Eduardo Afonso, Moacyr Flores, João Klug e Roberson Oliveira. O que impressiona, neste rol de pesquisadores, apenas dois que se debruçaram na temática açoriana, que são Walter Piazza e Maria Bernadete Ramos Flores.

4.2 SANTA CATARINA DE TODAS AS GENTES: HISTÓRIA E CULTURA

Já o livro didático *Santa Catarina de todas as gentes: História e Cultura*, destinado ao 4º e 5º anos, é escrito pelas historiadoras Neide Almeida Fiori e Ivone Regina Lunardon e editado pela Base Editorial, em Curitiba. Trata-se de um livro editado ao final de 2009 para ser veiculado nas escolas catarinenses em 2010, estando de acordo com o PNLD de 2010 a 2012. Este livro, conforme as autoras (2009), destina-se a representar inúmeras etnias e a história catarinenses, evidenciando a importância do Estado como a “terra onde desejam morar, trabalhar e viver”.

Este livro didático contemplada pelo PNLD e já segue as atualizações do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Além disto, recebeu direcionamentos, segundo capa, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conforme já apresentado, o livro conta com seis unidades, divididas em temas específicos. As temáticas apresentam-se de maneira separada, observando-se pouca sincronia quando da exposição destas.

Este livro didático traz na Unidade IV – Expansão Territorial, a chegada dos açorianos, bem como alguns símbolos de luta pela criação de uma República, como foi o caso de Anita Garibaldi. Já na Unidade VI – Maneiras de viver, é uma unidade responsável por caracterizar os diversos hábitos e costumes presentes no Estado de Santa Catarina, problematizando inclusive, o próprio conceito de cultura, onde

Quantas vezes, assistindo a um programa de televisão ou mesmo participando de alguma conversa, ouve-se a palavra cultura. Pode-se usar essa palavra em um sentido relacionado com o cultivo agrícola: a cultura do arroz, a cultura do aipim, a cultura da batata. Aqui, estudaremos a cultura de outras duas maneiras:

- No sentido individual;

- No sentido coletivo, referindo-se a uma situação que diz respeito a um grupo de pessoas.

1) No sentido individual, usa-se a palavra cultura em expressões como: o fulano tem muita cultura ou o beltrano é uma pessoa culta. Neste caso, o termo é utilizado para se referir a uma pessoa que tem muito conhecimento, que pode ter sido obtido com estudos, em escolas ou universidades, ou até mesmo como autodidata (quem aprendeu ou aprende por si, sem a ajuda de professores).

2) No sentido coletivo, é usada sempre para se referir a um grupo formado por um conjunto de pessoas. (FIORI E LUNARDON, 2009, p. 210)

Esta contextualização é importante uma vez que posiciona o autor sobre o que compreende acerca de cultura e traduz uma linguagem acadêmica aos estudantes. Deste modo, ao referenciar que a cultura ocorre tanto no sentido individual quanto no coletivo, traduz as construções da própria sociedade e do indivíduo, não impondo um padrão cultural às etnias que compõe os bancos escolares.

Na unidade I, denominada Estado de Santa Catarina, ontem e hoje, é trabalhado a questão dos limites geográficos bem como as fronteiras do Estado de Santa Catarina, posicionando-o em sua localidade. Esta unidade apresenta 30 páginas.

Após uma breve passagem sobre o Brasil Colonial, as autoras (2009) direcionam sua análise para o Brasil republicano, ressaltando o desejo das pessoas pelo advento da República, pois “permitia que o povo votasse e elegeesse seus representantes”. Não obstante, mesmo sendo direcionado para o Estado de Santa Catarina, este livro didático ressalta os valores pátrios como os símbolos nacionais, a bandeira nacional, o brasão de armas, o selo nacional e o próprio hino nacional,

reservando uma página inteira para a sua exposição (página 23). É importante notar que, entre estes símbolos nacionais, encontra-se a imagem do tenista catarinense Gustavo Kuerten.

Porém, qual a lógica implícita nesta análise inicial? Reproduzir um ideal republicano, no qual o povo pudesse votar e eleger seus representantes (FIORI; LUNARDON, 2009, p. 19), induz ao educando que sua cidadania e representatividade social independe de sua própria vontade e pensamento, inculcando desde cedo uma certa passividade perante a um ideal construído e silenciando inúmeras etnias.

Se pararmos para analisar, porque há esta diferença na quantidade de páginas entre o Brasil Monárquico e Brasil republicano? Segundo a pesquisadora Kênia Hilda Moreira (2011), afirma, a grande procedência da valorização republicana se dá a partir do contexto da crise política da década de 1920, onde “a palavra de ordem era então – republicanizar a República”. Deste modo, complementa ainda que, “para atingir a esse fim, a educação constituiu-se mais uma vez em *locus* privilegiado, instrumento central de criação de uma sociedade moderna.” Essa abordagem teve grande influência a partir do movimento escolanovista, de 1932, amplamente influenciado pelos “modelos de experiências concretizadas na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte” (2011, p. 52).

Embora já atendendo as leis 10.639/03 e 11.645/08 que inserem o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana, bem como das diversas etnias indígenas, um fato que chamou atenção foi a diagramação que estes povos tiveram, de modo a não se relacionar com a História de outros povos no Brasil Colônia, entre eles os lusitanos e açorianos.

Conforme Fiori e Lunardon (2009),

Os açorianos formaram comunidades que eram chamadas de freguesias. Algumas dessas, ainda hoje, mantêm as características açorianas no modo de falar, em suas construções, na forma de preparar os alimentos, etc. Estamos falando, para exemplificar, de antigas povoações que atualmente são distritos do município de Florianópolis: Nossa Senhora da Lagoa da Conceição, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa. Ao chegarem à Santa Catarina, os açorianos enfrentaram muitas dificuldades. Estavam acostumados a plantar trigo,

mas o solo da ilha não era favorável a essa cultura. Começaram então a cultivar mandioca e adaptar-se ao seu uso. Como tinham forte tradição pesqueira, passaram também a dedicar-se a essa atividade. As armações de baleia já existiam quando os açorianos chegaram à Santa Catarina. Logo vão participar da atividade dedicando-se à pesca da baleia em alto mar. (FIORI E LUNARDON, 2009, p. 122)

Mesmo locando-se nas póvoas descritas pelas autoras, a manutenção das características açorianas no modo de falar, das construções e na forma de preparar alimentos são informações que objetivam reproduzir equívocos de análise historiográficas. A língua, bem como as expressões idiomáticas são vivas e modificadas culturalmente, bem como as maneiras as quais os habitantes de quaisquer lugares de se expressarem, alternam-se conforme sua própria necessidade. Outro ponto passível de análise é a reprodução do cultivo da mandioca e adaptarem ao seu uso. Longe de descobrirem o seu plantio e colheita, os lusitanos que aqui estiveram, certamente compreenderam esta prática com os indígenas que aqui habitavam e tiravam seu sustento de acordo com o aprendizado adquirido. Este livro didático ainda contou com outras duas versões, a primeira contemplando exclusivamente o PNLD de 2013, a segunda contempla o PNLD de 2013 a 2015. Porém, ao invés de problematizar e adequar as características étnico-culturais catarinenses, atualizando as informações, as autoras utilizaram a mesma linguagem e conteúdo do livro didático anterior.

Já em relação a construção da identidade açoriana em Florianópolis, os autores abordam inicialmente a arquitetura como estilo específico dos açorianos, evidenciado na “Casa dos Açores”, situada em Biguaçu e na “Rua dos Ilhéus”, rua esta que margeia a praça XV de Novembro, localizada no bairro central deste município. Entretanto, o que não se observa, quando analisada a temática açoriana neste livro didático, é a participação tanto de povos indígenas quanto africanos, na questão política, social e cultural da própria sociedade.



Figura 15 - Casa dos Açores, museu localizado no município de Biguaçu, p. 122



Figura 16- Rua dos Ilhéus, localizada no centro de Florianópolis, p.122

O que vemos nas imagens é uma tentativa de vincular passado e presente, uma vez que na imagem a esquerda, a construção constituía-se enquanto residência de um senhor de escravos, enquanto a segunda servia de passagem aos ilhéus para destinarem-se ao comércio. Esta relação, dinamizada pelos autores, reflete uma tentativa de inserção do açoriano com a cultura em geral da cidade. Porém, isto não apresenta nada de específico relacionado aos açorianos, trata-se de um elemento comum na constituição da sociedade brasileira, como um todo. Assim, podemos perceber nas imagens abaixo esta tentativa de aproximação de uma identidade florianopolitana a um suposto passado açoriano:

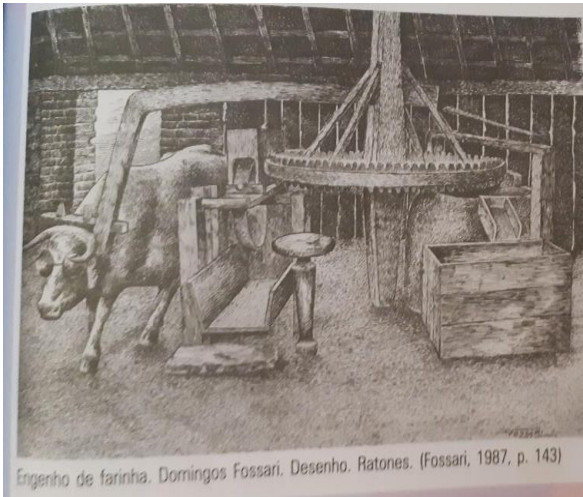


Figura 17 - Engenho de Farinha, p. 123



Figura 18 - Pintura sobre o Ribeirão da Ilha, p. 123



Figura 19 - Arrastão de Tainha, p. 124



Figura 20 - O pescador, p. 124

Conforme Leal (2007) afirma,

Da mesma maneira, a apropriação da marca açoriana pelo marketing turístico – em revistas e folders – dos municípios do litoral catarinense prefeituras do litoral é hoje em dia generalizada. Assim, na revista de divulgação turística Mares do Sul a origem açoriana dos municípios do litoral catarinense sucessivamente tratados é evocada com frequência. O município de Sombrio, no sul do estado de Santa Catarina, é apresentado como a pequena Sombrio [que] preserva as suas tradições num verdadeiro museu ao ar livre, onde teares e mosaicos contam a saga da colonização da cidade e exaltam a cultura açoriana. Na publicação turística bilíngue Florianópolis. Ilha Açoriana – prefaciada pela prefeita de Florianópolis e da autoria de duas destacadas ativistas do movimento açorianista – um dos principais motivos de atração turística da ilha de Santa Catarina são as suas raízes [açorianas] preservadas, incluindo o sotaque cantado e ligeirinho, a arquitetura, a religiosidade, os hábitos, os usos e costumes, o folclore, o artesanato, a pesca artesanal e, principalmente o jeito simples e hospitaleiro de ser e de receber (LEAL, 2007, p. 238-239)

Assim, a apropriação desta marca açoriana também traduz a revitalização do que se pretende promover. Em análise das figuras 18 à 21, percebe-se uma espécie de saudosismo por parte dos autores em retomar o discurso do açoriano enquanto ligado ao mar. Neste caso, a cultura dita açoriana, teve que se adequar frente ao crescimento econômico e, sobretudo, a especulação imobiliária e do turismo que a região litorânea próxima a Florianópolis, atravessou na década de 1980.

Conforme Leal (2007) afirma,

Outros tópicos açorianistas como as rendas de bilro, as bruxas ou as Festas do Divino recebem também um tratamento detalhado. Em Laguna, no folder turístico editado pelo município, sublinha as potencialidades turísticas [d]o povo hospitaleiro de origem açoriana. Em Penha, refere-se a influência dos açorianos na religiosidade, culinária, arquitetura e no jeito simples e acolhedor do povo receber aqueles que visitam o município. Em Imbituba, é também proposto aos turistas argentinos – a par dos circuitos rural, de los museos, de las aguas termales, etc. – um circuito de la cultura Azoreana. Para além dos municípios, são frequentes outros grupos e indivíduos que procuram tirar partido desta aliança entre cultura popular de base açoriana e turismo. É o que se passa com os grupos que se dedicam ao artesanato. O desenvolvimento da sua produção é de facto pensado tendo em vista um público constituído maioritariamente por turistas. (LEAL, 2007, p. 239)

Posto isto, não fora apenas benéfico as regiões litorâneas afirmarem sua adesão a uma especulação cultural açoriana. Para Florianópolis, está se organizou como um pólo promotor da dita cultura, uma vez que se observa, no conjunto arquitetônico, no linguajar característico, no artesanato e na própria alimentação, uma tendência voltada a recriar um passado já esquecido. Conforme Leal (2007) afirma,

O caso do recente arranjo urbanístico da Praça da Alfândega em Florianópolis – com a abertura de espaços para a venda regular de artesanato – é elucidativo. De igual forma, na Lagoa da Conceição – um dos principais locais turísticos da ilha de Santa Catarina – a Fundação Franklin Cascaes montou igualmente um espaço consagrado à feitura e venda de produtos artesanais. Mas onde as marcas desta aliança entre a cultura popular de base açoriana e o turismo são mais claras é no aproveitamento, pelos próprios empresários turísticos, da marca Açores. Esse aproveitamento pode ser superficial e basear-se na utilização de designações açorianas para nomear empreendimentos turísticos vários, desde restaurantes a hotéis, passando por praias e lojas de venda de artesanato. Mas pode assumir formas mais elaboradas. Num empreendimento turístico situado no Costão do Santinho – na ilha de Santa Catarina – foi por exemplo criado um espaço chamado Ilha de Cascais, baseado na utilização de motivos inspirados nos desenhos de Cascaes.

Da mesma maneira muitos restaurantes – sobretudo na ilha de Santa Catarina – tendem a especializar-se na culinária tradicional, servindo-se activamente do motivo açoriano na sua promoção. Para além do Restaurante do Eco Museu de Ribeirão da Ilha, o caso mais conhecido é o restaurante do Arantinho, situado na praia do Pântano do Sul, no sul da Ilha. Esta aliança entre cultura açoriana e turismo é também notória na utilização do motivo das bruxas na difusão turística da ilha de Santa Catarina. Os primeiros exemplos dessa utilização recuam aos anos 1980, quando em 1986, Peninha é convidado para conceber o stand de Santa Catarina para uma feira de turismo que teve lugar em São Paulo. (LEAL, 2007, p. 239-240)

De maneira geral, o livro didático constrói a imagem do desenvolvimento de nosso país a partir de dois vieses: o cultural, com base na premissa branca, europeia e cristã, influenciada pelos portugueses, e o trabalhista, de base alemã e italiana. Nestas quatro imagens supracitadas, podemos perceber uma tentativa de reforçar a premissa do açoriano enquanto pescador por sua natureza, bem como aquele que incorporou os hábitos alimentícios da colônia, como a farinha de mandioca. Porém, esta construção, sobretudo republicana, tem como intuito reforçar o paradigma de que o açoriano, enquanto representante cultural da região onde ele habitou, deixou sua marca na cultura catarinense, bem como serviu como base para que novas culturas surgissem, como foi o caso da construção da figura do manezinho da ilha, a partir dos anos de 1980.

Em meio a esta discussão, segundo Fantin (2000), o manezinho foi sendo construído. Muito além do que uma figura corriqueira na região, este sujeito, ao contrário do açoriano formulado pela geração de 1948 agora consiste em um biótipo real, existente na cidade, mesclando as etnias e culturas daqueles que são habitantes da localidade. Mesmo com esta construção coletiva, segundo Fantin (2000) pode-se perceber um viés autônomo, uma vez que este mesmo açoriano, vinculado com o manezinho da ilha, depende de seu próprio esforço e de seus pares para, de modo incisivo, conseguir sobreviver ante as intempéries do cotidiano. Deste modo, pode compreender que a construção deste sujeito é, sobretudo, reforçada pela valorização da ideia de um suposto trabalhismo livre, e da própria constituição do sujeito açoriano como uno, detentor de uma cultura forte e bem situada no espaço catarinense.

Como foco de análise das palavras que são projetadas no livro didático, muitas destas ocorrem em defesa de um suposto ideal progressista e republicano. Deste modo, observa-se que são utilizadas figuras públicas esportivas junto a alguns símbolos nacionais e estaduais, ainda nos bancos escolares. Neste exemplo, na página 21, cujo título é Símbolos Nacionais, há a menção da bandeira nacional com a devida imagem e, logo abaixo, a foto de Gustavo Kuerten, realizando um saque em um jogo de tênis. De acordo com Fiori e Lunardon (2009, p. 21), “Gustavo Kuerten em jogo internacional contra a Romênia, disputando a Copa Davis e vencendo por 7 a 5. O tenista catarinense Gustavo Kuerten, o Guga, já venceu muitos campeonatos de Tênis realizados no Brasil e em outros países”.

Nas temáticas ligadas ao açoriano, pode-se perceber a utilização de inúmeras palavras e imagens que ocorrem de modo a reforçar sua importância cultural no Estado, como maneira de garantir-lhe um lugar de destaque dentre a pluralidade cultural catarinense. Palavras como *Povoamento* aparecem por oito vezes, dentre estas duas vezes ligadas a uma suposta superpopulação nos Açores; A palavra *defesa* aparece por três vezes, e a ela está vinculada a palavra *fortaleza*, que aparece por 25 vezes, ao longo de 15 páginas. Já a palavra *açoriano*, tema central da análise, aparece por 16 vezes, e a este termo, são aliadas as palavras *Plantio*, que aparece por três vezes; *terra*, que aparece por três vezes; Pesca, que aparece por seis vezes; O termo *armações de baleia* aparece por 26 vezes e, por fim, o termo *religião*, aparece por três vezes.

Além disto, as imagens que aparecem, quase em sua totalidade, são ligadas ao aspecto religioso. Tais imagens constituem como uma projeção material de ordem não temporal, uma vez que, embora sejam construídas em momentos distintos, ainda chegam nos dias atuais como sinal da forte religiosidade entre os descendentes de açorianos, inclusive, entre os chamados manezinhos da ilha. Porém, quem é este manezinho da ilha? Não seria fruto de uma construção ideológica para confirmar a presença dos açorianos na grande Florianópolis? Porém, o que se percebe é apenas a presença de imagens religiosas de cunho católico, tais como: a Igreja Matriz no século XIX, e fuga para o Egito, na página 112, bem como a catedral de Nossa Senhora do Desterro, na página 113.

Este livro didático apresenta uma outra edição, correspondente ao PNLD de 2013 a 2015. Com base na análise comparativa entre os dois livros didáticos, as autoras apostas no continuísmo do conteúdo, uma vez que se observa a alteração de uma pequena parte destes, em relação ao contexto geral.

Não obstante, pode-se notar uma diferença na maneira de expor e trabalhar os conteúdos, o que não influencia na sua diagramação e proposta didático-metodológica. Observa-se ainda que, algumas partes, em especial das unidades dois e três foram condensadas, tais como a presença dos povos guarani na atualidade e as reservas indígenas, bem como a sessão de homenagens aos afro-brasileiros.

Por fim, a análise das referências se faz presente ao perceber que ao longo de suas oito páginas, cita os pesquisadores Nereu do Vale Pereira, Domingos Fossari, Oswaldo Rodrigues Cabral, Virgílio Varzea, José Carlos Mosimann, Maria Cristina Benez & Maria Ester Benegasso, Ana Brancher, Valmir Muraro, e Walter Piazza. Porém, destes, apenas Maria Cristina Benez & Maria Ester Benegasso e Virgílio Várzea que serviram como base para as autoras escreverem acerca dos açorianos. Cabe ressaltar ainda que, embora sejam destinados os nomes destes pesquisadores nas referências bibliográficas do livro didático em questão, não constam quaisquer textos ou excertos dos referidos autores nas páginas que abordam sobre os objetos desta pesquisa, os açorianos.

4.3 ESTUDANDO A HISTÓRIA DE SANTA CATARINA

Outro livro analisado foi *Estudando a História de Santa Catarina*, de autoria de Cynthia Simioni França, publicado em 2011. Trata-se de uma obra elaborada por uma pesquisadora, a época, mestre em História pela Universidade Estadual de Londrina, e editada pela Editora Moderna de São Paulo. Criada em 1968, pertence desde 2001 ao grupo Santillana, que é de origem espanhola e tem forte atuação na Europa e na América Latina.

Adequa-se ao PNL D de 2013-2015, apresentando imagens, locais de pesquisa e, sobretudo, textos de pesquisadores de História. Nas obras analisadas até o presente momento destaca-se o fator externo presente na análise da História Local. Extraindo Hübener e Piazza, poucos são os livros didáticos formados com pesquisadores catarinenses ou alocados no Estado de Santa Catarina. O livro didático em si é a primeira edição da autora, destinada para o 4º e 5º Anos do Ensino Fundamental I, de modo a compor o currículo de História regional.

A obra representa os açorianos em dois momentos distintos, sendo estes no capítulo 6 e no capítulo 10. No capítulo 6, intitulado Povoando o Território Catarinense, a autora afirma que o arquipélago dos

Açores é formado por nove ilhas colonizadas por Portugal a partir do século XV. Duzentos anos mais tarde, a população do arquipélago estava muito numerosa. Por conta do excesso de gente, faltavam moradias e trabalho. Assim, muitos açorianos decidiram se mudar para Santa Catarina, com o incentivo do governo português. (FRANÇA, 2011, p. 63)

Conforme Flores (2000), embora houvesse a propaganda acerca do incentivo régio, esta promessa não necessariamente era cumprida na colônia brasileira. Deste modo inúmeros casos ocorreram, de modo a gerar inúmeras reclamações junto ao Governador da Capitania e, de outro lado, a organização dos próprios colonos em receber os que chegavam e encontravam-se na mesma situação que eles.

Outrossim, analisa a constituição de colônias militares, como o caso de Chapecó e na construção das Fortalezas de Anhatomirim, Ratones e São José da Ponta Grossa, em Florianópolis, de modo a proteger a ilha dos ataques espanhóis.

Neste ínterim, a autora (2011, p. 63) cita o trecho do livro *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*, publicado pelas pesquisadoras Ana Brancher e Silvia Maria Fávero Arend, em 2004, p. 109, que aborda acerca dos investimentos da coroa portuguesa em garantir a posse da ilha não foram suficientes, para barrar a única vez que os espanhóis realmente tentaram ocupar o território catarinense.

Neste momento, aliada ao termo açoriano, que aparece por 12 vezes, ao longo de seis páginas, observa-se as seguintes palavras: Povoamento, que aparece também por 12 vezes; Colonização, aparece por três vezes; A palavra terra aparece por uma única vez; Pesca aparece por 5 vezes, enquanto baleia, aparece por seis vezes. Não foi observada a palavra religião no excerto em questão.

Não à toa, a imagem do açoriano, reforçada neste embate de palavras, acaba por chegar aos bancos escolares como aqueles que vieram de um arquipélago superpopuloso, com cerca de 150 mil pessoas, em números não conclusivos e absolutos, em número de, aproximadamente 6 mil pessoas, para povoar a região da costa litorânea catarinense. Por fim, são observados o uso das palavras defesa, por quatro vezes e fortaleza, por nove vezes, ao longo de seis páginas.

Este livro didático aborda outras características acerca da influência açoriana no território da costa litorânea catarinense. Deste modo, com a imagem a seguir, França (2011, p. 63), traz a seguinte reflexão

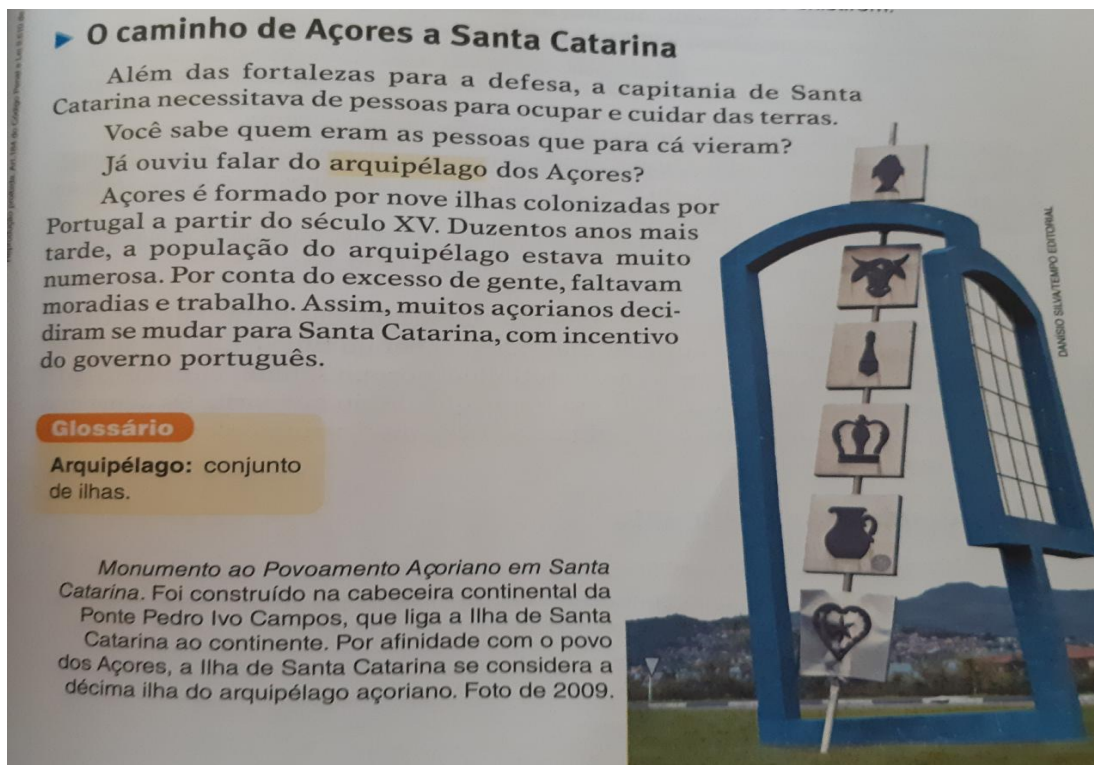


Figura 21 - O caminho dos Açores a Santa Catarina, p. 63

Um ponto interessante é a análise da autora de que os colonos que vieram para Nossa Senhora do Desterro são unicamente originários dos Açores. Conforme Flores (2000), esta estratégia se aproxima de um ideal criado a partir de 1935, com o objetivo de criar símbolos que ressaltassem a brasilidade, e o açoriano representava isto, devido sua origem portuguesa. Assim, sua tradição, língua e religião deveriam ser preservadas. De acordo com o website do Núcleo do Estudos Açorianos (NEA)

A obra retrata uma **Janela** e uma **Porta** característica da arquitetura Luso-Brasileira, técnica construtiva que os açorianos trouxeram para cá. Também mostra uma **Roda** de carro de boi, meio de transporte que os casais açorianos aqui implantaram. Nos ícones que aparecem estampados na vertical do monumento temos: A **Coroa** do Espírito Santo, sem dúvida a maior identidade do povo açoriano e presente em todo o litoral catarinense; O **Touro** também um elemento muito forte na identidade dos açorianos aqui no Estado de Santa Catarina, traduzido pela nossa Farra do Boi; O Bairo das rendas que faz alusão ao artesanato; O **Peixe** representa a pesca que os açorianos tiveram que se dedicar, pois aqui não conseguiram reproduzir suas lavouras; O **Jarro** mostra a produção da cerâmica utilitária como objeto de usos no seu dia a dia; O **Pão por Deus** representa, além das tradições orais e o trabalho criativo do recorte e da pintura. Ademais, alheio a análise açoriana, já trabalhada no capítulo anterior, a autora traz a análise sobre o tropeirismo, bem como suas transformações culturais e física ao longo dos anos, até a relação

entre a chegada dos trens com os habitantes da região central de Santa Catarina. (NEA, s.d., on-line)

Em meio a isto, é interessante afirmar que a autora busca demonstrar embasamento teórico em sua análise, uma vez que traz textos acadêmicos, com autores que publicaram obras nas primeiras e segunda décadas do século XXI, tais como Marina de Souza e Melo, e analisa jornais, tanto do século XIX, quanto dos séculos XX e XXI, para problematizar a temática em questão. Porém, há um ponto em questão: - Quem, de fato, construiu tais edificações? Ao que tudo indica, não foram apenas os açorianos.

Após inserir a imagem, a autora traz as construções consideradas açorianas, tais como observadas nas imagens abaixo:



Figura 22 - Vista do Museu Etnográfico Casa dos Açores em Biguaçu - Foto de 2005 p. 65



Figura 23 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha construção açoriana em Florianópolis foto de 2007 - p. 66

Este ponto levantado em questão, embora pareça simples, acaba por angariar toda a produção material pró-açoriano, uma vez que não leva em conta os próprios construtores, escravos ou não, das edificações em destaque. Este

silenciamento também ocorre nas próprias etnias abordadas nos livros didáticos analisados até aqui.

Na unidade V, a autora trabalha com a variedade cultural que compõe o Estado de Santa Catarina.



Figura 24 - Tradições culturais dos imigrantes em Santa Catarina - Cap. 10, p. 108

Porém, nesta figura, tanto texto quanto imagem aparecem em consonância, porém, o que ressalta a autora “a influência açoriana vem desde meados do século XVIII”. Porém, fica interessante perceber que o que denota neste excerto é que ainda hoje os habitantes de Florianópolis são influenciados culturalmente pelos habitantes do arquipélago dos Açores.

Já no capítulo 10, de título Tradições culturais dos imigrantes em Santa Catarina, a autora trabalha com a ideia de patrimônio cultural imaterial. Nesta parte, a autora direciona ao estudante o que considera como as principais festas dos imigrantes de Santa Catarina: sejam estas açorianas, italianas ou alemãs.



Figura 25 - Festa do Divino - p. 112

Já nesta imagem, referenciada a partir da festa do divino, é trazida como “manifestação da cultura religiosa da cultura açoriana” no Estado de Santa Catarina. Assim, a figura traz as cores vermelho e verde, nas roupas em destaque, que representam, respectivamente a fortaleza e o conselho.



Figura 26 - Brincadeira do Boi de Mamão - p. 113

Já quando o boi de mamão é abordado, também se remete a uma valorização do folclore. Embora este festejo não tenha sido criado pelos açorianos, é muito associado à sua imagem, devido a utilização do boi e de outros elementos, requeridos pelos defensores de uma suposta cultura açoriana, sobretudo, aqueles que defendem, de fato, esta cultura ainda é viva em Florianópolis. Conforme Fantin (2000) aborda, o festejo trata-se de uma manifestação suave e harmônica, de modo a levar o espectador a um certo encantamento cultural.

Quanto a análise das palavras que constituem este capítulo, percebe-se a presença dos termos Patrimônio, que aparece cinco vezes; Tradição, que aparece por seis vezes; Cultura, que aparece por 21 vezes. Já as palavras Festas, aparecem por 20 vezes e a palavra brincadeira, por 13 vezes.

Relacionada aos açorianos, a primeira festa que França (2011) aborda é a Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana, a Fenaostra. Impulsionada pela terceira onda de valorização de uma suposta cultura açoriana em Florianópolis, a festa é criada em 1999 para festejar a colheita das ostras, oferecendo workshops, seminários, cursos, feira de produtos e serviços e concursos gastronômicos. Porém, o que isso tem de açoriano?

Em oportunidade semelhante, Peter Fry (1982) analisa como a Feijoada torna-se produto nacional e representante de uma cultura brasileira, ao mesmo tempo que esta mesma comida se torna símbolo do movimento negro. Ao analisar a criação de ostras, e divulga-la enquanto uma festividade nacional, tanto a autora do livro didático, quanto a organização do evento cometem um grave equívoco de representação cultural. A quem a festa representa? Não representa nem os açorianos, tampouco os portugueses que aqui estiveram. Representa apenas poucos investidores que observam em um saudosismo deslocado uma oportunidade de alavancar o turismo e modificar a gastronomia da região da grande Florianópolis.

4.4 ESTUDANDO A GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA

Entre os livros didáticos direcionados para o Ensino de História, não pude deixar de elencar um de Geografia, direcionado aos 4º e 5º anos, porém, que trabalha com a temática “Aspectos da sociedade”. O livro didático apresenta as dimensões de 28 centímetros de altura x 20 centímetros de largura. Sua diagramação apresenta inúmeras imagens, tabelas e fotografias, de modo a possibilitar ao educando a visualização e reflexão dos temas por ele abordados.

Na folha de rosto, traz a apresentação da autora, Isa de Oliveira Rocha, que é licenciada, bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutora em Ciências – Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo. A autora é professora da Universidade do Estado de Santa Catarina e da Universidade da Região de Joinville.

O livro é dividido em cinco capítulos, dos quais apenas o capítulo quatro, aborda sobre os açorianos. Este capítulo inicia-se da página 73 e segue até a página 102, onde na parte que interessa este estudo, compreende da página 73 até a página 78. Nesta parte, a construção acerca da chegada dos açorianos ocorre apenas na página 76 e segue até a metade da página 77.

Na parte relativa aos açorianos, a autora inicia sua proposta a partir do final da página 76 e termina-a na metade da página 77, adequando estes povos aos pescadores e agricultores. Porém, como Flores (2000) aborda, além da agricultura e da pesca, os colonos também estavam convocados no trabalho das obras públicas, tais como a construção de igrejas e construções diversas. Não obstante, a autora ainda reitera que, embora fosse um solo fértil, a dificuldade estava no conhecimento do plantio dos açorianos, diferentes das que apreenderam nos Açores. Como exemplo, tem-se a cultura da mandioca e do algodão, ao invés do trigo e do linho, peculiares ao arquipélago lusitano.

4.5 ESTADO DE SANTA CATATINA: TEMPO, ESPAÇO E CULTURA

No livro didático *Estado de Santa Catarina: Tempo, Espaço e Cultura*, do ano de 2014, foi elaborado por Gislaine Azevedo e Reinaldo Seriacopi e editado pela Editora Scipione. Com um enredo atrativo, tenta demonstrar aos estudantes e leitores deste livro didático uma narrativa histórica com uma linguagem mais aproximada da realidade do público alvo.

Este livro didático é direcionado aos 4^o e 5^o anos do ensino fundamental. Deste modo, apresenta as temáticas divididas entre as disciplinas de História e Geografia. Em seu sumário há oito capítulos, com glossário, sugestões de leitura

para o aluno, mapas dos municípios do Estado de Santa Catarina, bem como a Bibliografia.

Como observado nos livros didáticos posteriores as leis 10.639/03 e 11.645/08, há um maior debate entre as fontes e os conteúdos relativos aos diversos grupos étnicos que formam nosso país, diminuindo a centralização dos conhecimentos nos europeus. Sabe-se que há muito ainda a ser discutido e implementado, porém, a aplicação destas leis na educação básica nacional, com certeza é um avanço para uma educação plural e democrática. O que se analisa neste caso, na diagramação do livro didático, é como os autores elaboram os conceitos e constrói os conteúdos relativos as temáticas subjacentes aos açorianos. Assim, se observa a enumeração de fatos históricos e suas consequências, o que se constitui enquanto a formação de uma análise tradicional na escrita da História. Assim, os autores partem da pré-história, terminando sua análise nos dias atuais.

No 3º Capítulo, são abordados os “primeiros povoados”, e conta com 18 páginas. Neste capítulo aparecem inúmeras fotografias do que supostamente representariam costumes açorianos no Estado de Santa Catarina. De todo modo, os autores abordam uma perspectiva cultural da própria prática historiográfica, uma vez que reproduzem elementos considerados marcas da presença açoriana no Brasil.

Assim, a partir da página 78, Azevedo e Seriacopi (2014), tentam remontar a presença dos açorianos, ao longo de 14 páginas, em um capítulo exclusivo aos açorianos, a partir dos elementos observados no século XX e XXI, como a presença das rendeiras.



Figura 27 - Rendeira na Lagoa da Conceição, trabalhando com Bilro. P. 78

Muito embora bastante difundida no Brasil, a renda de bilro tem origem incerta. Em 2018, tornou-se patrimônio Cultural imaterial da Humanidade da Eslovênia onde a renda faz parte do sustento de mais de 120 comunidades. Esta outorga cultural imposta pelos portugueses e brasileiros quanto a renda de Bilro não é de sua exclusividade, sendo observada em outros momentos na própria História. Sobre este fato, a tradição do uso do Kilt, é analisada por Hugh Trevor-Roper (2017), quando

Hoje em dia, onde quer que os escoceses se reúnam para celebrar sua identidade nacional, eles a afirmam abertamente através da parafernália nacionalista característica. Usam o saio (kilt), feito de um tecido de lã axadrezado (tartan) cuja cor e padrão indicam o clã a que pertencem, e quando se entregam ao prazer da música, o instrumento utilizado é a gaita de foles. Tal parafernália, que eles reputam muito antiga, é, na verdade, bem moderna. Foi desenvolvida depois, e, em alguns casos, muito depois da União com a Inglaterra, evento contra o qual constitui, de certo modo, sob uma forma rudimentar; naquele tempo, porém, eram vistos pela grande maioria dos escoceses como indício de barbarismo: o distintivo de montanhese velhacos, indolentes, rapaces e chantagistas, que representavam para a Escócia civilizada e histórica mais um inconveniente do que uma ameaça. Até mesmo nas Terras Altas (Highlands), ainda naquela forma rudimentar, aquela parafernália era relativamente nova: não constituía característica original, nem distintiva da sociedade montanhese. (TREVOR-ROPER, 2007, p. 25)

A estas supostas tradições culturais herdadas dos antepassados, percebe-se que, ao voltarmos a análise aos livros didáticos, tais tradições herdadas dos açorianos são reforçadas por meio de imagens e relatos. Conforme os autores afirmam, a produção da farinha na ilha de Santa Catarina era elaborada de maneira manual, porém, quando os colonos chegaram, utilizaram bois para movimentar as

máquinas dos engenhos para moer a mandioca, contribuindo para o aumento da produção e o crescimento de sua importância. Já para Flores (2000), esta construção não foi exatamente como os autores do livro didático evidenciam. Os colonos, por muitas vezes sobreviviam com base em esmolas e no acolhimento das famílias que ali já residiam. E isto, aliado ao não cumprimento das promessas feitas pelo Governo português, tais como a distribuição de ferramentas e armas.

Na seção “o legado açoriano”, Azevedo e Seriacopi (2014), afirmam que

Os açorianos trouxeram hábitos e costumes que foram incorporados pela população de Santa Catarina. Exemplo disso são muitos pratos que hoje fazem parte da culinária catarinense, como os bolinhos de banana, a canjica, o caldo de peixe com cominho, além de condimentos como o colorau e o coentro. As mulheres açorianas introduziram a renda de bilro, um tipo de bordado da Itália que até hoje é praticado em algumas regiões do Estado. Outra tradição açoriana é a Festa do Divino Espírito Santo, de origem cristã, marcada pela apresentação de grupos de foliões, brincadeiras, quermesses e distribuição de comida aos participantes. A Farra do Boi, conhecida como Boi na Vara, também veio do arquipélago. Nesse folguedo, a população corre atrás de um boi bravo para captura-lo, matá-lo e distribuir sua carne entre os participantes. (AZEVEDO E SERIACOPI, 2014, p. 89)

O interessante notar que, na abordagem sugerida pelos autores é a assimilação da Farra do Boi enquanto genuína do arquipélago. Para Fantin (2000), a farra do boi começa a ser lembrada enquanto um acontecimento na região da grande Florianópolis, de uma maneira negativa, a partir da década de 1980. Nesta relação, percebe-se, também, segundo a autora, uma reiteração de estigmas, presente entre os que chegavam na região, os membros da elite econômica e cultural da região e os habitantes do interior, que geralmente, eram estigmatizados.

O que acontece na Farra do Boi catarinense, quando da inserção deste festejo, é a completa desvirtuação de seu propósito europeu, como cita Fantin (2000). E isso a separa de uma vinculação a qualquer tradição. Longe de manter qualquer vínculo com o folguedo praticado nos Açores, a farra do boi ocorrida no Estado de Santa Catarina, vincula a malhação ao Judas cristão com a tentativa de dominação da ira animalesca. E, ao final, longe de distribuir a carne aos participantes, o animal é espancado até não oferecer maior resistência, para então ser abandonado a sua própria sorte, sendo abatido ou morrendo a esmo.

Na seção “coisas de Santa Catarina”, Azevedo e Seriacopi (2014) afirmam que,

Uma tradição que os catarinenses herdaram dos açorianos é o pão-por-Deus. Consiste em um cartão recortado em papel vegetal ou de seda no centro do qual se escreve um pedido em versos rimados. Nos Açores, no dia 1º de novembro – Dia de Todos os Santos, segundo a Igreja católica -, as crianças saíam pelas ruas com esses cartões coloridos e os entregavam para os moradores das residências, que, em troca, lhes davam comida. (AZEVEDO E SERIACOPI, 2014, p. 92)

Da chegada destes portugueses vindos do Arquipélago dos Açores para Desterro, é fato que encontram uma ilha pouco explorada aos olhos eurocêntricos, o que coloca estes primeiros colonizadores a caminho da posse dos recursos nela existentes. Um dos caminhos que se aponta para que os açorianos conhecessem a ilha, foi advinda do contato com os indígenas que viviam nas redondezas.

Já na imagem a seguir, os autores trabalharam com a ideia de localização espacial e temporal, para situar os alunos de como era a organização da cidade, em 1754.

Leia e INTERPRETE

Os primeiros povoados catarinenses eram pequenos e tinham poucos habitantes. O mapa ao lado, do engenheiro militar português José Custódio de Sá e Faria, mostra parte da ilha de Santa Catarina e o povoado de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, em 1754. Observe a imagem com atenção e depois faça no caderno as atividades propostas.

ILHA DE SANTA CATARINA E POVOADO DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO

Plano da Villa de N. S. do Desterro, de José Custódio de Sá e Faria. In: **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**, de Nestor Goulart Reis. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2000. p. 225.

1 Com base nesse mapa, como você descreveria a ilha de Santa Catarina em 1754?

2 Observe a legenda do mapa: quais construções existiam em Desterro no ano em que o mapa foi feito?

Figura 28 - Planta da Ilha de Santa Catarina e Povoado de Nossa Senhora do Desterro, em 1754. P. 81

Este tipo de proposição, adequa-se a problematização recorrente nos livros didáticos, uma vez que é função da própria disciplina, analisar como se deram os processos de povoação e habitação nos diversos lugares do mundo. Neste caso, ao dispor o plano do povoado de Nossa Senhora do Desterro, os autores objetivaram evidenciar as mudanças que ocorreram na cidade, com o passar dos anos, muito embora ainda de maneira implícita.

Ao perceber a relação com o texto e a temática açoriana, novamente percebe-se algumas palavras que chamam a atenção, por sua capacidade de introduzir um certo ocultamento de um viés historiográfico. Palavras como pesca, que aparece por 11 vezes; baleias, que aparece por 15 vezes (onde aparece na maioria das vezes vinculado a palavra pesca); rendeiras, que aparece por quatro vezes; Patrimônio Histórico, que aparece por cinco vezes (vinculado as fortalezas e

aos açorianos); fortalezas, que aparece por 17 vezes; lendas e legado, por três vezes; duas vezes a palavra folguedo e herança cultural, sendo todas estas durante a explicação para caracterizar os açorianos.

Vale lembrar que, embora a localidade venha a servir como ambiente de chegada dos açorianos, no século XVIII, a construção das fortalezas não deve ser relacionada a esta população. Cabe ressaltar que a preocupação lusitana em manter o território face as investidas espanholas no sul da colônia brasileira eram presentes e que, a partir da construção das fortalezas, se teve a necessidade de trazer mais colonos para a região. Conforme Flores (2000), os colonos faziam de tudo na região, desde servirem como membros da defesa do território até construtores.

Outro ponto interessante na análise deste capítulo é a citação de Franklin Cascaes para a composição de um suposto cenário cultural ilhéu. Porém, os elementos trazidos pela autora, remontam apenas os elementos ditos açorianos, tais como pesca, reza, mar, cantorias e bruxas, também importantes em sua obra, de maneira a projetar um tipo de ideal cultural açoriano. A figura de Cascaes, ao ser analisada neste contexto, aparece isolada, não parecendo manter contato com os demais pesquisadores de sua geração, seja Walter Piazza, Oswaldo Cabral ou Nereu do Vale Pereira.

Na imagem a seguir colabora para afirmar a cultura açoriana. Porém, percebe-se que há a lembrança da presença de outras culturas. Ferreira (2006) afirma que

não poderíamos falar de Santo Antônio de Lisboa nos séculos XVIII e XIX sem fazer referência à população escrava, alforriada, liberta e afro-descendente. A população de origem africana, ao longo deste período oscilou sempre em torno de vinte por cento da população. No século XVIII observamos poucos libertos e alforriados e ao longo do século XIX percebemos o crescimento destes. Vinte por cento da população é um número significativo, mas ultimamente esse contingente tem sido negligenciado na memória oficial da Ilha de Santa Catarina. (FERREIRA, 2006, p. 141)

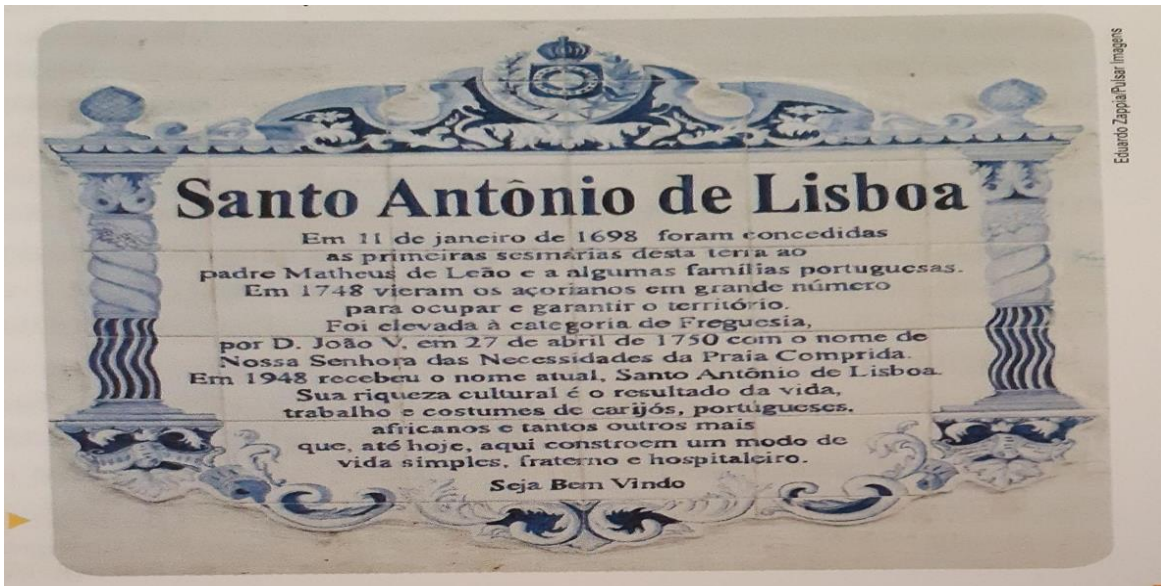


Figura 29 - Azulejos em Santo António de Lisboa, relatando sobre a chegada de açorianos na localidade. P. 83

O distrito de Santo António de Lisboa se tornou um destino turístico para quem quer conhecer um pouco mais sobre as tradições vindas dos Açores, bem como da interpretação de suas características a partir da década de 1940. Contudo, conforme Leal (2006, p. 230-231) adverte

Terá sido justamente a partir do êxito desta experiência que terá nascido aquela que é até hoje uma das grandes logomarcas na difusão turística da ilha de Santa Catarina: Ilha da Magia. Simultaneamente, a bruxa difundiu-se como tema recorrente do artesanato e em variadas iniciativas de promoção turística. Os processos de mercantilização da cultura popular açoriana associados ao turismo que temos vindo a passar em revista podem ser vistos à luz da importância crescente que, no mundo contemporâneo, têm vindo a assumir os processos de etnicização dos consumos, designadamente turísticos.

Ao analisarmos a imagem, além dos símbolos nela contidos, se observa, sobretudo, o texto que faz referência. Este, ao atentar-se as condições as quais os tripulantes eram submetidos, esquece-se de uma particularidade importante: os açorianos não são imigrantes dentro do império lusitano e, sim, parte integrante da própria população. Deste modo, pode-se compreender que, embora com hábitos característicos face ao distanciamento de Portugal continental, os açorianos preservavam a língua, fé e hierarquias frente ao império colonial português.

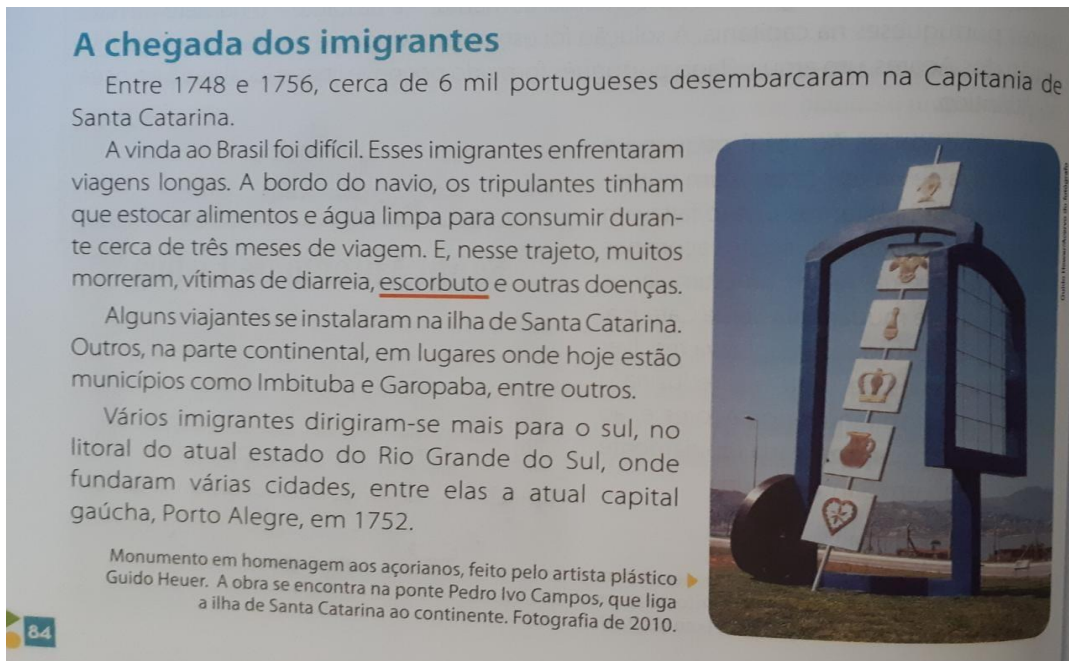


Figura 30 - Monumento em Homenagem aos Açorianos, p. 84

Ao analisarmos a imagem pode-se depreender que este monumento localiza-se na “entrada da cidade”, fazendo fronteira com o museu do imigrante (construído no século XIX para hospedar as famílias europeias que atracavam nos portos da redondeza, para se dirigirem as terras a estes destinadas) e com a ponte Pedro Ivo Campos.

Segundo Leal (2007)

Simultaneamente, multiplicam-se as propostas de circuitos turísticos culturais, os investimentos estaduais ou municipais na salvaguarda do património ou na revitalização da tradição. Para além das suas belezas naturais, Santa Catarina passa a oferecer aos turistas o espetáculo da diversidade das suas gentes e culturas. Um bom exemplo do que acabo de afirmar encontra-se numa das publicações de promoção turística de Santa Catarina editada pela revista Mares do Sul, que se tem especializado no marketing das virtualidades turísticas do sul do Brasil. Santa Catarina é aí apresentada como a Terra dos Contrastes. Esses contrastes são não só em termos de atrações naturais – entre as praias do litoral e a neve do interior – mas sobretudo em termos culturais: entre o litoral açoriano e o vale europeu de Itajaí – um pedaço de Alemanha encravado em plena Santa Catarina – ou a pequena Itália do sul do estado (cf. Monteiro, Cunha e Rüdiger 1998). Este processo de etnicização do turismo catarinense irá cruzar-se, no decurso dos anos 1990, com o movimento açorianista. O caso da Marejada de Itajaí – diretamente inspirada no modelo de turismo quatro estações da OktoberFest. Mas na sua sequência, multiplicar-se-ão os exemplos de cruzamentos entre a cultura popular de base açoriana e o turismo. (LEAL, 2007, p. 236)

Não obstante, há uma sequência de imagens que tentam naturalizar o processo de pertencimento da comunidade em torno do “espírito açoriano”. Deste modo, percebe-se que a inserção da mulher no campo do trabalho modificou-se ao longo do tempo no panorama ilhéu. Assim, as fotografias a seguir, denotam uma apropriação do campo cultural e a inserção da mulher em espaços onde antes eram predominantemente masculinizados, como a pesca.

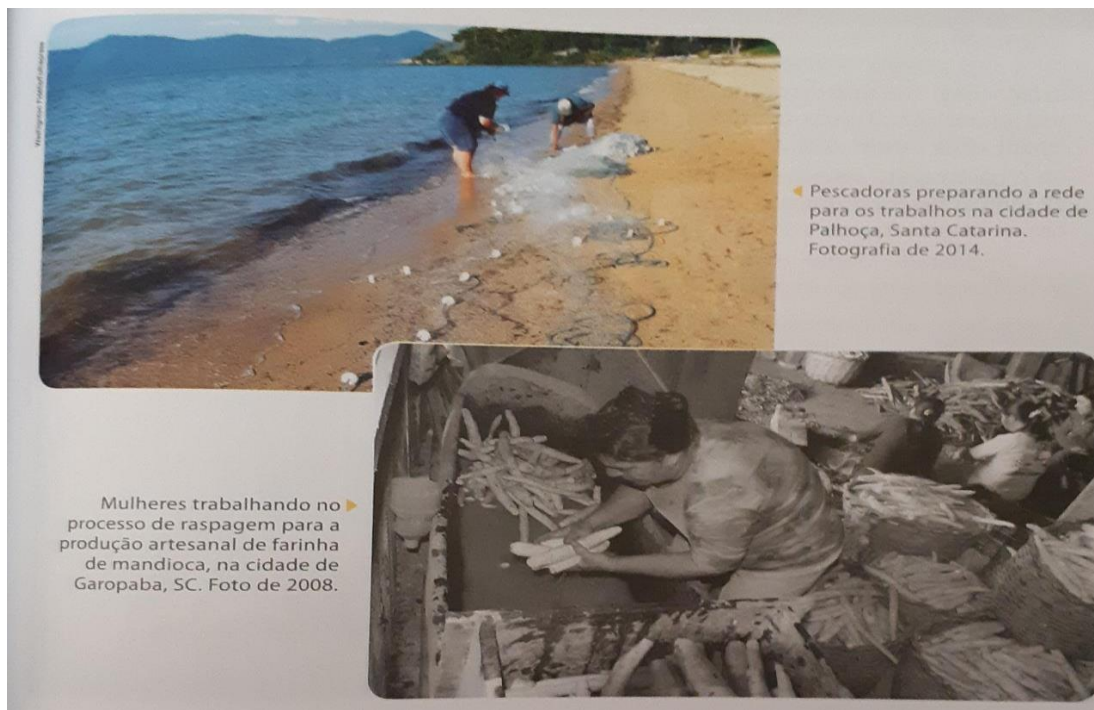


Figura 31 - Mulheres na produção artesanal de Farinha de Mandioca. P. 87

Deste modo, percebe-se que, para integrar toda a sociedade e fazer uma espécie de “resgate cultural”, tanto homens quanto mulheres comungam do mesmo espaço, com o intuito de repassar às novas gerações. Esta construção, muito comum a partir dos anos de 1990, em um país que acabara de sair de uma série de governos autoritários, surtiu efeito para uma resistência e propaganda de uma cultura dita açoriana.

Neste sentido, Leal afirma que (2007, p. 230-231)

Mas, simultaneamente, a expressão resgate articula esta dimensão de registro com uma importante componente de ação cultural. Não se trata apenas de, por intermédio do registo etnográfico, construir uma espécie de testemunho para a posteridade de tradições condenadas ao desaparecimento. Trata-se também - trata-se sobretudo - de revitalizar essas tradições, assegurando a sua continuidade, ou, nos casos em que

elas desapareceram, de contribuir ativamente para a sua retoma. Ocupando um lugar secundário no movimento açorianista até aos anos 1990, esta dimensão ativa do resgate da cultura popular tem sido decisiva na segunda retoma açorianista. É em seu nome que se têm vindo a multiplicar os grupos de dança folclórica de referência açoriana ou os grupos de boi de mamão. É sem em seu nome que grupos de ternos de Reis ou cantorias do Divino – inativas ou mesmo inexistentes – são revitalizadas. É em seu nome que floresce e se desenvolve um novo artesanato de inspiração açorianista ou que velhos artesãos são tirados do anonimato e transformados em novos heróis culturais.

E a este resgate cultural, pode-se inferir a adequação da própria culinária da região, que acaba por obedecer a interesses turísticos. Na sessão “o legado açoriano” observa-se que os autores trabalham com a narrativa de que o que está posto culturalmente foi trazido pelos açorianos. Isto se torna um problema pois, conforme Flores (1997) relembra, tampouco na geração de pesquisadores de Cabral quanto na atualidade tem-se a consciência precisa da origem destas tradições que são afirmadas enquanto açorianas.

Esta tentativa de reconhecimento e resgate cultural denota que, não mais como uma cultura do passado, mas é no presente que se observa o açoriano em um outro formato, mais robusto, o do manezinho, participante da vida ativa da cidade. Este manezinho, sobretudo, identifica-se com o descendente afro-brasileiro, germânico, italiano e de quaisquer etnias que vivem na região da grande Florianópolis, pois, adequa-se também ao espírito que remonta uma suposta tradição local. E isto é discutido por Flores (1997), quando aborda o papel da História enquanto um campo de disputas regionais acerca da coesão e identificação cultural. Assim, enquanto o imaginário for determinado enquanto simbólico, característico de um povo, haverá uma motivação de celebrar um passado, por vezes recriado a imagem da atualidade.



Figura 32 - Ensopado de Berbigão, p. 89

O interessante nesta imagem é a caracterização da culinária como sendo algo típico de um determinado povo, em um país tão plural culturalmente como o Brasil. Ademais, a tentativa de afirmação cultural, quando da descaracterização de outras produções culturais, proporciona uma ideia sacralizada e equivocada da própria conceitualização da cultura, esta a qual se modifica de tempos em tempos. De fato, o que se observa na imagem é a tentativa de uma suposta espetacularização da alimentação florianopolitana, evidenciada a partir de que a utilização de moluscos foi introduzido pelos açorianos. Deste modo, Leal (2007) alerta que

Esta espetacularização da cultura popular – que, segundo Vilson Farias, conseguiu transformar o litoral de Santa Catarina numa grande vitrine da cultura açoriana [...] exprime-se, antes do mais, na importância que, na sua promoção, têm vindo a assumir um conjunto de espetáculos no sentido mais literal da palavra. É o que se passa com os desfiles de abertura de grandes festas de temática açoriana, onde as diferentes delegações presentes optam geralmente por encenações de aspectos da cultura popular do litoral catarinense. Mas é também o que se passa com as exibições de grupos de dança folclórica ou de boi de mamão, de folias do Divino ou de ternos de Reis, ou, ainda, com as peças de grupos de teatro ou com a confecção ao vivo de produtos artesanais. É também a esta luz que pode ser interpretado o peso que temáticas açorianista – como as bruxas ou a colonização açoriana – têm vindo a assumir nos desfiles de Carnaval de Florianópolis. Em todos estes casos, o objetivo comum é produzir performances representativas da cultura açoriana. Simultaneamente, os processos de espetacularização da cultura popular açoriana estão também ligados a modos de exibição menos enfáticos, baseados, por exemplo, na fotografia e no testemunho fotográfico, na exposição e venda de objetos artesanais, ou em instalações artísticas. Dada a importância destes processos de espetacularização da cultura popular açoriana na segunda retoma açorianista, não é de admirar o peso que nela têm as grandes festas de temática açoriana, como o Açor, a Marejada de Itajaí, ou, numa outra escala, o Encontro das Nações de Florianópolis. O que estas festas propõem, de fato, são grandes encenações da açorianidade, compostas da soma das diferentes

encenações mais parciais da cultura popular açoriana que acabámos de enumerar. (LEAL, 2007, p. 233-234)

Outra imagem relativa a esta construção é relativa ao Pão-por-Deus, prática recorrente na grande Florianópolis. Porém, o que antes da prática ser trazida ao Brasil, se observa que este acontecimento era, sobretudo, para homenagear os mortos e fazer pedidos. No Brasil, sobretudo na região da grande Florianópolis, a este festejo foi incorporado os corações em papel, prática que não se observa nos Açores.

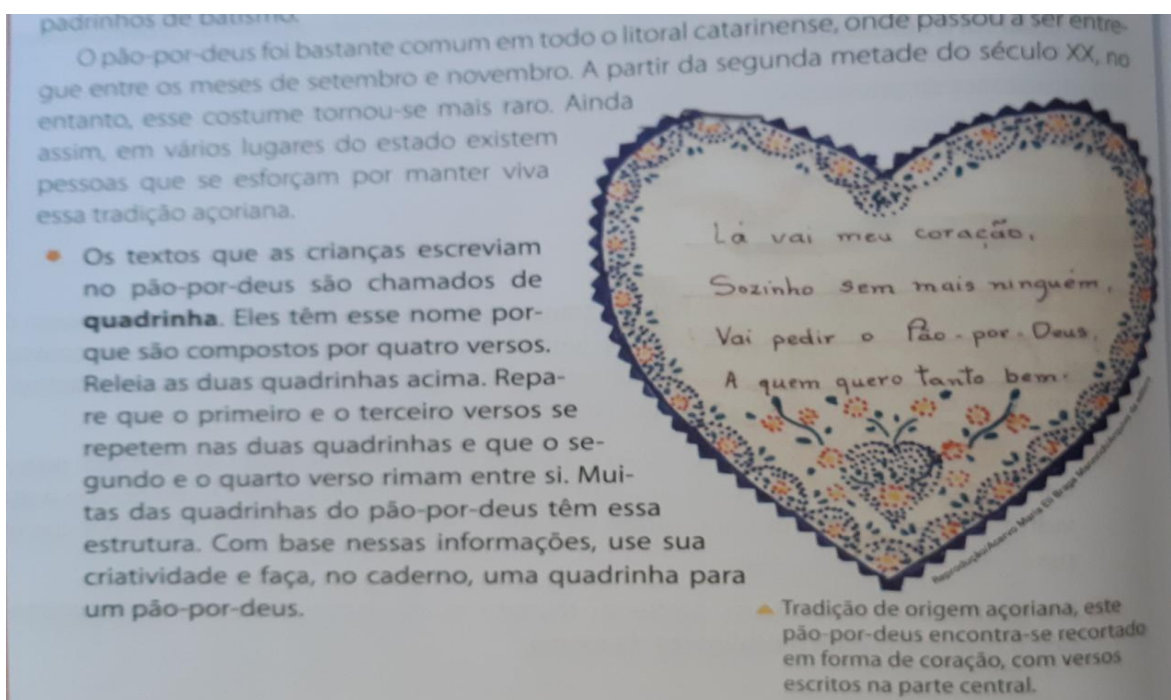


Figura 33 - Imagem do pão por Deus, p. 92

Inicialmente, nesta imagem, pode-se perceber que embora os autores tratem a prática do Pão por Deus como tradição açoriana, esta surgiu quase mil anos antes do evento ser levado aos açores. Porém, ao contrário ao que o livro didático afirma, este festejo descende da mesma linhagem do *soul cake*, ainda do *Trick or treat*, do *Halloween*. Conforme Braga (1885, p. 318), o chamado Pão por Deus era uma oferenda aos Santos, podendo ser maçãs e nozes, o que diferencia da festividade açoriana denominada no livro didático. Já João Leal (2007) afirma que

Uma dessas estratégias consiste em trocar o todo pela parte. Isto é, quando um determinado complexo cultural não pode ser visto, no seu conjunto, como sendo de origem açoriana, parte-se então para a pesquisa do detalhe etnográfico que o possa ligar à tradição açoriana. [...]. Perante a dificuldade de postular a origem açoriana da performance no seu

conjunto, um dos seus detalhes é visto como remetendo para os Açores. Passa-se o mesmo com o pão-por-Deus: não possuindo o ritual em si nenhum paralelo açoriano, o enfoque é colocado na origem açoriana da sua designação ou na sua articulação com a tradição dos “corações recortados”. (LEAL, 2007, p. 199)

Outra palavra que remete a tentativa de ligar com um suposto passado açoriano, com o presente especulativo *manezinho*, é o aparecimento na imagem da palavra esforço, em uma tentativa de afirmar que, embora esteja diminuindo seu número de praticantes, a cultura açoriana, ainda resiste. Como observamos, os argumentos utilizados pelos autores, são sempre muito parecidos, como que se repetissem um mantra. Porém, o que se percebe é que, embora estes argumentos sejam reforçados na literatura que defende o açorianismo e a cultura açoriana enquanto estandarte da região litorânea de Santa Catarina, observa-se seu caráter excludente, face a inúmeras culturas esquecidas, de maneira sumária, no repertório cultural do próprio Estado.

Na página 147, na sessão Santa Catarina atual, merece destaque ao termo idoso, vinculado a imagem de uma rendeira. Conforme a imagem abaixo:



Figura 34 - Tradição da confecção de renda - p. 147

Inicialmente, na própria imagem em si, percebe-se uma mulher, idosa, que está elaborando a renda de bilro, em uma comunidade específica, a Lagoa da Conceição. Porém, como já foi observado ao longo deste estudo é que não são apenas mulheres quem fazem esta atividade. Tampouco, apenas pessoas idosas

fazem esta atividade. Assim, porque são demonstradas ainda, mulheres idosas, geralmente descritas como rendeira da Lagoa da Conceição, como as únicas em um universo de pessoas que fazem a renda em si. A isto, reafirma-se a chamada dialética da preservação, onde os grupos associados as características açorianas e manezinhas, ora são marginalizados dentro da própria sociedade, ora são traduzidos como estandartes de uma cultura que resistiu a inúmeros ataques externos.

Na parte bibliográfica, faz-se menção a extensa lista de historiadores utilizados para a escrita e citação dentro deste material analisado. Porém, destes, na parte em destaque aos açorianos dentro do próprio livro didático, não constam quaisquer citações e textos elaborados por historiadores para provocar a reflexão nos alunos. Ademais, pode-se perceber que as referências de Oswaldo Cabral, Ana Brancher, Walter Piazza, Nereu do Vale Pereira, mesmo que utilizadas como fontes de pesquisa, não aparecem na parte destinada aos alunos.

Cabe ressaltar que, a partir da análise dos livros didáticos escolhidos pelo Programa Nacional do Livro didático, o panorama de proposição dos conteúdos, imagens e objetos de análise tendo como base os açorianos e seus supostos descendentes, poucos se modificou, uma vez que a premissa utilizada pela geração de 1948, ainda se manteve, separando o lusitano do açoriano, como se fossem povos e culturas distintas. Deste modo, cabe ressaltar que, mesmo nos livros orientados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o açoriano é ressaltado como aquele que manteve sua cultura baseada no mar e na pesca, o que não se verifica, de todo modo, quando se faz uma análise mais aprofundada a respeito das fontes historiográficas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região que compreende a Grande Florianópolis celebra, ano após ano, sua ligação com um passado vitorioso, relacionado com a vinda dos açorianos. Estas celebrações, revestidas de alguns aspectos culturais, tais como os festejos da Açorfest e a Festa do Divino, em que podem ser observados sua ligação com um passado recriado, servem para estimular uma mercantilização de aspectos da cultura açoriana no Estado de Santa Catarina e no Brasil, sobretudo nos livros didáticos.

E é neste ponto que essa dissertação teve como objetivo chegar. Ao observar estas manifestações culturais, pude refletir como elas são abordadas nas produções historiográficas destinadas a esta temática e veiculadas nos livros didáticos direcionados aos estudantes do 4º e 5º Ensino Fundamental I.

A trajetória dos açorianos que chegaram na Capitania de Santa Catarina, entre os anos de 1748 a 1756, possibilitaram inúmeras pesquisas historiográficas, em grande parte a partir do 1º Congresso de História de Santa Catarina, ocorrido em 1948. Pude perceber que, embora já houvessem pesquisas anteriores sobre os açorianos, foi após este congresso que a valorização destes sujeitos ocorreu, como maneira de se promover um combate ao estrangeiro alemão ou italiano. Porém, da mesma forma que essa temática ocorreu, notou-se que até a década de 1980, em grande parte, ocorreu o avanço de estudos folcloristas de Franklin Cascaes.

Nos livros didáticos pesquisados, estes dois ideais se fundem a uma intensa propaganda turística e comercial da década de 1980. O bem estar vinculado as belezas naturais e a um povo pacato serve como cenário para a chegada de novas culturas, em grande parte vindas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná.

Na década de 1980, os livros didáticos analisados veicularam este discurso, uma vez que, ao chegarem novas grupos étnicos no litoral catarinense, houve uma necessidade de reformulação cultural, de modo a reforçar para as novas gerações de estudantes, um ideal que valorizava o açoriano e seus descendentes. Assim, o termo manezinho da ilha é adaptado a uma proposta de ensino sobre a região

litorânea de Santa Catarina. A partir deste momento houve uma mescla interétnica, que colocava todos aqueles que nasceram na região da ilha de Florianópolis sob esta alcunha, não interessando se são descendentes de africanos, alemães ou italianos.

A partir disto, pode-se afirmar que é com a construção desta identidade que se percebe a relação entre o descendente do açoriano e os demais habitantes da região. Assim, a figura daqueles colonos, que para cá vieram nos anos de 1748 a 1756, é reforçada nos livros didáticos pesquisados como aquele que é um sujeito que não partilha de hábitos culturais dos lusitanos, embora seja também faça parte do Império Português. O que se tenta reforçar, neste tipo de discurso, é a diferença cultural portuguesa no litoral catarinense, partindo do pressuposto de que os açorianos já traziam hábitos culturais dos arquipélagos semelhantes aos que promoveram no Brasil. Porém, o que se pode perceber é justamente o contrário, uma vez que estes adaptaram muitos destes hábitos à realidade da própria colônia.

Porém, o problema de uma suposta dicotomia cultural entre açorianos e lusitanos, proposta inicialmente a partir da Geração congressista é uma estratégia para valorizar os aspectos culturais dos povos que habitaram a costa litorânea catarinense. Isto soa como se fosse um recado aos que chegam na região de que há uma cultura dominante e tradicional, constituída a partir dos primeiros habitantes açorianos. Não obstante, o que se viu foi exatamente o contrário, ao chegar na costa litorânea catarinense, o açoriano teve que buscar sustento de seu próprio trabalho, uma vez que os mantimentos e promessas feitas pelo Governo Real português não atendiam as necessidades, quando eram enviados.

Acredito que, deste modo, a função do historiador tem importância na sociedade. Por mais que este ofício seja o da pesquisa em documentos e fontes diversas, cabe também identificar estes ecos que a sociedade produz, de tempos em tempos, como uma tentativa de resgate e pertencimento cultural. Para tanto, percebe-se que a função de problematização historiográfica presente nos livros didáticos mostra-se importante, uma vez que estes são os livros os quais, por ventura, crianças e jovens tem acesso a algum tipo de informação sobre os açorianos, pela primeira vez.

Ao trabalhar com este tipo de fonte, pude perceber, em alguns momentos, a importância de se demonstrar que a pesquisa em livros didáticos possibilita percebermos a construção de traços identitários de uma dada sociedade, em seu espaço e tempo específicos, não apenas enquanto uma projeção do governo em si, mas na própria utilização destes materiais nas escolas.

A UDESC, universidade que possibilitou o desenvolvimento deste estudo, há algum tempo debruça-se acerca da pesquisa entre História e Educação. E é neste cenário que essa dissertação se concretizou, uma vez que pude compreender, a cada conversa e sugestão de colegas historiadores, um pouco mais da análise historiográfica sobre os livros didáticos. E acredito que este seja o segredo mesmo, pois grande parte das informações que estão contidas nas fontes bibliográficas, se encontram ecoando na própria sociedade.

Ademais, este estudo não teve intenção alguma em refutar as práticas culturais dos habitantes da grande Florianópolis, mas trazer uma maior compreensão de como estas são reproduzidas nos livros didáticos de maneira a preservar um ideal de açoriano e de como se projetara o habitante da região litorânea central de Santa Catarina. Como pode-se perceber a partir do pensamento do historiador Sérgio Luiz Ferreira (2006), por mais que se tenham inúmeros estudos acerca dos açorianos, sabe-se que estes não estiveram sozinhos em sua permanência até os dias atuais e, sim, sua construção cultural é fruto de uma sucessiva leva de trocas e adaptações culturais.

Outro ponto que busquei investigar foi o fato de que, nas escolas da grande Florianópolis, as quais tive acesso, pouco se questiona o fato da chegada dos açorianos na Capitania de Santa Catarina, apenas se reproduz o que estão nos livros, didáticos ou não, geralmente em ocasiões festivas, tais como o aniversário das cidades desta região, na época da tainha ou ainda na festa do Divino. E é neste ponto onde reside o significado de pertencimento que fora criado nesta comunidade. Porém, como discorrido nesta dissertação, a questão do pertencimento, objetivou muito mais um enfrentamento face as outras culturas que chegavam na região da costa litorânea central de Santa Catarina, do que uma problematização entre as

etnias que já estavam aqui. É a concretização da própria plêiade que Flores (1997) abordara acerca da constituição cultural da sociedade da grande Florianópolis.

Nos livros didáticos esta realidade se concretiza, pois poucos destes trazem um caráter problematizador da própria cultura da região. Quando trazem desvinculam a influência entre os povos que nela habitavam, sejam estes indígenas, açorianos e negros, e posteriormente sua hibridização com outras etnias, tais como alemães e italianos. Fora isto, percebeu-se, concomitantemente, um constante reforço em palavras como desbravador e destemidos, relacionados aos açorianos, porém, nunca trabalhador ou inovador, apontadas como características das outras etnias europeias. Estes tipos de julgamentos, morais e alheios a prática historiográfica, obedecem a mecanismos não condizentes com a própria noção de se analisar a História, sendo este fruto de uma série de contestações de produções de fontes.

Por fim, a parte fundamental que essa dissertação traz é a utilização de um discurso baseado na preservação cultural de matriz açoriana, de acordo com uma espécie de dialética da destruição. Deste modo, pude compreender que este conceito, muito além do que o próprio nome sugere, é uma estratégia de defesa e de fortalecimento da própria cultura de matriz açoriana, reinventando-se de tempos em tempos. Porém, pude também perceber que, a partir destas reinvenções, muitos destes supostos aspectos culturais açorianos que outrora foram reforçados na geração de 1948, foram hibridizados com outras etnias, sendo afro-brasileiras, italianas ou alemãs, por exemplo.

6 REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. **Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas.** Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 36 São Paulo. 1998. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200006. Acessado em 23/12/2018.

AZEVEDO, Gislaíne; SERIACOPI, Reinaldo. **Estado de Santa Catarina: tempo, espaço e cultura.** Volume único: livro regional. 1ª Ed. São Paulo: Scipione, 2014.

BARROS, JOSÉ D'ASSUNÇÃO. **Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.16, p. 17 - 35, dez. 2004. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4785/art3_16.pdf. Acessado em: 10/05/2020.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BECHLER, Rosiane da Silva Ribeiro. **Entre traças históricas e tecer identidades: narrativas da historiografia didática regional sobre Santa Catarina.** 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** 1993. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo: São Paulo, 1993.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez. 2008.

_____. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2005.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História: Ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva. 2007.

BRAGA, Teófilo. **O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições.** 1885. P. 318-319. Disponível em: <https://archive.org/details/opovoportuguezno0braggoog/page/n324/mode/2up>. Acessado em: 01/02/2020.

BRASIL, Editora do. **História da Brasil e História do Brasil.** Disponível em: <https://www.editoradobrasil.com.br/>. Acessado em 12/01/2020

BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acessado em: 01/02/2020.

_____. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017.** Secretaria Geral: Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm.
Acessado em 26/12/2019.

_____. **Decreto-Lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937**. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del093.htm. Acessado em 29/12/2019.

_____. **Decreto-Lei nº 1006 de 30 de dezembro de 1938**. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 29/12/2019.

_____. **Decreto-Lei nº 91.542 de 19 de agosto de 1985**. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 29/12/2019.

_____. **Decreto-Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006**. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11274.htm. Acessado em: 29/12/2019.

_____. **Resolução 15 de 26 de julho de 2018**. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho de Deliberativo. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/11997-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA15,-de-26-de-julho-de-2018>. Acessado em: 28/12/2019.

_____. **Resolução 42 de 28 de agosto de 2012**. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho de Deliberativo. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3758-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-42,-de-28-de-agosto-de-2012-alterada-pela-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-44,-de-13-de-novembro-de-2013>. Acessado em: 28/12/2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEn 9.394/96)**. MEC. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em: 20/06/2019.

_____. **Lei Nº 5.692 (Lei de Diretrizes e bases para o Ensino de 1º e 2º Graus)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 20/06/2019.

_____. **Lei nº 10.639/03**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acessado em: 20/06/2019.

_____. **Lei nº 11645/08**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acessado em: 20/06/2019.

_____. Ministério da Educação. **Escolha do Livro Didático**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/pnld/index.php?option=com_content&view=article&id=index.php?option=com_content&view=article&id=13658. Acessado em 25/12/2019.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas do Livro**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/legislacao/item/9787-sobre-os-programas-do-livro>. Acessado em 25/12/2019.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3758-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-42,-de-28-de-agosto-de-2012-alterada-pela-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-44,-de-13-de-novembro-de-2013>. Acessado em: 26/12/2019.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Ciências Humanas e suas tecnologias Parte IV**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acessado em: 15/06/2019.

BRASILIANA. **A festa do Divino Espírito Santo**. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20192/a-festa-do-divino-espírito-santo>. Acessado em 31/01/2020.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre História**. São Paulo: Perspectiva. 2013.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 17ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A vitória da colonização açoriana**. 1ª ed. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 1941.

_____. **História de Santa Catarina**. 2ª Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1970.

CAMINHA, Paulo Ricardo. Brasil – Descobrimto, “achamento” ou invenção?: Uma reflexão. In: ALVES, Joi Cletson (org.). **Colóquio NEA – 30 Anos de História: Preservando a herança cultural açoriana em Santa Catarina**. Florianópolis, Núcleo de Estudos Açorianos, UFSC, 2016. p. 331-335.

CAMPOS, Nazareno José de. Açorianos do Litoral Catarinense: da invisibilidade à mercantilização da cultura, In: **Arquipélago**, v. XIII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2009. P. 177-201.

CAMPOS, Cynthia Machado. Falar alemão, falar português, In: **Esboços**, vol. 10, Florianópolis, ANPUH/SC, 2002, p. 63-81, Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/388>. Acessado em 07/10/2018.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CANDIDO, A. **Dialética da malandragem**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, v.8, p.67-89, 1970.

CARRETEIRO, Mario. ROSA, Alberto. GONZÁLEZ, Maria Fernanda. **Ensino da História e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CARVALHO, Luiz Felipe. **Educação e unidade nacional no Estado Novo: O primeiro congresso de brasilidade (1941)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

CASSIANO, Celia Cristina de Figueiredo. O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica (PUC): São Paulo, 2007.

CHOPPIN, Alain. **O historiador e o livro escolar**. Revista História da Educação. Pelotas (11), Abril, 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30596>. Acesso: 29/12/2019.

COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. **Memória Histórica da Província de Santa Catharina**. Florianópolis: Typ Desterrense de J.J. Lopes. 1877.

CONCEIÇÃO, Eleutério da. **Nossa Senhora do Desterro: os primeiros anos**. Florianópolis: Ed. do autor, 2015.

CORDEIRO, Carlos; MADEIRA, Artur Boavida. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades, In: **Arquipélago**, 2º Série, v. VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003. P. 99-122. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/384/1/Carlos_Cordeiro_p99-122.pdf. Acessado em 11/11/2018.

DEBRET, Jean Baptiste. Mamelucos conduzindo prisioneiros índios. In: **Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil (1834)**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/iconograficos/mamelucos_conduzindo_o_prisioneiros.html. Acessado em: 13/01/2020.

D'EÇA, Othon Gama. **Homens e Algas**. 3ª. ed. Florianópolis: FCC/ Fundação Banco do Brasil/ Editora da UFSC, 1992.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

FALCÃO, Luiz Felipe. Dos corretos enganos e de outros desacertos: a presença portuguesa no Sul da América. In: BRANCHER, Ana e AREND, Silva Maria Fávero (orgs.). **História de Santa Catarina**: séculos XVI a XIX. Florianópolis: UFSC, 2004. P. 175-187.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Palhoça**: Natureza, História e Cultura. Florianópolis: Edição do Autor, 2004.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **Nós não somos de origem**: Populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do Sul do Brasil (1780-1960). Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC. 2006.

_____. **A açorianização do litoral catarinense no setecentos**. Curitiba: UFPR, 2011. p. 540-552. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-a%C3%83%C2%A7orianiza%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o-do-litoral-catarinense-no-Setecentos-S%C3%83%C2%A9rgio-Luiz-Ferreira.pdf>. Acessado em: 19/01/2019.

_____. **Vinda dos açorianos para Santa Catarina**: migração, povoamento, ocupação, colonização ou epopeia? Núcleo de Estudos Açorianos (NEA). Florianópolis: UFSC. 2011.

FIORI, Neide Almeida. **Santa Catarina de todas as gentes**: história e cultura (4º e 5º ano). Neide Almeida Fiori e Ivone Regina Lunardon Editores. 3ª ed. Curitiba: Base Livros Didáticos, 2009.

_____. **Santa Catarina de todas as gentes**: história e cultura (4º e 5º ano). Neide Almeida Fiori e Ivone Regina Lunardon Editores. 4ª ed. Curitiba: Base Livros Didáticos, 2009.

_____. Religiosidade e civismo entrelaçados: os congressos de brasilidade, In: **Revista de Ciências Humanas**, no. 30, Florianópolis, UFSC, 2001, p. 43-65.

FLORES, Maria Bernadete de Ramos. **A farra do boi**: palavras, sentidos e ficções. Florianópolis: UFSC, 1997.

_____. **Povoadores da Fronteira**: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil. Florianópolis: UFSC, 2000.

FRANÇA, Cynthia Simioni. **Estudando a História de Santa Catarina**. Volume único: 4º ou 5º Ano. 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2011.

FREITAS, Patrícia de. **Como se faz um Historiador**: O lugar de Oswaldo Rodrigues Cabral na historiografia catarinense. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis: UFSC, v.6, n.1, 2012. Disponível em: <http://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/661/259>. Acessado em 04/01/2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: A formação da família sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Uma cultura ameaçada**: a luso-brasileira. 3ª Ed. Recife: Gabinete português de Leitura, 1980.

FRY, Peter. **Para inglês ver**: Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil, In: **Cadernos AEL**, v.15, n.27, Campinas. UNICAMP, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2575/1985>. Acessado em 08/10/2018.

GLEZER, Raquel. **Ser historiador no século XXI**. Revista Antíteses: Londrina/UEL/PR, v. 7, n. 14, p. 10-19, jul.-dez. 2014. Acessado em 01/05/2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20513>

GOMES, Luciano Costa. **Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina: 1787-1836**. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.3, p.593-615, set./dez. 2017. Acessado em: 01/05/2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n3/0102-3098-rbepop-34-03-00593.pdf>

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1994. P. 229-257.

GONÇALVES, Janice. Oswaldo Rodrigues Cabral: um homem de letras na periferia do patrimônio cultural, In: **Anais do Encontro Estadual de História**, Rio de Janeiro, NPUH/RJ e UNIRIO. 2010. Acessado em: 13/11/2018. Disponível em: www.encontro2010.rj.anpuh.org/.../8/1276743688_ARQUIVO_artigo_cabral_rio.pdf

GUTFREIND, Ieda. **Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-riograndense: historiadores municipalistas na prática da oralidade**. Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC. Salvador – BA. 2000 Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/ieda_gutfreind.pdf Acesso em: 25/12/2019.

HOBBSAWN, E. e RANGER, T. (orgs) **A invenção das tradições**. 11ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.

IBGE. **Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/.html?>. Acessado em 10/01/2020.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano: Palhoça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/palhoca/pesquisa/37/30255?ano=2000>. Acessado em: 11/01/2020.

_____. **Mapa da Pobreza e Desigualdade: Palhoça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/palhoca/pesquisa/36/30246?localidade1=421660&localidade2=420540>. Acessado em: 11/01/2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Catarinensismos**. Florianópolis : UDESC – EDEME, 1974. p. 54

JÚNIOR, Décio Gatti. A escrita brasileira recente no âmbito de uma história das disciplinas escolares (1990-2008). **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 42-71, 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/3-gatti.pdf> . Acesso: 02 mar. 2016;

_____. Dos antigos manuais escolares aos modernos livros didáticos de História (Brasil, décadas de 1960 a 1990). In: JUNIOR, Décio Gatti. **Ensino de História, Memória e Culturas**. v.6, nº 1, Uberlândia: Centro Universitário do triângulo, 2000.

LEAL, João. **Açores, EUA, Brasil: Imigração e Etnicidade**. Ponta Delgada: Direção Regional das Comunidades, 2007.

_____. Açorianidade, Literatura, Política, Etnografia (1880 – 1940), In: **Etnográfica**, Vol. I (2), Lisboa, Universidade de Lisboa, 1997, p. 191-211.

_____. **Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1999. p. 41-60.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **O sentido e o valor do tradicionalismo**. Santa Maria: Tese apresentada no 1º Congresso Tradicionalista. 1954.

LUCIANO, F. L.. **Memória do Livro Didático em Santa Catarina: uma discussão dos títulos e seus autores (1836-1889)**. In: VII Jornada de História da Educação Brasileira, 2007, Campo Grande. VII Jornada do HISTEDBR. Campo Grande, 2007.

LUCA, Tania Regina de Luca. Livro Didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. Capítulo 7, p. 151-174. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luiz; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 352p.

MARTINS, Marcelo Sabino. **Entre o público e o privado: o acervo pessoal do professor Oswaldo Rodrigues Cabral**. 3º Seminário Internacional de História do Tempo presente, Florianópolis, UDESC, 2017. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/viewFile/648/405>. Acessado em: 20/12/2018.

MATOS, Marcos João de. **Raízes Açorianas de Palhoça**. Palhoça: Ed. Da Secretaria Municipal de Educação. 2009.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Anais do primeiro congresso de História Catarinense (Resenha)**. Volume II, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/68124/70682>. Acessado em 01/06/2018.

MEDEIROS. Carlos Alberto. Nota sobre os primórdios da emigração açoriana e a ocupação do sul do Brasil, In: **Cadernos de Geografia**, no. 17, Coimbra: F.L.U.C, 1998. p. 139-143.

MELO, Nilsa Teresinha de. **Santa e bela: estudos sociais**. FTD: São Paulo, 1991.

MENESES, Avelino de Freitas de. **Os ilhéus na colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720**. Arquipélago 2ª Série, III, 1999. P. 251-264. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/284>. Acessado em 10/12/2018.

_____. **Os açores e os Impérios: séculos XV a XX**. Arquipélago 2ª Série, XIII, 2009. P. 205-218. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/.../AvelinoFreitasMeneses_p205-218.pdf. Acessado em 13/01/2019.

MESQUITA, Gustavo Rodrigues. **O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo**: da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – UFG, 2012.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. **O livro didático de história hoje**: um panorama a partir do PNLD. Revista Brasileira de História, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200006. Acesso: 17 de dezembro de 2019.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História**: entre saberes e práticas. Mauad Editora Ltda, 2007.

MOREIRA, Kênia Hilda. **O ensino de história do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos**: análise historiográfica e didáticopedagógica, 2011. 236 p. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, São Paulo. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/2277.pdf. Acessado em 14/01/2020.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997, 217 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PAIM, Aida Rotava. **Uma história da proposta curricular de Santa Catarina 1988-1991**: políticas e textos. 2007. 190p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251850>>. Acesso em: 9 ago. 2018.

PEREIRA, André Luiz Correa da Silva. **Usos possíveis da História local e do aprendizado das noções de temporalidade na construção do conhecimento histórico no ensino Fundamental**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em História - ProfHistória). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

PIAZZA, Walter F. **A epopeia açórico-madeirense (1748-1756)**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1992.

_____. **A colonização de Santa Catarina**. 3ª Ed. Florianópolis: Lunardelli. 1994.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social, In: **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1992, p. 200-212.

PIAZZA, Walter F.; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina**: História da gente. 3ª Ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1989.

QUEVEDO, Júlio; ORDOÑEZ, Marlene; SALES, Geraldo. **Meu Estado**: Estudos Sociais – Santa Catarina. São Paulo: Scipione, 1997.

RESTITUTTI, C. C.. Produção e comércio de tabaco em Minas Gerais e no Rio da Prata no século XVIII. In: **Anais do VIII Congresso Brasileiro de História Econômica**, Campinas. **Entidade que realizou**, 2009. p. 1-25.

ROSSATO, Luciana. **A natureza da capitania de Santa Catarina a partir dos relatos dos viajantes**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina,

2005. Disponível em: encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.../ANPUH.S23.0597.pdf. Acessado em 03/01/2019.

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 9, nº 19, set. 1989 / fev. 1990. p. 219-243.

SANTA CATARINA. **Lei nº 35 de 14 de maio de 1836**. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/historico>. Acessado em 26/12/2019.

_____. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Fundamentos Teórico- Metodológicos do Ensino de História: 1988-1991**. Florianópolis: COGEN, 1991.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 82, 2014. p. 149-170.

SAYÃO, Thiago Juliano. **Nas veredas do folclore: leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2004. 106 p.

SCHEMES, Elisa Freitas. **Oswaldo Cabral na Terra da Liberdade: relato de uma viagem da política da boa vizinhança**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, v. 16, n. 37, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3216/321627346005/>. Acesso: 23 de dezembro de 2019.

SEFE, Sistema Educacional Família e Escola. Curitiba: SEFE: Sistema educacional família e escola, 2013.

SERPA, Élio Cantalício. **Açores em Lisboa – O livro do congresso açoriano de 1938 e a escrita da História: Poder, Raça, Cultura**. Arquipélago, 2ª Série, IV, nº 2, 2000. P. 481-507. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/320/1/Elio_Serpa_p481-507.pdf. Acessado em 02/01/2019.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

_____. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista USP, n. 53, p. 117-149, 2002. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Coloniza%C3%A7%C3%A3o%2C+imigra%C3%A7%C3%A3o+e+a+quest%C3%A3o+racial+no+Brasil&btnG. Acesso: 14 abr. 2018. SILVA, Augusto da. **A ilha de Santa Catarina e sua terra firme: Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Cristiani Bereta da; CUNHA, Maria Teresa Santos. Historiografia Catarinense e a Escrita da História Escolar de Lucas Alexandre Boiteux no início do século XX. **Cadernos de História da Educação** – v. 14, n. 2, p.551-568 – mai./ago.

2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32524> . Acesso: 27 de dezembro de 2019.

_____. ZAMBONI, Ernesta. **Cultura política e políticas para o ensino de História em Santa Catarina no início do século XX**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 65, 2013. p. 135-159. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882013000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em: 08/01/2019.

_____. GASPARINI, Helena Gabriela Moellmann. Livro didático e memória: A construção do saber escolar sobre a História de Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XX. V. 23, nº 1 (2010). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/13337>. Acessado em: 26/12/2019.

SILVA, Antônio José Marques da. **The Fable of the cod and the promised sea: About Portuguese traditions of bacalhau**. Filipe Themudo Barata e João Magalhães Rocha ed. 1st. International Conference of the UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know-How: Linking Heritage. 14 a 16 de janeiro de 2015, Évora, Portugal.

SOLOMON, Marlon. **O saber do espaço: Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. O exílio da desordem e a segurança da Ilha de Santa Catarina no Século XVIII. in: **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Ana Brancher, Silva Maria Fávero Arend (orgs.). Florianópolis: EdUFSC, 2004. P. 79-92.

SOURIENT, Lilian; RUDEK, Roseni; CAMARGO, Rosiane de. **Santa Catarina: Interagindo com a História**. São Paulo: Editora do Brasil, 2005.

STAMATTO, Maria Inês S.; OLIVEIRA, Margarida M. D. **O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007.

TREVOR-ROPER, Hugh. A invenção das tradições: a tradição das terras altas (highlands) da Escócia. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 11ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017. P. 25- 58.

UFSC. **Monumento ao povoamento açoriano em Santa Catarina**. NEA (núcleo de estudos açorianos): UFSC. Disponível em: <https://nea.ufsc.br/homenagens-monumentos/monumento-ao-povoamento/>. Acessado em: 31/01/2020.

UNESCO. **El encaje de bolillos de Eslovenia**. Acessado em 29/05/2020. Disponível em: <https://ich.unesco.org/es/RL/el-encaje-de-bolillos-de-eslovenia-01378?RL=01378>.

VELLINHO, Moyses. **Fronteira**. Porto Alegre: Globo, 1975.

WOLF, Cristina S. **Historiografia Catarinense**. Revista Santa Catarina em História. Florianópolis: UFSC. V.1, Nº1, 2009.

ZARBATO, Jaqueline Martins. **A História de Santa Catarina nos livros didáticos:** reflexões sobre discursos e representações da cultura. Cadernos do CEOM, ano 24, nº 35, Chapecó, UNOCHAPECÓ, 2009, p.17-33.